



Universidade Federal da Bahia - UFBA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Mestrado em Antropologia

**Entre infâncias e espaços urbanos: Uma etnografia do habitar das
crianças do Atlântico Norte, região metropolitana de Salvador**

Pedro Almeida Pereira da Silva

Salvador

2018

Pedro Almeida Pereira da Silva

**Entre infâncias e espaços urbanos: Uma etnografia do habitar das
crianças do Atlântico Norte, região metropolitana de Salvador**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Antropologia.

Orientação: Urpi Montoya Uriarte

Salvador

2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo autor.

Almeida Pereira da Silva, Pedro

Entre infâncias e espaços urbanos: Uma etnografia do
habitar das crianças do Atlântico Norte, região
metropolitana de Salvador / Pedro Almeida Pereira da
Silva. -- Salvador, 2018.

183 f. : il

Orientador: Urpi Montoya Uriarte.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) --
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas (FFCH-UFBA), Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, 2018.

1. Infância. 2. Rede Parental. 3. Habitar. 4.
Etnografia. 5. Cidade. I. Montoya Uriarte, Urpi. II.
Título.

Pedro Almeida Pereira da Silva

**Entre infâncias e espaços urbanos: Uma etnografia do habitar das crianças
do Atlântico Norte, região metropolitana de Salvador**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Urpi Montoya Uriarte: _____

Orientadora PPGA-UFBA

Prof. Dr. Thiago Mota Cardoso: _____

PPGA- UFBA

Prof. Dr^a. Cilene Nascimento Canda: _____

PPGE-UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Prof. Dra. Clarissa Braga, que hoje ocupa um lugar especial no céu. Graças a ela tive a oportunidade de ver a infância como um campo de estudos a ser explorado. E se iniciei uma trajetória na academia foi graças a confiança, carisma e oportunidade oferecida pela Clarissa.

A minha querida orientadora, Profa. Dra. Urpi Uriarte, meu agradecimento por todos os ensinamentos, trocas e atenção dispendida. Venho de uma base interdisciplinar e se escolhi a Antropologia como disciplina de especialização, sem dúvidas Urpi foi fundamental para esta escolha, não apenas partilhando saberes sobre a ciência e a cultura, mas também dada a admiração profissional e intelectual que tenho por ela. Sem nossas conversas, conselhos e orientações este trabalho não seria possível.

A meu amigo de longas datas, Lucas Y Paz, agradeço pela paciência e empenho na revisão do texto final e colaboração na edição das ilustrações.

Por fim, além de agradecer, dedico este trabalho a minha família. Dedico aos meus pais, Antônio e Silvia que em mim depositaram grandes expectativas e sempre me deram apoio e incentivo. Assim como meu companheiro de vida, Fábio Santana, que esteve ao meu lado em todos os momentos, me dando suporte e sempre solícito, mostrando o que verdadeiramente significa uma parceria.

RESUMO

Entre infâncias e espaços urbanos é um estudo antropológico urbano de inspiração interdisciplinar que a partir de uma etnografia buscou compreender a forma de habitar das crianças do Atlântico Norte, um recorte da região metropolitana de Salvador (Bahia) voltado para setores sociais privilegiados, no litoral do município de Lauro de Freitas. As reflexões envolvem a definição de conceitos como infância, rede parental, habitar, imagem e uso do espaço; uma proposta metodológica para o desenvolvimento de um trabalho etnográfico urbano com crianças de setores privilegiados, centrado em suas próprias percepções e não na dos adultos que as rodeiam; assim como também traz registros relacionados a estrutura do espaço urbano e a imagem que as crianças têm desta cidade, as atividades e brincadeiras destas crianças, as formas de locomoção e o tipo de cuidado e atenção dispendido a elas pelas redes de suporte parental.

Palavras-chave: infância, cidade, etnografia, habitar.

ABSTRACT

Entre infâncias e espaços urbanos or *Among infants and urban spaces* is an urban anthropological study of interdisciplinary inspiration that from an ethnography aims to understand the children's dwelling of Atlântico Norte, part of the metropolitan region of Salvador (Bahia) used and inhabited by privileged social sectors, on the coast of Lauro de Freitas district. The reflections involve the definition of concepts such as childhood, parental network, dwelling, image and use of space; a methodological approach for the development of an urban ethnographic work with children from privileged sectors, centered on their own perceptions and not on the adults that surround them; as well as records related to the structure of the urban space and the image that the children have of this city, the activities and plays of these children, the forms of locomotion and the type of care and attention paid to them by the parental support networks.

Keywords: childhood, city, ethnography, dwelling.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desenvolvimento demográfico da Região Metropolitana de Salvador – BA

Tabela 2 - Taxa de Crescimento (% a.a) por década dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – BA

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Configuração de redes parentais

Figura 2 - Localização do município de Lauro de Freitas

Figura 3 – Mapa referência das regiões do Atlântico Norte

Figura 4 – Limites políticos-administrativos de Lauro de Freitas

Figura 5 – Fotos do Condomínio Parque Encontro das Águas (Região 1)

Figura 6 - Peça publicitária do loteamento Vilas do Atlântico

Figura 7 - Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico. a) Final da década de 1970, b) e meados da década de 1980 (Região 4)

Figura 8 – Vista panorâmica da região da Av. Praia de Copacabana (Região 4)

Figura 9 - Muro do Condomínio Gileade na região do Miragem (Região 5)

Figura 10 - Região de Buraquinho delimitada pelo Rio Joanes (Região 6)

Figura 11 – Mapa das principais avenidas do Atlântico Norte

Figura 12 – Estrada do Coco vista da passarela do Km 4,5 (Região 1)

Figura 13 – Distribuição de aglomerados subnormais de Lauro de Freitas

Figura 14 – Arco de Vilas do Atlântico / Portaria principal (Região 2)

Figura 15 – Praia de Vilas do Atlântico (Região 4)

Figura 16 – Avenida Priscila Dutra (Região 5)

Figura 17 – Portarias de dois condomínios da Av. Priscila Dutra (Região 5)

Figura 18 – Praças de Vilas (Regiões 3, 4 e 5)

Figura 19 – Parque infantil do Parque Ecológico de Vilas (Região 3)

Figura 20 – Desenhos da relação casa e família

Figura 21 – Casa da família Filgueira

Figura 22 – Fotografias do quarto dos brinquedos e da sala de estar

Figura 23 - Casa da família Costa

Figura 24 – Fotografias da área de lazer do condomínio do pai

Figura 25 – Pintura em tela de pallet

Figura 26 – Animais de estimação das famílias Filgueira e Prado

Figura 27 – Fotografias da sala de televisão

Figura 28 – Fotografias do Ipad

Figura 29 – Boneca passeando de carro

Figura 30 – Quintal de casa

Figura 31 – Casa da família Prado

Figura 32 – Terreno baldio e casa abandonada do condomínio

Figura 33 – Espaços especiais no condomínio

Figura 34 – Fotografias do condomínio

Figura 35 – Desenho sobre a densidade e segregação da cidade

Figura 36 – Desenhos sobre a complexidade da cidade

Figura 37 – Desenhos sobre as marcas do caminho cotidiano

Figura 38 – Espaços de lazer 1 (Shopping Center)

Figura 39 – Fotografias dos Shoppings

Figura 40 – Espaços de lazer 2 (Praia)

Figura 41 – Desenhos sobre elementos de segurança urbana

Figura 42 – Exemplos de fotografias dos trajetos das crianças

Figura 43 – Mapa das trajetórias semanais de Rafa

Figura 44 – Mapa das trajetórias semanais de Duda

Figura 45 – Mapa das trajetórias semanais de João

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – DESVENDANDO CONCEITOS.....	9
1. Infância.....	10
2. Rede Parental.....	25
3. Habitar.....	34
4. Imagens e práticas do espaço.....	45
CAPÍTULO 2 – CIDADE, BAIRRO E ESPAÇOS PÚBLICOS	72
1. Aspectos históricos do espaço urbano	76
2. Vilas do Atlântico e Encontro das Águas	83
3. Vias, cruzamentos, marcos e limites	91
4. Praças e parques.....	108
CAPÍTULO 3 – CASA, CONDOMÍNIO E ESPAÇOS PRIVADOS.....	115
1. A centralidade da “casa-família”.....	120
2. A influência dos condomínios.....	140
3. Os percursos na cidade	148
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

Habito a cidade de Lauro de Freitas a mais de quinze anos. Neste período pude acompanhar de perto as mudanças ocorridas na região. Ao longo deste longo processo de relacionamento com a cidade pude dar atenção especial ao relacionamento entre as crianças e os espaços urbanos, e percebi que este relacionamento entre crianças e cidade se modificou muito ao longo dos anos. Não houve apenas comutações na forma de habitar dessas crianças, mas houve também um processo de aprofundamento da segregação entre as distintas formas de habitar a cidade.

A partir da percepção deste processo de diferenciação cultural é que comecei a desenvolver esta pesquisa. Minha intenção inicial era conhecer a fundo a forma de habitar e a cultura da infância vigente em espaços pobres e ricos de Lauro de Freitas, para melhor conhecer as diferenças e desencadeadores dos distanciamentos sócio-culturais dos habitantes destas distintas áreas da cidade e também as distintas materialidades do espaço urbano.

Porém, como o trabalho de campo, a vivência empírica e a realidade sociocultural são surpreendentes, no processo inicial de pesquisa, percebi que minha proposta inicial era inviável. Eu não teria condições de em apenas dois anos, me aprofundar na bibliografia, definir conceitos, gerir um trabalho etnográfico de qualidade com dois contextos distintos, realizar análises comparativas e chegar a conclusões embasadas em dois contextos sociais concretos. Ainda mais enfrentando dilemas epistemológicos característicos às peculiaridades de uma pesquisa que envolve o cuidado de estar se relacionando com crianças, de ser um pesquisador praticamente nativo, lançando mão de uma antropologia da cidade e que trabalha com interlocutores de uma elite local.

Então, redefini meu recorte de análise a apenas um destes contextos: as crianças de Vilas do Atlântico. E a intenção da pesquisa se delimitou a compreender a forma que as crianças habitam a região do Atlântico Norte. Mas antes mesmo de chegar a tal objetivo, busquei responder algumas perguntas que me deram os subsídios necessários para compreender a forma de habitar destas crianças: Como o Atlântico Norte se estrutura, fisicamente e historicamente? Quais as imagens que essas crianças têm deste espaço urbano? Quais fatores explicam estas imagens?

Quais as principais atividades cotidianas dessas crianças? Onde essas crianças se fazem presentes no dia-a-dia? Onde, como e com quem essas crianças transitam pelo meio urbano? Onde, como e com quem, essas crianças brincam?

Atlântico Norte é a nomenclatura utilizada para o grupo de bairros litorâneos do município de Lauro de Freitas, não por acaso, são os bairros que concentram a população mais rica do município. Os bairros são: Vilas do Atlântico, Miragem, Buraquinho e Ipitanga. Há quem diga que outras áreas como o bairro de Pitangueiras e parte da Estrada do Coco também fazem parte da região. Independente da imprecisão cartográfica que delimita o Atlântico Norte, sigo Patrícia Dias (2005, pg. 27), que em sua pesquisa de mestrado tomou como referência o bairro de Vilas do Atlântico e seus arredores para representar o Atlântico Norte¹.

A percepção da região do Atlântico Norte enquanto espaço urbano que proporciona a qualidade de vida não encontrada nas áreas centrais da capital, é dividida por boa parte dos responsáveis pelas crianças estudadas. Estes pais têm esta referência enquanto principal justificativa para a família ter se estabelecido na região do Atlântico Norte. A antropóloga Patrícia Patriota de Moura, no livro *Condomínios do Brasil Central* (2012), em especial no capítulo *Urbanidades e estilo de vida* (pg. 24-45), mostra como as classes médias e altas brasileiras tendem a fugir dos grandes centros urbanos amparados pelo discurso de que neles há grande criminalidade, trânsito e stress constante, e os *suburbs* brasileiros ou condomínios horizontais, aparecem como solução para esta demanda.

Esta tendência não só é percebida no discurso dos pais entrevistados, como também aparecem explicitamente estampando nas propagandas das construtoras e nos nomes dos condomínios implantados no Atlântico Norte. Todas as benesses prometidas e por vezes propiciadas pela experiência de viver nestes condomínios ou “*suburbs*”², como é o caso do Atlântico Norte,

¹ Mais informações sobre a organização urbana de Lauro de Freitas consultar DIAS, 2005: *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): Estudo das características e implicações do processo*.

² MOURA (2012), traz reflexões teóricas e empíricas sobre a vida nos condomínios horizontais voltados para os setores privilegiados do Brasil. Neste trabalho os conceitos habitacionais norte-americanos de *suburbs* ou *gated*

nasce e se estabelece na malha urbana da região metropolitana da capital baiana enquanto área destinada para as classes médias e altas que buscam uma vida mais pacata que a do centro de Salvador.

Elementos que marcam a busca pela diferenciação social através da ideia de qualidade de vida e alto padrão estão estampados em propagandas, nomes de condomínios e falas de moradores. Mas será que este “alto estilo” ou “qualidade de vida” é de fato o que observa-se nas práticas habitacionais dessa população? Há concordâncias e discordâncias, e não posso negar que esta é uma questão muito relativa, desde o entendimento destes conceitos até a grande diferença das práticas dos habitantes do bairro.

No tempo que moro na região do Atlântico Norte, pude observar como nem todos habitam a região da mesma forma, na verdade há grandes disparidades entre as casas e práticas habitacionais dos moradores da região. Essa experiência como morador em muito contribuiu para minha aproximação com os objetos de pesquisa e algumas leituras contextuais, mas ela também apontou um dos desafios básicos de quem faz antropologia urbana: pesquisar um contexto familiar.

Quando se trata de uma pesquisa etnográfica em um meio familiar, há uma necessidade de exotizar e estabelecer uma distância do objeto de pesquisa para garantir uma objetividade, ao mesmo tempo que queremos nos aprofundar nas entranhas das práticas e significados do contexto cultural, o que por vezes pode parecer contraditório. Vale a pena ressaltar que quando falo distancia, não me refiro a uma distância física e sim numa distância social e psicológica.

Segundo Roberto da Matta a aventura antropológica é exatamente a de transformar “o exótico em familiar e o familiar em exótico” (DA MATTA, 1974). Esse exercício mental foi o primeiro desafio encontrado por mim ao longo da pesquisa de campo. Como encarar um espaço urbano tão familiar como um objeto distante e exótico? Gilberto Velho, no texto *Observando o familiar*, me ajudou a responder tal questionamento na seguinte passagem na qual o autor ajuda na compreensão do que é o exótico e o familiar no contexto de uma pesquisa antropológica:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, pg. 126, 1978).

Então, aceitar que o universo da pesquisa em curso tinha diversas lacunas para meu entendimento, mesmo sendo alguém “de dentro”, problematizar minhas percepções a priori, estabelecer fronteiras flexíveis entre o conhecido e o desconhecido e me posicionar como pesquisador (praticamente um *outsider* curioso) foi essencial desde os meus primeiros passos da pesquisa até o momento de escrita deste texto.

Além das peculiaridades relativas ao processo de estabelecer uma pesquisa de campo em um ambiente familiar ao pesquisador, trabalhar em espaços íntimos das crianças dos setores privilegiados se configura como uma empreitada antropológica cheia de peculiaridades: Estar frequentemente com crianças para desenvolver um trabalho etnográfico representa uma forma diferenciada de entender e acessar o interlocutor de pesquisa. Para a realização deste trabalho as crianças assim como os adultos foram encarados como sujeitos ativos, criativos, produtores e reprodutores de cultura.

Algumas atividades com fins lúdico-interpretativos foram realizadas para direcionar a produção dos dados de pesquisa. Estas atividades lúdico-interpretativas, posicionadas como estratégia metodológica para pesquisa etnográfica com crianças, foram desenvolvidas a partir de uma variedade de contribuições teórico-metodológicas do Ciências Humanas. Além de ajudar no desenvolvimento dos laços de confiança entre pesquisador e pesquisado, gerar ambientes agradáveis para as interações guiadas e acionar recursos lúdicos, estas atividades sugerem um roteiro de atividades a serem realizadas com as crianças interlocutoras.

Este último ponto é de especial relevo dado o lugar social das crianças desta pesquisa. As crianças dos setores privilegiados das grandes cidades brasileiras, tendem a viver imersas por atmosferas de superproteção. Famílias e instituições educacionais privadas costumam despender atenção especial à segurança dos pequenos. Logo, acessar essas crianças de forma regular com um simples argumento de que “gostaria de conversar com elas sobre a forma que elas habitam”, não foi muito eficaz.

No percurso de acesso às crianças pesquisadas me foi requerido intenções de pesquisa, termos de consentimento, duração e calendários de encontros. Neste contexto, o uso de uma variedade de atividades lúdico-interpretativas enquanto principal ferramenta para interação entre pesquisador e pesquisados foi uma estratégia aceita pela exigente rede parental das crianças para a realização dos encontros frequentes.

Para me aproximar da forma de habitar destes pequenos sujeitos que habitam a região do Atlântico Norte, inicialmente as atividades lúdico-interpretativas foram realizadas com dois grupos focais dispostos em duas escolas particulares do bairro de Vilas do Atlântico: uma escola particular de cerca de dois mil alunos que atende a todos os seguimentos, da Educação Infantil ao Ensino Médio, e uma escola particular bem menor em número de alunos, voltada para o ensino de idiomas para crianças e adolescentes.

As escolas, independentemente de seu tamanho, se posicionam enquanto uma instituição estratégica para entrada do pesquisador no trabalho de campo, além dos motivos óbvios como a concentração de crianças, Alexandre Pereira (2010, pg. 102) aponta que a escola funciona enquanto espaço onde as ações desempenhadas pelas crianças podem refletir características das vivências familiares. Mesmo ciente desta possível transposição de valores, da casa para a escola, após o trabalho com os dois grupos focais nas escolas, o qual trabalhei com trinta e três crianças, desenvolvi estudos de caso etnográfico na casa de três famílias. As crianças das famílias pesquisadas para o estudo de caso encontram-se na mesma faixa etária: de 6 a 11 anos e enquadram-se em classe social semelhante.

Antes mesmo de se desenvolver um trabalho de acompanhamento das crianças em suas rotinas fora da escola, onde há destaque especial para a casa, a família e as diversas atividades extracurriculares que compõem a agenda destas crianças, busquei desenvolver um trabalho de compreensão da visão que as crianças tinham do espaço urbano, numa perspectiva mais abrangente. Para isso, utilizei como recurso de guia de interação duas das seis atividades lúdico interpretativas utilizadas nesta pesquisa.

O planejamento do trabalho com as crianças foi dividido em dois momentos. O primeiro intentava se aproximar da visão que elas têm da cidade e o segundo buscou se aproximar dos espaços que são ocupados pelas crianças ao longo de suas trajetórias cotidianas, assim como as atividades que são realizadas nestes e as características de deslocamentos.

Todas as etapas citadas se deram com aparo das atividades lúdico-interpretativas. O uso destas atividades se posiciona como boa ferramenta de pesquisa principalmente por dois motivos: O primeiro é ter um guia para o desenvolvimento da conversa, pois sabemos que as crianças tendem a mudar o foco de atenção facilmente dado aos estímulos do ambiente, e a atividade centra a atenção no desenvolvimento da tarefa. O segundo motivo se relaciona a uma questão de estratégia, pois conseguir passar bastante tempo junto a crianças de classe alta com uma

relação de aceitação tranquila com os pais e não estando exclusivamente em um ambiente escolar, não é fácil. A apresentação de um roteiro de atividades lúdico-interpretativas também ajuda na aceitação dos pais na participação da pesquisa e atribui um caráter de seriedade esperado pelos responsáveis, que é dispensável em grande parte dos trabalhos de campo etnográfico, mas foi necessário no caso em questão.

As atividades lúdico-interpretativas do planejamento de interação com as crianças que participaram do estudo de caso etnográfico são as seguintes: a) **Desenho da cidade e da casa:** Em uma folha, dois desenhos. Em um lado desenha-se a cidade e no verso desenha-se a casa. Atividade seguida de conversa elucidativa sobre a casa e a cidade; b) **Maquete do bairro:** Com materiais fornecidos pelo pesquisador. Todo o grupo focal se reúne para discutir o bairro, construí-lo em maquete e conversar sobre os diversos espaços do bairro e os usos dados a eles; c) **Foto elucidação:** Em uma semana de posse de uma câmera digital, carregando-a a todos os lugares possíveis, a criança de forma espontânea deve tirar fotos sobre o que lhe chama atenção nos lugares. Coisas boas ou coisas ruins, deve ser aquilo que ela julgue importante³. Após a revelação das imagens há o momento de análise das fotos pelo pesquisador e o fotógrafo seguida de conversa elucidativa sobre estes lugares “importantes” de sua trajetória cotidiana, assim como proposto por Kim Rasmussem (2004); d) **Agenda semanal:** Em uma cartolina dividida pelos dias da semana, elenca-se as atividades comumente realizadas em cada um dos dias da semana, e assim, constrói-se de forma lúdica uma agenda semanal com todas as atividades cotidianas das crianças; e) **Mapa de trajetórias:** A partir dos espaços ocupados pela criança, apontados na agenda semanal, em uma cartolina cola-se e desenha-se os espaços frequentados pela criança. Após a delimitação dos espaços no mapa, inicia-se a construção dos percursos/trajetórias, a criança indica como o realiza e quem a acompanha. f) **Lista espontânea de parentesco:** As listas espontâneas ou *spontaneous kinlists*, como sugere Louis Marcelin (1999) são desenvolvidas apenas através de um diálogo e algum recurso que salve as informações e a ordem de constituição da genealogia (gravador ou caderno de campo). “Ao nomear e listar os parentes, os sujeitos pesquisados explicitam suas próprias formulações a respeito daqueles que podem ser considerados como família ou parente. Através da lista, é possível entrar em um processo de reconstrução dos princípios inconscientes que condicionam

³ Foi entregue às crianças e famílias orientações gerais sobre o trabalho de foto elucidação, tanto para que as crianças pudessem lembrar das regras da atividade, como para que as famílias pudessem dar apoio às crianças na realização desta atividade que acontecia sem a presença do pesquisador. Nos anexos está o modelo destas orientações que foram entregues em formato impresso.

as escolhas, as omissões, as ênfases em colocar determinado parente em uma linha específica em lugar de outra e etc.” (MARCELIN, 1999, pg. 38-39). Esta lista funciona como suporte para adentrar a rede de parentalidade da criança, compreendendo quem exerce papéis de maior importância para ela, e como estes adultos se relacionam com a criança.

Ao longo do trabalho algumas das atividades foram mais bem-sucedidas que outras, seja em questões de execução, experiência ou de produção de dados, mas todas produziram materiais importantes para os fins da pesquisa. E de forma inegável foram fundamentais para atribuição de um caráter de seriedade da pesquisa, requeridos inicialmente para o aceite das escolas privadas em colaborar com a pesquisa e ajudar no acesso às famílias e em segundo momento para o aceite das famílias para que eu entrasse em suas casas e convivesse com seus filhos dentro da rotina familiar. No anexo 1 está um maior detalhamento do encaminhamento das atividades lúdico-interpretativas e como se desenvolveu metodologicamente estas interações usadas como material principal para coleta de dados etnográficos na pesquisa com crianças.

A antropologia tem uma tradição em dar voz à margem, aos dominados e aos colonizados. É de inegável valor a devoção às minorias despendida pela disciplina e as contribuições socioculturais e científicas advindas dos esforços destes tantos antropólogos. Mas vale também ressaltar que carecemos de uma antropologia das elites e dos dominantes. Esta carência, não se relaciona apenas por opções intelectuais dos pesquisadores, muito está relacionada à facilidade ou dificuldade de penetração nos grupos culturais e execução de uma pesquisa antropológica. Sei que não podemos generalizar e a relativização deve sempre estar em nossas análises, porém ser aceito por grupos sociais desprivilegiados e ocupar um lugar nestes sistemas, costuma ser mais fácil que pesquisar de forma íntima a vida dos setores privilegiados. E este foi um dos desafios ao longo desta pesquisa: ser bem aceito na vida privada de famílias de setores privilegiados⁴.

As respostas a todas as perguntas e problemas de pesquisas apresentados até aqui estão nos três

⁴ Entendo por setores privilegiados a camada social com maior poder de compra e residente das áreas urbanas mais valorizadas e estrategicamente localizadas.

capítulos deste texto. No primeiro capítulo, a partir de uma reflexão teórica interdisciplinar busco definir conceitos essenciais para se chegar às conclusões de pesquisa, são eles: criança e infância; rede parental; habitar; imagem e práticas do espaço.

Porque foram escolhidos estes conceitos e não outros? A infância, categoria geracional central na pesquisa e possuidora de diversas singularidades, é explorada para conhecimento das características dos principais interlocutores da pesquisa social aqui proposta. A rede parental como grupo social de maior influência na cultura da infância estudada também não pôde deixar de passar por um mínimo de aprofundamento teórico. Como a principal intenção etnográfica da pesquisa foi se aproximar da forma de habitar das crianças, o principal verbo da prática cultural estudada passa pelo escrutínio e definição necessário para compreensão dos objetivos específicos desta pesquisa. Como a prática, percepção e imagem espacial das crianças, são elementos intimamente relacionados e essenciais para a análise do habitar, definir o que entendo por estes processos é essencial para buscar apreendê-los nas interlocuções e observações participantes do trabalho de campo.

Ao longo deste primeiro capítulo tento relacionar estes conceitos de forma a serem cada um deles complementares entre si. Por isso, por mais que haja uma seção para cada um destes conceitos, o entendimento de infância, habitar, rede parental e imagem e prática do espaço está presente de forma diluída ao longo de todo o capítulo. Logo, recomendo a leitura de todo o capítulo para um completo entendimento da proposta teórica que guiou esta pesquisa.

O espaço, aqui é entendido como resultado das articulações entre ações e matéria física, dialeticamente integrados num sistema, sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p.51).

Nesta compreensão do espaço, proposta por Milton Santos: movimento dialético entre práticas sociais e materialidade, os objetos são as formas espaciais e as ações são as práticas sociais. Neste sentido, “de um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, os sistemas de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (Idem). Sendo assim, o espaço físico afeta o espaço social, e a recíproca também é verdadeira. Mas não a partir de um determinismo, e sim de uma influência mútua entre estes espaços, corpos ou sistemas.

Esta imanente, constante e íntima relação entre homem e espaço, que aqui chamamos de habitar, é posta por alguns autores como tão intrinsecamente dada que não é possível dissociar uma coisa da outra. Quando falamos sobre essa relação, entende-se que o espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior dos sujeitos, são as duas coisas ao mesmo tempo.

Na perspectiva da antropologia urbana, entender esses dois elementos complementares é essencial. É o que sugere a antropologia *da* cidade proposta por Magnani: Um “investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve” (MAGNANI, 2002, p.18). Realizando o exercício de assumir a cidade com suas complexidades tanto sociais como materiais, como o *focus* de análise do estudo em questão.

O capítulo dois e o capítulo três, têm como objetivo exatamente expor e analisar este *focus* de análise social e material a partir de duas categorias do espaço urbano: o público e o privado. Este clássico dualismo da significação e uso do espaço urbano, se complexifica ao longo destes capítulos, surgindo uma categoria intermediária (nem público nem privado) ocupada pelos loteamentos e ruas fechados, principal estrutura de disposição das casas residenciais do recorte de análise. Nestes dois capítulos nos aproximamos de elementos da estrutura física do espaço urbano do Atlântico Norte e o porquê as crianças desta região usam ou deixam de usar determinados espaços da malha urbana, assim como também nos permite conhecer o como e quando elas usam e se deslocam entre os espaços da cidade. Cedendo assim os elementos necessários para as conclusões desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – DESVENDANDO CONCEITOS

Como primeiro passo em direção ao entendimento e problematização do nosso objeto, abordaremos o referencial teórico que sustenta esta investigação. Ao longo da pesquisa que se apresenta neste texto evidenciam-se palavras centrais para seu entendimento. Por esta razão este primeiro capítulo se subdivide em quatro partes, uma para cada conceito central: infância, rede parental, habitar, e imagem e uso do espaço.

Na primeira parte, exponho os principais referenciais teóricos que me ajudaram a formar o entendimento sobre as crianças e a infância, dois conceitos distintos, mas complementares. As crianças são sujeitos produtores de cultura, “actores sociais” (SARMENTO, 2003), “ativos e criativos [...] membros ou operadores de suas infâncias [...] que afetam e são afetados pela sociedade” (CORSARO, 2011, p.15-16). E por outro lado a infância é “uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social” (SARMENTO, 2005, p. 363). Este é o primeiro tema a ser apresentado por perceber que é essencial localizar a forma que entendo esta categoria geracional de enfoque central na pesquisa.

A partir das contribuições de antropólogos que pensaram e problematizaram o ser criança e o desenvolvimento humano, como Margareth Mead, Tim Ingold, Cristina Toren e Clarice Cohn, proponho diálogos com pensadores de outras disciplinas como a Sociologia, Filosofia, História e a Psicologia para construir o meu entendimento interdisciplinar das crianças e da infância.

As crianças, como veremos, demandam cuidados e atenção especial pelo fato de não serem seres autônomos. Então, existem pessoas que auxiliam o desenvolvimento delas, com direcionamentos, apoio, provisão, repressões e controle, assim como também auxiliam no desempenhar das práticas cotidianas que configuram a forma que estas crianças habitam. Este grupo de pessoas é de grande importância para o modo de vida e significação do mundo das

crianças, por esta razão a segunda seção do capítulo é voltada para o entendimento de um conceito utilizado para denominar este grupo de pessoas: rede parental.

Ao longo deste trabalho, busco me aproximar do habitar das crianças da região do Atlântico Norte, para compreender seus hábitos cotidianos, trajetórias no meio urbano, usos e desusos dos espaços da cidade e o lugar que este urbano ocupa em seus campos representacionais. Então nada mais justo que expor o que entendo por habitar, verbo principal da pergunta da pesquisa. Por isso a terceira seção se dedica ao conceito de habitar.

A quarta e última parte, volta-se para as imagens e práticas do espaço, dois elementos essenciais para o habitar. Mesmo que imagem e uso sugiram duas coisas diferentes, ambas estão intimamente relacionadas pelos processos de percepção. A noção de imagem, uso e percepção do espaço, assim como a forma que estes estão relacionados ao habitar, é o que tento expor na quarta e última parte deste primeiro capítulo. Por mais que trate destas noções (imagem, uso, percepção e habitar) de forma abrangente, me esforço para lançar luz a estes processos a partir das especificidades das crianças.

1. Infância

Os estudos antropológicos que abordam a infância mais famosos ainda são os tradicionais trabalhos das décadas de 1920 e 1930. Estes estudos que, na época, propunham inovação na proposta antropológica, dando especial atenção às categorias geracionais, foram de antropólogos norte-americanos ligados à Escola de Cultura e Personalidade, fundada por Franz Boas. Estes antropólogos culturalistas, dentre os quais se destaca Margareth Mead (1901-1978), inauguraram o pensamento antropológico com crianças em seu foco. Grande parte destes estudos “preocupavam-se em entender o que significa ser criança e adolescente em outras realidades socioculturais, tomando frequentemente a sociedade norte-americana da época como contraponto” (COHN, 2005, p. 11).

Exatamente com este tipo de preocupação é que a psicóloga e antropóloga Margareth Mead parte para a ilha de Samoa, no Oceano Pacífico, para verificar se os dilemas e complicações

vivenciados pelos adolescentes norte-americanos eram uma característica universal desta categoria geracional. Através das análises do comportamento de jovens samoanas, Mead constata que os conflitos e rebeldias dos adolescentes de seu país são dados culturais, e não são explicáveis por questões biológicas e universais.

Em 1928, no *best-seller Coming of Age in Samoa* (“Virando adulto em Samoa”, em tradução livre) Mead narra sua experiência entre as jovens de Samoa, e marca o início de um ciclo de pesquisas antropológicas com preocupações geracionais. Dentre as produções de Margareth Mead também se destaca a pesquisa realizada com crianças na Nova Guiné. *Growing up in New Guinea* (“Crescendo na Nova Guiné”, em tradução livre), que foi publicado em 1930, e traz um estudo das crianças e o modo como elas vão aprendendo as competências necessárias para a vida adulta.

Não só nestas duas obras, mas de forma geral, a autora mostra um grande interesse no processo que torna as crianças em adultos. O que é diferente dos processos de socialização. Em todas as sociedades, as crianças crescem e tornam-se adultos membros da comunidade que vivem. Sociólogos e antropólogos têm classicamente descrito esse processo como socialização. Um recém-nascido, de acordo com esta perspectiva da socialização, chega ao mundo como seres não sociais equipados com mecanismos de resposta, porém sem qualquer informação que os torne um agente ativo do mundo social que ele compõe. A socialização, então, é o processo através do qual esta informação é levada à criança. Entre outras coisas, a criança aprende as regras para categorizar e posicionar as outras pessoas no espaço social. Este é um conceito fundante para as análises sociológicas, e foi inicialmente proposto por Émile Durkheim em 1895 no livro *As regras do método sociológico* (2002).

A proposta de Mead não está presa à noção de socialização, e sim no processo que torna as crianças em adultos. E “para tornar-se um adulto não basta aprender, no sentido mais óbvio. É necessário ‘crescer’, o que ultrapassa a dinâmica de aprender e ensinar” (PIRES, 2010, p. 140). Esta perspectiva do crescer, ou do tornar-se adulto, não é abarcada pela proposta conceitual limitante da tradicional socialização. Logo, não só Mead, como outros antropólogos, acionaram outros arranjos conceituais para melhor compreender este processo. E para isso outras disciplinas contribuíram⁵.

⁵ Mais à frente veremos de forma mais aprofundada a perspectiva de antropólogos como Tim Ingold, que acreditam que a noção de socialização é limitante e de certa forma incongruente com o processo de aquisição de habilidades

Nas produções mais recentes da antropologia, no que tange a infância, é possível perceber a forte influência de autores de outras disciplinas, como a História, Filosofia, Psicologia e Sociologia. Tais contribuições não só alargaram a discussão conceitual como também abriram novos horizontes para o trabalho *com e sobre* crianças. Veremos mais a frente estas discussões antropológicas contemporâneas acerca da infância nas noções trazidas por Clarice Cohn, Flávia Pires, Tim Ingold e Christina Toren. Mas antes disso, vejamos algumas contribuições de outros campos que foram fundamentais para as discussões sobre infância nas ciências, de forma mais geral. Darei destaque às contribuições do psicólogo e biólogo Jean Piaget, do historiador Philippe Ariès e do sociólogo William Corsaro, tentando estabelecer diálogo entre estas contribuições e o pensamento antropológico. Este diálogo teórico interdisciplinar tem uma clara intenção: colher os argumentos que sustentam a minha compreensão do que é criança e infância.

Um dos maiores pensadores da infância foi Jean Piaget. Sem dúvida, em muitos aspectos ele contribuiu com o debate não só antropológico, mas de todas as ciências que se interessam pela infância e suas características, principalmente o campo da educação. De acordo com Piaget [1950] (1993), o período da vida compreendido pela infância corresponde aos 12 primeiros anos da vida de um indivíduo, pois este período constitui-se como intervalo de desenvolvimento das habilidades perceptivas em consequência do desenvolvimento das habilidades cognitivas. Para o autor, uma criança só atinge as habilidades percepto-cognitivas de um adulto com o desenvolvimento dos três níveis das relações sujeito-espaço (relações topológicas, projetivas e euclidianas)⁶. Na lógica proposta, ao passar por estes três estágios percepto-cognitivos, um sujeito desenvolve a gama de habilidades psíquicas e sensoriais que se equivale à forma de perceber o mundo de um adulto, marcado por um pensamento “hipotético-dedutivo” ou “lógico-matemático”.

De acordo com Vieira e Lino (2007, pg. 199), especialmente orientada para descrever e identificar os modos ou as formas de conhecer e pensar que emergem ao longo da ontogênese humana, a teoria de Piaget dirige-se também para aspectos do desenvolvimento moral, linguístico e afetivo, concebendo-os sempre em estreita ligação com o desenvolvimento cognitivo. Nesta lógica proposta por Piaget, Nogueira e Leal (2015) esclarecem que a interação entre a assimilação e a acomodação provoca a modificação ou criação de esquemas motores ou

para a vida social.

⁶Na quarta seção deste capítulo “imagem e uso do espaço”, me aprofundo nas características das etapas de desenvolvimento da criança a partir de sua relação com o espaço, como proposto por Piaget.

mentais, o que concorrerá para que o indivíduo adquira maiores e melhores condições para interagir com o mundo e avançar em novos conhecimentos, em um processo contínuo. Todo esse processo resulta no que Piaget chamou de adaptação intelectual (NOGUEIRA; LEAL, 2015). Desta forma, para Piaget o desenvolvimento cognitivo é um processo de equilíbrios sucessivos, estruturado em fases nas quais a criança vai construindo estruturas cognitivas.

Esta lógica construtivista, construída a partir da Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética de Piaget, propõe que o indivíduo não é um mero produto do ambiente físico e social nem um simples resultado de suas disposições internas, mas sim, uma construção própria que vai se produzindo dia a dia, como resultado da interação entre esses dois fatores. Esta teoria epistemológica é caracterizada como uma visão interacionista do desenvolvimento.

Vygotsky, psicólogo russo proponente da Psicologia cultural-histórica, no livro “A Formação Social da Mente” (1991), se aprofunda no caráter interacionista do desenvolvimento cognitivo ao propor que a aquisição dos processos cognitivos superiores⁷ se dá por meio de atividades sociais, ou seja, mediados pela linguagem. Para ele, a aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas. A relação do indivíduo com o mundo é sempre mediada pelo outro. Desta forma, Vygotsky propõe o conceito de zona de desenvolvimento proximal (1991, pg. 56), que representa a diferença entre o que a criança consegue realizar sozinha e aquilo que, embora não consiga realizar autonomamente, é capaz de aprender e fazer com a ajuda de uma pessoa mais experiente.

O que esta visão interacionista criada por Piaget e melhor desenvolvida por Vygotsky propõe é: interações simbólicas estabelecidas entre sujeito e formas materiais do espaço, assim como entre sujeito e ambiente social colaboram com o seu desenvolvimento. Sendo que se deve levar em conta que as formas materiais dos objetos que constituem o espaço são ao mesmo tempo exatas e relativas dada sua inundação de significados específicos provindos das relações sócio-culturais. A inteligência do indivíduo é uma adaptação a situações novas, portanto, está relacionada com a complexidade da interação do indivíduo com o meio, sendo impossível

⁷ O que Vygotsky se refere com a ideia de “processos cognitivos superiores” ou “processos psicológicos superiores” abarca dois grupos de fenômenos. Em primeiro lugar, “trata-se de processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e do pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em segundo, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas nem determinadas com exatidão, que na psicologia tradicional denominam-se atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos, etc. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta da criança (VYGOTSKI, 2000c, pg. 29 *apud* POÇAS, 2014, pg. 10).

dissociar o desenvolvimento das habilidades cognitivas referentes à inteligência daquelas habilidades relacionadas à percepção e relação com o meio e os outros.

Margaret Mead nos trabalhos *Coming of Age in Samoa* [1928] e *Growing up in New Guinea* [1930] tem uma perspectiva de análise que se aproxima um pouco da noção interacionista. Ela toma a cultura como elemento central no processo de desenvolvimento da criança, sendo a cultura aquilo que é adquirido, transmitido e agente diferenciador das formas de aprendizado e apreensão das coisas, como em Vygotsky (1991). Por um outro lado, Piaget se interessa pelos processos internos de desenvolvimento dos sujeitos a partir do seu nascimento até o período adulto, o que em alguns momentos lhe rendeu críticas, como em Sarmiento (2008, p. 25), que aponta a obra de Piaget como produtora de “concepções biologizantes, desenvolvimentistas, individualistas e abstratizantes da noção de criança”.

Independentemente das diferenças nas contribuições de ambos os autores – Mead e Piaget – há diversos pressupostos semelhantes. Por exemplo, a clara “cisão entre a vida adulta e a vida da criança” (COHN, 2005, p. 15), como se houvesse alguma linha visível que diferenciasse a pertença a cada categoria geracional, seja a partir da potencialidade percepto-cognitiva em Piaget ou da competência cultural esperada pela vida adulta em Mead. Esta cisão entre a vida adulta e a vida da criança, que se torna clara pela delimitação de uma fronteira entre condições de percepção, representação e prática entre as categorias sócias geracionais adultez e infância, presente nas contribuições dos autores acima, há muito já foi superada pelas discussões da antropologia da criança e da sociologia da infância, as quais compreendem as crianças como “seres sociais plenos, dotados de capacidade de acção e culturalmente criativos” (SARMENTO, 2005, p. 374).

A partir das contribuições teóricas ao campo da infância, em grande parte vindas da sociologia e psicologia, Mead, cerca de 40 anos depois de suas primeiras publicações, no texto *Culture and Commitment: A Study of the Generation Gap* [1970] (“Cultura e compromisso: Um estudo da diferença entre gerações”, em tradução livre), revisa seu discurso centrado na infância tomada pela socialização e reprodução e passa a elaborar uma noção de infância que posiciona a criança como ator ativo e criativo no processo de socialização e não mais como destinatário passivo da socialização adulta e mero reproduzidor da cultura vigente e previamente estabelecida.

Há um salto epistemológico na compreensão do lugar da criança entre os textos de Mead da década de 1920 e 1930 para suas publicações de 1970. Esta revisão teórica e analítica no campo

dos estudos da infância sob a qual Mead é influenciada, foi um movimento que teve início na década de 1960 e mantém a base da noção dos estudos contemporâneos. Nesta nova corrente, deixou de traçar linhas estáticas e imutáveis para delimitar o pertencimento a uma categoria geracional para outra, como visto na modificação da concepção de infância trazida pela própria Mead, e mais bem evidenciada pelo conceito de “reprodução interpretativa” do sociólogo americano William Corsaro (1997), que ressignifica a noção de reprodução social.

Esta nova leitura do conceito, proposto por Corsaro, alarga a antiga noção de reprodução social, não mais relacionando-a a uma continuidade da estrutura social, em que as crianças são passivamente incorporadas pelos saberes, comportamentos e atitudes dos adultos a partir de etapas de desenvolvimento percepto-cognitivo e sociomoral, como proposto pelo modelo construtivista que se exprime na psicologia social de Piaget. A “reprodução interpretativa” entende que as crianças não recebem de forma passiva uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, elas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma que interpretam e interagem, seja nos efeitos que nela produzem a partir de suas próprias práticas (CORSARO, 1997, pg. 41).

Os estudos etnográficos com crianças da antropóloga brasileira Clarice Cohn, corroboram esta perspectiva de infância e agência da criança na criação de cultura. A partir da experiência da autora entre as crianças *Kayapó-Xikrin do Bacaja* (Pará-Brasil), ela constata que eles não são apenas alocados em um sistema de relações que é anterior a eles e reproduzido eternamente. No exemplo dos xikrins, o trabalho etnográfico evidenciou como as próprias crianças atuam “para o estabelecimento e a efetivação de algumas das relações sociais dentre aquelas que o sistema lhe abre e possibilita, [...] as crianças xikrin constroem grande parte das relações sociais que se engajarão durante a vida” (COHN, 2005, p. 28).

Por mais que as contribuições conceituais de Corsaro tenham sido fundamentais para a releitura do conceito de *socialização* e trabalhos etnográficos centrados nas crianças, como no exemplo da pesquisa de Clarice Cohn, tenham demonstrado que esta é uma perspectiva assertiva para o entendimento antropológico da categoria social geracional infância, não parto de uma definição rígida e estática, pois entendo este conceito como uma construção sócio histórica, portanto, contextual e relacional. Sigo Philippe Ariès (1960), que compreende a infância como socialmente construída durante a época moderna. Assim, a infância se posiciona como uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social geracional construída

recentemente na história da humanidade, na qual a emergência do sentimento de infância como uma consciência da particularidade infantil é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural.

Ariès afirma que a infância era pensada como uma fase da vida como qualquer outra, a criança não era vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. A história da infância surge como possibilidade para muitas reflexões sobre a forma como entendemos e nos relacionamos atualmente com ela. A infância como a entendemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas, sendo um engano analisar todas as infâncias de todas as crianças com o mesmo enfoque. A compreensão da infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais.

Segundo Walter Kohan (2004), uma das primeiras abordagens da infância advém de Aristóteles. Embora Aristóteles não tenha um livro ou tratado específico sobre a infância, as suas numerosas observações permitem reconstruir uma certa concepção da infância em consonância com as categorias filosóficas que compõem sua concepção do ser humano e do mundo. Para Aristóteles, toda criança é uma criança em ato e, ao mesmo tempo, um adulto em potência, um ser que só alcançará sua completude e finalidade na adultez. Para o filósofo, toda criança é inacabada, incompleta, imperfeita por natureza. Esta noção da criança como um homem imperfeito e em devir se estendeu até o século XVII, quando emerge a noção de educação e direcionamento das crianças. Então, quando digo que a infância foi uma invenção da modernidade, não me refiro ao reconhecimento biológico de diferenças entre adultos e crianças e sim ao trato diferenciado dispensado a esta categoria geracional, o que Ariès chama de “sentimento de infância”:

Na sociedade medieval, [...] o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. [...] Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos (ARIÈS, 1981, p. 156-157).

Este sentimento de infância que surge na modernidade e transforma a ideia e trato dado à infância, para o autor, seria inseparável do sentimento de família, que emergiu entre os séculos

XVI e XVII. Desde esta perspectiva, o interesse pela infância que surge neste momento histórico, seria uma forma e uma expressão desse sentimento de família. A partir de amplas transformações na sociedade, as antigas solidariedades de linhagem teriam recuado, ao mesmo tempo em que se fortalecia a intimidade doméstica, inclusive com alterações nas disposições das próprias casas. Esse sentimento de linhagem teria sido o único sentimento familiar conhecido na Idade Média, caracterizado pela extensão aos laços de sangue, sem levar em conta a coabitação e a intimidade. Por outro lado, o sentimento de família está ligado intimamente a casa, e voltado principalmente para as crianças, se limitando inicialmente às classes abastadas, e progressivamente estendendo-se a todas as camadas da sociedade.

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. [...] O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno de família. [...] A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política. O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças. [...] A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos (Ibidem, p. 277).

Apesar de vermos pela perspectiva do historiador francês Phelippe Ariès que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância, há autores que consideram que, na verdade, sociedades do passado poderiam não ter o nosso conceito de infância. Mas estas sociedades não “falharam” em pensar as crianças como diferentes dos adultos, elas simplesmente pensavam a diferença de maneiras diferentes das de hoje. Percebe-se, portanto que o século XVII, não marca necessariamente um primeiro conceito de infância, mas sim um momento de reestruturação da família e do lugar da criança, pois, antes disto não havia um lugar especial para a infância. Só então, a partir da ideia da infância marcada pela dependência, necessidade de proteção e cuidado, que surge a infância como uma categoria geracional repleta de singularidades e necessidades específicas. Neste contexto as crianças passaram a ser entendidas como seres biológicos que necessitavam de grandes cuidados e de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceitos.

De acordo com Heywood (2004), a emergência social da criança aconteceu em grande parte devido às obras de John Locke, Jean Jacques Rousseau e dos primeiros românticos, no século XVIII. Cita o autor que foi Locke que difundiu a ideia da tábula rasa para o desenvolvimento infantil e de que a criança nascia apenas como uma folha em branco, na qual, se poderia

inscrever o que se quisesse. Enquanto que, para Rousseau, existia a ideia de natureza boa, pura e ingênua da criança, e da necessidade de respeitá-la e deixá-la livre para que a natureza pudesse agir no seu curso normal, favorecendo o pleno desenvolvimento saudável das crianças. Esta concepção romântica da infância, entendia as crianças como portadoras de sabedoria, sensibilidade, e estética apurada, necessitando que se criassem condições favoráveis para o seu pleno desenvolvimento.

O tratamento diferenciado remetido à infância aparece entre os séculos XVI e XVII. Até essa época a educação das crianças confundia-se com sua inclusão nas atividades da sociedade e nos espaços públicos. Nesse sentido, foi através de Rousseau, considerado um dos primeiros pedagogos da história, que a criança começou a ser vista de maneira diferenciada, uma vez que ele propôs uma educação infantil sem juízes, sem prisões e sem exércitos.

A partir do século XIX inaugura-se uma visão da criança sem valor econômico, mas de valor emocional inquestionável, criando uma concepção de infância plenamente aceita no século XX. Neste contexto histórico é possível observar que a família sofre grandes transformações na organização social, a qual cria novas necessidades nas quais a criança será valorizada enormemente, passando a ocupar um lugar central na dinâmica familiar.

A partir de então, “o conceito de infância se evidencia pelo valor do amor familiar: as crianças passam dos cuidados das amas para o controle dos pais e, posteriormente, da escola, passando pelo acompanhamento dos diversos especialistas e das diferentes ciências como Psicologia, Sociologia, Medicina, Pedagogia, dentre outras tantas” (FROTA, 2007, p.152). Neste último século, a infância e a criança tornaram-se objetos de estudos e de saberes de diferentes áreas, constituindo-se num campo temático de natureza interdisciplinar, o qual independentemente da forma como era analisada e do posicionamento teórico que se tinha sobre ela, emancipa-se enquanto objeto teórico do campo científico.

Com a evolução nas relações sociais que se estabeleceram as crianças passaram a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social dentro da coletividade e a família tem grande preocupação com a sua saúde e a sua educação.

Após citar diversas vezes as palavras infância e criança, acredito que vale diferenciar as noções de cada uma delas. Entendo as crianças como sujeitos produtores de cultura, “ativos e criativos [...] membros ou operadores de suas infâncias [...] que afetam e são afetados pela sociedade” (CORSARO, 2011, p.15-16). E por outro lado a infância é “uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social” (SARMENTO, 2005, p. 363).

Se entendo a infância enquanto uma categoria social do tipo geracional, na qual os sujeitos se desenvolvem até se tornarem adultos, capazes de agir de forma autônoma no mundo, é importante perceber que este processo se dá através do desenvolvimento de habilidades e competências que permitem que o sujeito aja de forma autônoma. Piaget, traz um pouco desta discussão. Porém seu olhar se debruça apenas nas competências cognitivas e perceptivas do sujeito. O que não abrange as práticas microbianas e as “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2014, p. 41) que constelam a criatividade cotidiana da vida social.

O antropólogo britânico Tim Ingold, por mais que não se dedique especificamente à antropologia da infância, em muito contribui com o entendimento do desenvolvimento humano e a aquisição de habilidades e competências. Ingold (2000), afirma que a aquisição de habilidades (*skills*) marca o desenvolvimento de um sujeito e emerge num processo contínuo de modificações corporais, inclusive modificações anatômicas no cérebro que levam em conta o ambiente, a companhia de outras pessoas e objetos do lugar em que a pessoa vive.

Para compreender esse percurso de aquisição das habilidades que nos permitem viver ativamente e autonomamente é necessário tomar o ser humano como um “organismo-inteiro-no-seu-ambiente” (*whole-organism-in-its-environment*), expressão que pretende denotar uma integração entre sujeitos e ambientes, como uma totalidade indivisível e não um conjunto formado por dois elementos, como talvez a expressão “organismo mais ambiente” possa suscitar (INGOLD, 2000, p.19). Aqui falamos de um ambiente que é relativo ao seu organismo e, além disso, um ambiente que nunca se completa. Para essa compreensão, o ambiente também deve ser pensado como um organismo em contínua construção, sempre em devir, sempre em processo de se fazer, processo que sempre ocorre em constante diálogo com os outros organismos.

Essa perspectiva que enxerga a criança e seu desenvolvimento enquanto um processo de aquisição de habilidades a partir do envolvimento prático entre sujeito e ambiente habitado,

apresenta-se como uma visão contrária à ideia de domesticação e à clássica perspectiva de socialização da criança proposto por Durkheim. Poderíamos dizer que às crianças são dadas as condições de crescer, mas os responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento das crianças não são apenas elas mesmas ou apenas os adultos. As crianças são organismos e, como tais, são agentes da sua transformação. Os adultos promovem o meio onde as crianças crescerão, mas eles não determinam seu crescimento. Neste sentido, as crianças, assim como todos os demais organismos, “figuram não como produtos passivos de um mecanismo que se posiciona fora do tempo e da mudança, mas como agentes ativos e criativos, produtores e produtos de sua própria evolução”⁸ (INGOLD, 2000, p. 384-385).

Essa noção de evolução proposta por Ingold, mesmo guardando particularidades distintivas que não permitem aludir igualdade, tem grande semelhança com a ideia desenvolvida pela antropóloga Christina Toren (2012), segundo a qual os seres humanos – tal como todos os outros seres vivos – são “sistemas autopoieticos”, sistemas auto-organizantes, cuja principal característica é a de ser autônomo e ativo em sua produção.

Os organismos criam-se por si mesmo e se autorregulam. Mas isso não significa que um sistema tem o completo controle das condições de sua existência, uma vez que está colocado num mundo habitado por outros seres. Ele se produz ou cria a si mesmo, mas não esquecendo que a relação com o outro é essencial no processo autopoietico humano. “Um recém-nascido, um bebê ou uma criança pequena precisam de outros humanos que cuidem de suas necessidades primárias, tornando sua ontogênese um processo social. Com efeito, como sistemas vivos humanos, cada um de nós necessita de outros para manter a autonomia ao longo da própria vida e contribuir para a vida de outros” (TOREN, 2012, p. 22).

Christina Toren explica que formulou sua concepção de autopoiese humana principalmente a partir dos trabalhos sobre sistemas autopoieticos de Maturana e Varela, aliado à epistemologia genética, especialmente da ideia de esquema cognitivo como um “sistema transformacional autorregulado”, como proposto por Piaget. A concepção de Toren propõe que qualquer ser humano é, em todos os aspectos de seu ser, um produto transformador dinâmico do passado por ele vivido e está situado em relação a todos os outros (crianças e adultos, vivos e mortos) cujas

⁸ Tradução proposta pelo autor da seguinte passagem do livro *The perception of the Environment*: “figure not as passive products of a mechanism – variation under natural selection – that stands outside of time and change, but as active and creative agents, producers as well as products of their own evolution” (2000, p. 384-385).

ideias e práticas estejam contribuindo para estruturar as condições de sua existência presente (TOREN, 2012, p. 22).

Quando a autora fala “qualquer ser humano” ela se refere a qualquer feto, neonato, bebê, criança, adolescente, adulto ou idoso, porque a autopoiese é um processo que se inicia na concepção e só termina com a morte. Podemos, portanto, considerar a nós mesmos como vivendo e manifestando os processos históricos que nos envolvem em literalmente todos os aspectos de nosso ser. Ou seja, nossa constituição física e moral é sempre produto dinâmico de uma história biossocial. Nas palavras da autora, nós somos “individualmente sociais e socialmente individuais”, somos na nossa própria “natureza” seres sociais, e, por isso, é a história da nossa relação com os outros que informa quem somos enquanto pessoas singulares (TOREN, 1999, p. 5).

Mesmo que Ingold não se refira ao processo autopoietico humano em sua obra, tanto em Ingold como em Toren é possível observar que o processo micro histórico de evolução do ser humano é construído em integração com as experiências culturais, espaços físicos ocupados, artefatos manejados e relações sociais estabelecidas. Todos em relacionamento e responsáveis por mudanças não só na mente dos sujeitos, mas também em sua biologia.

As argumentações trazidas pelos dois autores ajudam a compreender que o desenvolvimento de um determinado ser humano não está limitado às primeiras categorias geracionais. O que nos permite afirmar que não apenas uma criança se desenvolve enquanto organismo para um dia chegar a uma etapa de conclusão, que poderia ser a adultez, mas todos nós (bebês, crianças, jovens, adultos e idosos) estamos em constante processo de evolução, entendida não como um processo de desenvolvimento linear onde uma etapa é superior ou melhor que a outra, e sim como um processo contínuo de momentos sucessivos e distintos entre si, nos quais assentamos nossas experiências passadas e a partir destes assentamentos modificamos nossas habilidades, atenção e hábitos.

Essa proposição vai de encontro a alguns aspectos da tão veiculada lógica da socialização proposta por Émile Durkheim, tanto ao crer na passividade da criança enquanto um mero receptor de conteúdo cultural, como ao crer que em uma determinada etapa da vida este processo de socialização estaria completo.

Ingold argumenta contra essa ideia ao afirmar que não apenas as crianças, mas também as plantas, os animais e até as coisas, ao mesmo tempo em que são feitas também se fazem. Isso quer dizer que a fabricação e o crescimento das coisas, sobretudo das crianças, só é possível nos contextos relacionais de um envolvimento mútuo entre as pessoas e seus ambientes.

No texto *The Social Child* (“A criança social”, em tradução livre), Tim Ingold (2007, p. 112-113) traz três pontos importantes a serem comentados sobre o processo de tornar-se adulto ou o crescer, que não são levados em consideração pelo conceito da socialização. Primeiramente, a noção de que as crianças são moldadas a partir de um processo de socialização, para o autor, é uma perspectiva adultocêntrica (“*adult-centered*”). A socialização reflete a falha em reconhecer as crianças como agentes que possuem propósitos e perspectivas particulares. Hoje, as crianças são compreendidas como agentes. As crianças participam dos meios sociais a partir de contribuições próprias que moldam os contextos onde o aprendizado ocorre e o conhecimento é gerado e não de forma passiva como proposto pela socialização.

O segundo ponto proposto pensa que se a socialização sugere uma participação ativa de ambos os lados das relações – criança e adulto – a infância não pode ser compreendida como um prelúdio da carreira social individual, ou seja, a porta de entrada deste sujeito na sociedade. Longe disto, as crianças podem aprender apenas porque estão completamente envolvidas neste mundo desde o início. Ou seja, não é preciso um processo de socialização para que a criança possa interagir ativamente no meio social. A partir de seu nascimento as crianças já interagem socialmente e é exatamente por isso que elas conseguem adquirir habilidades avançadas e competências para uma vida autônoma em sociedade.

O terceiro ponto trazido por Ingold contra a noção clássica de socialização (2007, p. 112-113) é a ideia de que há uma fronteira clara delimitando categorias geracionais. À luz do conceito de socialização, o autor afirma que se a infância é um período da vida marcado por uma qualidade formativa assim também devem ser vistas as demais fases da vida. A experiência adulta é também uma experiência formativa, a exemplo disto, os pais continuam a serem socializados pelos próprios filhos, numa via de mão dupla, assim como os avós e netos e vice-versa. Quando olhamos por esta ótica, observa-se que a socialização deveria ser um processo que se perpetua por toda a vida de um indivíduo, e não limitado à infância. Não existe um ponto específico na vida em que possamos dizer que a socialização está completa.

Pudemos ver alguns argumentos que vão de encontro à lógica da socialização enquanto processo de transformação da criança em adulto, logo, torna-se pertinente se perguntar qual arranjo teórico poderia substituí-lo. Ingold (1991, p. 371) propõe a noção de “*enskillment*” (neologismo utilizado pelo autor para se referir ao processo de aquisição de habilidades) que significa se tornar apto, experiente, portador de determinada habilidade. O autor acredita que os sujeitos são assentamentos dos processos de aprendizagem vividos, sendo os processos de aprender e significar o mundo, inseparáveis do fazer e ambos embebidos no contexto de um engajamento prático no mundo. Em outras palavras, aprender não é um processo passivo de enculturação, e sim um processo complexo, onde o “aprendente”, seja ele criança ou adulto, deve se posicionar de forma ativa na aquisição de habilidades e na ‘educação de sua atenção’”⁹ (INGOLD, 2010, pg.21).

Para estabelecer a ideia de “*enskillement*” (INGOLD, 1991 e 2010) como o processo de aprendizagem que todos os seres humanos passam em seus contextos sociais, Ingold discute e critica o pressuposto construído sobre teorias convencionais de que o aprendizado se constitui como processo de “internalização” de um conhecimento objetivo pré-existente. Assumir que o conhecimento é algo dado previamente à sua implantação leva à ideia convencional de que a cultura consiste em um corpo de informações que é passado adiante, como se fosse um bastão de corrida de revezamento transmitido por gerações. Outro pressuposto frágil quanto à compreensão da evolução de um sujeito é considerar que o conhecimento se localiza “dentro” do indivíduo ao invés de se encontrar “por aí”, em constante e complexo tráfego. Para o autor, inevitavelmente, a perspectiva de socialização leva à ideia de “internalização” do conhecimento, e esta hipótese, segundo ele, deve ser descartada.

Não importa se é na sala de aula, na cozinha de casa ou no parque de diversões, o conhecimento não é simplesmente “passado” de uma sociedade autoritária para a criança. Ele é continuamente gerado em contextos interpessoais de atividades articuladas, sendo que os mais experientes guiam e oferecem suporte aos menos experientes. Então, se pensamos nos contextos de sala de aula, as informações que as crianças recebem de seus professores ou livros só se tornarão conhecimento quando “incorporados” no curso de sua maturidade e desenvolvimento, que se

⁹ Tim Ingold no texto *Da transmissão de representações à educação da atenção* (2010), propõe que os processos de aprendizagem não se configuram com meras transmissões de representações mentais, e sim como educação da atenção. Exemplo (pg.21): O lenhador experiente olha em torno de si em busca de orientação sobre onde e como cortar: ele consulta o mundo, não uma figura em sua cabeça. Entre as páginas 19 e 22 o autor se aprofunda na proposta de “Educação da Atenção” como o resultado da aprendizagem.

dá dentro de padrões próprios de consciência e resposta. Isto é, o conhecimento, não deve ser visto como uma propriedade das mentes humanas, mas como uma propriedade de todo o sistema de relações configurado sob a presença de praticantes imersos em um ambiente estruturado de forma rica e complexa.

A antropóloga brasileira Flávia Pires contribui bastante com esta perspectiva de criança enquanto agente ativo, como presente na noção de “*enskillment*” e de “reprodução interpretativa”, no seu texto intitulado *O que as crianças podem fazer pela antropologia?*. Na seguinte passagem a autora registra alguns de seus argumentos centrais:

Se conseguirmos, com nossas pesquisas, mostrar que no processo de se tornar adulto uma criança aprende não apenas através dos adultos, mas também de outras crianças; que as ideias que tem uma criança a respeito de qualquer assunto, seja religião, política ou sistema racial têm interferências no modo como os adultos pensam o mundo; e, além disso, que crianças podem pensar o mundo de forma diferente dos adultos e propor soluções culturais diversas, então estaremos mostrando que não existe a cultura a ser incutida nos pequenos, já que eles mesmos são parte do processo que constitui a mesma. (PIRES, 2010, p. 153-154)

As contribuições teóricas trazidas, sobretudo dos antropólogos de correntes de pensamento e momentos históricos distintos que permitiram o alargamento das discussões sobre a infância, como Margareth Mead, Tim Ingold, Cristina Toren, Clarice Cohn e Flávia Pires, evidenciam que por muito tempo as crianças eram tomadas como um “vir-a-ser”, uma condição transitória e moldável, uma tábula-raza sob a qual inscreveríamos os conhecimentos culturais. Então, tomar a criança como sujeito social pleno significa perceber sua atuação no mundo como produtora de relações e sentidos sobre o mundo. No limite, significa poder perceber os mundos sociais a partir desse outro ponto de vista e atuação, o das crianças.

As contribuições teóricas da antropologia e de outras ciências humanas acerca da infância, citadas a cima, corroboram a compreensão desta pesquisa, a qual encara as crianças como seres sociais plenos, dotados de capacidade de ação e culturalmente criativos. Sujeitos produtores e ressignificadores de sua própria cultura. Pertencentes a uma categoria social geracional – infância – em que ocorrem os primeiros constrangimentos das relações sociais, sentimentos de pertencimento e conseqüentemente as primeiras relações com identidades individuais e coletivas.

Diversos têm sido os esforços dos pesquisadores da infância para romper antigos pressupostos e aqui nesta pesquisa não só os levamos em conta como também os reforçamos ao emancipar a

criança enquanto objeto de estudo e legitimá-los como agentes ativos e potentes interlocutores de pesquisa social. Porém não esquecemos de levar em conta as limitações físicas e sociais que são impostas às crianças, que em geral depõem contra uma ideia de autonomia total desta categoria geracional que é marcada por um processo de desenvolvimento humano, o “tornar-se adulto”, que aqui é entendido como um processo de aquisição de habilidades através de fatores internos e externos ao sujeito, como proposto não só pela autopoiese humana (TOREN, 2012, pg. 22), mas também pelo processo de *enskillment* (INGOLD, 1991, pg. 371) e a reprodução interpretativa da cultura (CORSARO, 1997, pg. 41) .

2. Rede Parental

A compreensão de infância trazida nesta primeira parte do capítulo evidencia que esta categoria geracional, ao contrário do que a teoria psicogenética de Piaget prevê, não é limitada à uma faixa etária fixa, imutável e universal. O que marca o ingresso numa vida adulta, não é a aquisição de um pensamento “hipotético-dedutivo”, como sugere Piaget, mas a aquisição das habilidades e competências necessárias para que o sujeito se torne autônomo para a vida em sociedade.

Como as crianças não são sujeitos totalmente autônomos, elas assumem um lugar de dependência. O que sugere a necessidade de outros agentes que deem suporte ao desenvolvimento desta criança, ao menos até o momento em que ela assume uma posição autônoma para a vida. Então, ao falar de crianças e sua forma de viver, automaticamente pensamos neste sujeito ou grupo que exerce a função de cuidar e acompanhar o desenvolvimento da criança, oferecendo um suporte parental. Chamo este grupo de rede parental.

Não apenas a teoria trazida na seção anterior apontou para este grupo de adultos como essenciais no processo de aquisição de habilidades das crianças. O trabalho de campo realizado com crianças do Atlântico Norte, apontou para esta rede parental como um elemento essencial para suporte e condicionamento das práticas habitacionais das crianças. Como a ideia de rede parental será citada diversas vezes ao longo deste trabalho, se faz necessário um maior

esclarecimento sobre o termo. E é este o fim desta seção. A compreensão da rede parental se dará a partir de uma introdução sobre o surgimento dos estudos de redes na teoria antropológica à luz das contribuições de Ulf Hannerz e Michel Agier, seguido de um aprofundamento na compreensão de parentalidade a partir de Janet Carsten e Marshall Sahlins. Ao relacionar a compreensão de *redes* ao de *parentalidade* chegaremos ao conceito aqui proposto.

A palavra rede nem sempre habitou o repertório dos antropólogos. Foi apenas na segunda metade do último século que ela passou a fazer parte de forma mais recorrente dos textos antropológicos. A escola de Manchester foi um grupo protagonista na inserção das análises de redes, eles realizaram importantes críticas ao modelo clássico da antropologia britânica, e realizaram importantes avanços metodológicos para a disciplina. Nesta escola, dentre os autores que se destacam, estão Max Gluckman, Clyde Mitchell, John Barns e Philip Mayer, (FELDMAN-BIANCO, 2009); (HANNERZ, 2015)

O processo de descolonização na África, registrado a partir das pesquisas no Rhodes-Livingstone Institute (RLI) marcou a perspectiva da Escola de Manchester. O RLI foi fundado em 1938 pela coroa britânica na região que até então era seu protetorado, a Rodésia do Norte, atual Zâmbia. Dentre os principais objetos de estudo destes pesquisadores estavam os novos conglomerados populacionais que se formavam na África Central, mais especificamente na região do *Copperbelt*. O nome *Copperbelt* (cinturão de cobre, em tradução livre) remete à uma região de grande extração de cobre que a partir da década de 50 sofreu um rápido adensamento populacional. A explosão demográfica da região se deu graças ao grande número de pessoas que passaram a trabalhar nas minas de extração de cobre. Este movimento de reorganização demográfica alocou sujeitos de diversas origens étnicas em cidades que rapidamente surgiam e se estabeleciam como centros urbanos.

Até então, não havia grande interesse da disciplina em estudar o espaço urbano, o olhar antropológico restringia-se aos povos distantes, pequenas tribos, as chamadas sociedades “tradicionais”, organizadas através de arranjos sociais tidos como simples. Por mais que na década anterior à do RLI, o departamento de sociologia e antropologia da Escola de Chicago tivesse realizado a primeira importante tentativa de estudo dos centros urbanos combinando conceitos teóricos e pesquisa de campo de caráter etnográfico, as propostas se distinguiram e o pensamento com redes não teve a mesma relevância. Foram os novos arranjos urbanos na África Central estudados pelo RLI, aliados ao interesse da disciplina em compreender “a cidade”, ou

como preferem chamar alguns antropólogos as “sociedades complexas”¹⁰, que demandou uma nova forma de delimitar as unidades de estudo, que no caso foi compreendido através das redes.

Ao entrar em uma unidade de estudo considerada urbana é praticamente impossível depender de limites sociais “naturais” ou físicos, como os estudos de sociedades tradicionais muitas vezes recorreram ao delimitar sua unidade de análise. Neste sentido as preocupações de estudo do RLI se distanciavam nas perspectivas dos estudos antropológicos tradicionais, implicando novos arranjos teóricos que dessem conta da complexidade social encontrada nas cidades.

No livro *Explorando a Cidade* (2015), Ulf Hannerz introduz a análise de redes como um recurso da antropologia urbana para recortar sua unidade de análise, pois estudar a cidade como um todo, a cidade em completude, não passa de uma ilusão.

Para realmente estudar a cidade como um todo, teríamos de levar em conta todas suas pessoas – fundadores da cidade, aldeões urbanos, ascendentes em espiral, pessoas de rua, sejam quais forem os tipos que possamos reconhecer. E teríamos de acompanhá-los por todos os setores de atividades, não só como eles se sustentam, mas também como administram seus domicílios, lidam com vizinhos, esbarram uns nos outros na praça da cidade, ou simplesmente relaxam. Além disso, iríamos exigir de um estudo assim não só que a etnografia estivesse toda lá, mas também a possibilidade de obter uma ideia razoavelmente clara de como tudo se une. (HANNERZ, 2015, pg. 318).

A descrição de Hannerz do que poderia ser um estudo completo sobre uma cidade além de afirmar a impossibilidade de um estudo da cidade em sua completude posiciona os estudos de rede como uma recursividade metodológica para análise urbana. Para ele, a perspectiva das redes foi uma das maiores contribuições dos pesquisadores da Escola de Manchester para os estudos urbanos. Hannerz acredita que a “análise de rede envolve um tipo específico de abstração e não um tipo específico de relacionamento” (Idem, pg. 190). O que sugere que o uso da abstração pode variar, de acordo com o pesquisador e o objeto em questão. O que leva-nos a compreender que “não há qualquer ‘teoria de rede’ no sentido de um conjunto de proposições testáveis logicamente inter-relacionadas” (Idem). Fato que distancia os pesquisadores de redes de um padrão teórico-metodológico pré-estipulado para seus estudos, o que acaba permitindo uma maior maleabilidade do objeto – se este se configurar como uma rede – de acordo com o interesse da pesquisa.

¹⁰ Para alguns antropólogos, as sociedades urbanas e seus arranjos sociais característicos da cidade, que a põe em patamar social distinto das sociedades simples ou tradicionais, são denominadas sociedades complexas, como sugerido no livro “Antropologia das sociedades complexas”, da antropóloga portuguesa Bela Feldman-Bianco (2010).

Mesmo não havendo uma “teoria de rede”, nos termos de Hannerz, muitos são os autores que buscaram definições para as *redes*, o que todas possuem em comum é sempre estarem caracterizadas por múltiplas conexões sociais entre sujeitos distintos. Nas palavras de John Barnes a rede social seria “um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 2009, pg.180). No caso das redes parentais, seriam um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam crianças a sujeitos mais velhos que estão presentes em seu cotidiano, auxiliando o suporte parental.

Hannerz (2015, pg.185-186) traz uma categorização de rede que se aproxima do tipo de rede que utilizaremos nesta pesquisa, as “redes egocentradas”, as quais são redes que se configuram como um conjunto de cadeias finitas de relacionamentos sociais que se propagam a partir de um ego. Mesmo que relacionadas a este ego específico, cada um dos relacionamentos incluídos pode ter sua própria existência separada desse ego central. Algumas delas podem estar baseadas no parentesco, outros podem ser de caráter comercial, outros ainda construídos sobre a base da participação compartilhada como membros de uma associação, e assim por diante.

Não apenas a partir de tipos diferentes de relacionamento que se pode determinar uma rede, a partir da noção proposta por Hannerz, onde a rede é um tipo de abstração, podemos entender que cada tipo de rede se configura como um grupo social específico recortado a partir de relacionamentos que se dão em congruência a um mesmo tema, escolhido pelo pesquisador autor da abstração. Essa variável que carrega o potencial de definir uma rede, segundo o autor, depende das intenções do pesquisador. Como consequência da lógica abstrata intrínseca a toda rede, as redes podem se configurar de formas distintas a depender dos critérios estipulados pelo pesquisador, como por exemplo, a opção de escolher apenas os relacionamentos de primeira ordem ou apenas os relacionamentos que se mantem com uma determinada frequência ou determinada intensidade.

A presença de diferenciações na morfologia e relacionalidade das redes é também observada por Michel Agier (2011, pg. 79-80), mas para este autor as diferenças encontradas nas redes não são primordialmente estabelecidas pelos critérios de seleção do pesquisador. Segundo Agier, as diferenciações encontradas entre as diversas redes se dão antes de qualquer coisa pelo tipo de cooperação que une estes sujeitos, em outras palavras, segundo a natureza da relação social que está na base da existência daquela rede, a qual também não ocorreria sem uma função ou um uso específico. Os exemplos dados pelo autor de diferentes tipos de cooperação que une

os sujeitos são: a presença ou ausência de laços de parentesco e a definição normativa dessa relação (filiação, aliança, parentela espiritual ou fictícia), a aproximação por sexo, idade (os grupos de pares), coresidência (redes de vizinhos, de rua) e diversos outros.

Como nos alerta Hannerz (2015, pg. 192-193), essas diferenciações entre as redes não se dão apenas por tipos distintos de relacionamentos. Se imaginamos uma rede “egocentrada” ou “egocêntrica” como um conjunto de relacionamentos que se organizam a partir de um ponto particular na estrutura dos relacionamentos sociais, tal como um indivíduo ou um casal, e deslocamos essa “teia” para fora a partir deste centro, até o ponto em que o pesquisador julgue ser necessário ou útil, é possível observar que cada elo correspondente a um relacionamento desta rede é formado por circunstâncias específicas. Então, atributos interacionais, tais como a intensidade, durabilidade, frequência e conteúdo do relacionamento, são essenciais na diferenciação de uma rede para outra, ou na diferenciação dos relacionamentos dentro de uma mesma rede.

Ao observar trabalhos de análise de redes de grandes antropólogos, é possível detectar que nem todos os pesquisadores consideram todos os tipos de relacionamentos como conexões ou elos de uma rede. É recorrente observar pesquisas que consideram apenas os relacionamentos relativamente duradouros e entre sujeitos que “se conhecem”. Desta forma, desconsidera-se relacionamentos de tráfego e também os relacionamentos de curto prazo como alguns dos encontrados do setor de provisionamento (HANNERZ, 2015, pg.216).

Hannerz (2015, pg.262) divide os papéis assumidos pelos cidadãos em cinco grupos, seriam eles: 1) domicílio e parentesco; 2) provisionamento; 3) recreação; 4) vizinhança; 5) tráfego. Segundo o autor, assumimos papéis específicos a depender do setor em que nos encontramos. Os setores de provisionamento e tráfego se constituem como as categorias em que o engajamento do sujeito com relação ao relacionamento interpessoal costuma ser menos intenso, o que se dá pelas características dos papéis que assumimos nestes setores. Por outro lado, o setor do domicílio e parentesco costuma ser caracterizado por um forte engajamento do sujeito com os relacionamentos. Este grau de engajamento não deve ser uma prerrogativa para desconsiderá-los, pois as pessoas assumem papéis específicos enquanto nestes domínios, e o maior ou menor grau de intensidade dos relacionamentos faz parte do lugar e papel assumido consciente ou inconscientemente pelo sujeito.

Levando em conta que quando assumimos papéis de um determinado domínio ou setor imergimos numa determinada rede urbana e que um cidadão pode transpassar por diversas destas redes ao longo de um dia, podemos pensar a cidade e toda a sua complexidade social como uma rede de redes, e o mundo como uma rede total (HANNERZ, 2015). Nesse caso, as redes analisadas pelos pesquisadores urbanos não passariam de redes parciais, que apenas em associação com outras redes, figuram a complexidade social do meio urbano.

Essas categorizações das redes, como proposto por Hannerz e demais pesquisadores da cidade, segundo Agier (2011, pg. 79), não passam de representações metafóricas que oferecem grande aporte descritivo. Agier prefere utilizar “meios sociais urbanos” para se referir ao que foi denominado *redes parciais* e “conjunto articulado destes meios” como a ideia de *rede total*. Independente da nomenclatura utilizada é importante perceber que as redes como unidades de análise não passam de abstrações que ajudam a compreender um determinado objeto. E a partir desta lógica que escolhi a rede de parentalidade dos meus interlocutores de pesquisa como fonte de dados a respeito das relações intergeracionais estipuladas por eles, e além disto como fonte de conhecimento das próprias crianças, já que estas redes configuram o espaço social intergeracional pelo qual a criança é socializada.

Na literatura antropológica, o termo parentalidade costuma ser utilizado como um correspondente do termo inglês *parenthood*, que alude ao estado de ser um progenitor e também às responsabilidades envolvidas neste estado. Para a zoologia, a palavra parentalidade, relaciona-se aos atos que um ou ambos os progenitores realizam para assegurar que os seus descendentes sobrevivam até adquirirem características que lhes permitam sobreviver por si próprios, e eventualmente produzir nova descendência, ou seja, reproduzirem-se. Logo, com o homem, não poderia ser muito diferente. Para as ciências humanas parentalidade é um termo relativamente recente, que “começou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa a partir dos anos 60 para marcar a dimensão de processo e de construção no exercício da relação dos pais com os filhos” (ZORNIG, 2010, pg.1). Mas o processo de “criar” um filho dentro das configurações urbanas “normais” de nossa atualidade é inconcebível sem uma rede de pessoas, onde todas se relacionam diretamente com essa criança – o ego da rede – mas que não necessariamente relacionam-se entre si.

De acordo com Strathern (1995, pg. 306), por mais que exista o que podemos identificar como uma exigência de parentesco para a parentalidade, que se configura na necessidade de que a

criança tenha dois pais identificáveis, iguais em termos de doação genética, mas desiguais em termos dos papéis que vão representar na vida dela. Os papéis sociais desempenhados pelos pais, não só podem, como costumam ser desmembrados em vários componentes e assim espalhar-se por várias pessoas individuais. Ao estudar distintas formas de sociabilidade humana, torna-se evidente a necessidade de estender as ações parentais a outros sujeitos que não os pais biológicos da criança. Muitos são os motivos para tal extensão das ações parentais, como por exemplo a capacitação, disponibilidade de tempo, afeição ou obrigação social.

Janet Carsten, no texto *After Kinship* [2004] (Depois do Parentesco, em tradução livre), aconselha que busquemos compreender o parentesco no plano processual, averiguando como modos específicos de copresença (como coabitação e comensalidade) têm o poder de relacionar pessoas. Carsten parte de um pressuposto parecido com o de Sahlins, segundo o qual qualquer “relação constituída em termos de procriação, filiação ou descendência pode também ser produzida pós-natalmente ou performativamente por ações culturais apropriadas” (2013, pg.8), e a casa ou moradia exerce papel fundamental neste processo:

Acredito que para muitas pessoas, o parentesco é construído dentro e através das casas [...] O significado do que é criado e aprendido dentro das casas também é levado para fora dela. Aqui eu quero chamar atenção para os entendimentos compartilhados, práticas corporais, e memórias daqueles que viveram juntos. As casas são envoltas em processos de codificação e internalização de hierarquias, princípios que dão forma às relações de diferentes gerações, idade ou gênero. E essas valorizações têm significados para além da esfera cotidiana do que acontece dentro da casa (CARSTEN, 2004, pg. 37).

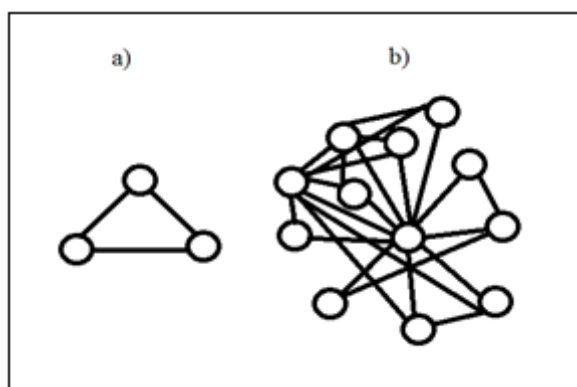
Isso permite compreender que não apenas as ações de parentalidade, mas também os agentes parentais não são dados e “auto evidentes”, “não estão relacionados por uma proximidade genealógica” (CARSTEN, 2004, pg. 106), eles são formulados localmente, a partir das práticas cotidianas. Logo, uma rede de parentalidade pode ser compreendida como um emaranhado de participações intersubjetivas, fundadas em um objetivo educacional, no qual a “partibilidade” das pessoas que o compõem é fundamental para o entendimento das “práticas transpessoais de coexistência” (SAHLINS, 2013, pg.19).

Os argumentos de Sahlins e Carsten contribuem para compreender que uma rede de parentalidade humana não se limita a uma simples e pequena rede de primeira ordem, que no caso de um filho único se limitaria ao máximo de três conexões possíveis (Figura A). Diversas são as pessoas que compõem a rede de parentalidade de uma criança. Se entendemos que essas pessoas estão ocupando lugares de grande importância no processo de “*enskillment*” (INGOLD,

2000) daquela criança, e de forma direta ou indireta os pais são coniventes com estas interações que carregam a responsabilidade de educar, cuidar, punir, direcionar e transladar as crianças, todos estes adultos que participam de forma ativa da vida cotidiana das crianças se inserem nesta rede de parentalidade. O suporte parental que se faz necessário para o cuidar e o educar as crianças, é oferecido por uma rede, que na maioria dos casos atinge grande grau de complexidade.

Se as crianças mesmo entendidas como agentes ativos e criativos são seres desprovidos de total autonomia social, é inevitável que em seu processo de desenvolvimento uma variedade de relacionamentos intergeracionais sejam ativados. Cada um desses relacionamentos se dá em um espaço, momento e intensidade específica, mas claro, todos são potentes no processo de troca entre os sujeitos, e o mais importante, influenciadores do processo de desenvolvimento da criança. Então, as redes de parentalidade, ao menos das crianças estudadas, são diversas, plurais, móveis, instáveis, compostas por tios, avós, “compadres”, professores, babás e vizinhos que entram e saem de cena constantemente. Em consequência a tais irregularidades, a morfologia de uma rede de parentalidade costuma se aproximar em complexidade da figura B, e não a simples rede triádica da figura A.

Figura 1 – Configuração de redes parentais



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao comentar que os adultos componentes da rede de parentalidade entram e saem de cena constantemente, o que quero dizer é que em diferentes escalas de tempo, é possível observar drásticas mudanças na rede como um todo, afetando não só a morfologia das redes através das pessoas que a compõem, mas também a frequência e intensidade das conexões relacionais. Isso pode se dar por diferentes razões, como por exemplo uma separação entre pais, mudança de

vizinhança ou de colégio, ascensão ou declínio social do núcleo familiar, conflitos familiares, que mesmo não envolvendo a criança diretamente é capaz de modificar drasticamente sua rede parental, assim como diversas outras razões.

De acordo com Ingold (2015, pg. 91), ao falarmos de redes, não podemos entendê-las como uma entidade independente de seus agentes. Ou seja, as redes não são objetos independentes, fechados que estão definidas contra outros objetos com os quais pode então ser justaposto ou unido. É, sim, um pacote ou um tecido de linhas, fortemente unificadas, mas com alguns pontos em aberto, sem conexão, que se agrupam com outras linhas de outros agrupamentos. Por isso mesmo elas são fluidas, flexíveis e instáveis.

Mesmo que não tenha comentado até aqui, acredito que valha a pena reconhecer o valor conceitual e avanço nas reflexões antropológicas sobre rede representado pelas propostas do antropólogo Jean Segata. Neste sentido, eu poderia optar pelo entendimento das redes parentais dentro da lógica das redes sociotécnicas¹¹ (SEGATA, pg. 108), na qual humanos, sejam eles parentes consanguíneos ou não, e os não-humanos, demais animais (pets) e objetos compõem uma rede que se configura através de eventos relacionais. Porém para pensar as redes parentais aqui propostas, prefiro trabalhar com uma lógica tradicional, na qual às relações humanas são dadas maior atenção e importância que as relações entre eles e os não humanos.

As imagens do espaço e as práticas desempenhadas pelas crianças, assim como a forma que elas habitam, são impensáveis sem levar em conta aquelas pessoas que dão suporte à vida desses pequenos sujeitos. Por mais que este grupo de agentes parentais pareça ser “auto evidente”, ele é formulado localmente, a partir das práticas cotidianas.

Dado o grande poder de influência que as redes parentais têm na vida das crianças, estas redes estiveram sob análise constante e foram essenciais para a efetivação desta pesquisa, a qual entende as redes parentais como um emaranhado de participações intersubjetivas, não necessariamente fundada no parentesco, que se organiza em forma de rede egocentrada, a qual

11 Rede sociotécnica é o tipo de rede que cruza os pólos e faz ligar humanos e não-humanos em um coletivo. De fato, a pureza que se buscava na modernidade a fim de se obter meios pelos quais os coletivos – separadamente, humanos e não-humanos – pudessem se ampliar e progredir, só foi mesmo possível pelo seu contrário: a mistura desses pólos, de natureza e sociedade, de ciência e política. [...] As redes possuem uma elasticidade capaz de ligar esses humanos e não-humanos e é nelas que podemos passar do império da separação e da busca pelas essências, ao império dos acontecimentos. Esses quase-objetos, quase-sujeitos traçam redes e “são reais, bem reais e nós humanos não os criamos. Mas são coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação” (LATOUR, 2005, p. 88 apud SEGATO pg. 108)

une seus participantes por um objetivo comum, o cuidado e desenvolvimento de uma criança através da promoção de uma determinada forma de habitar o mundo.

3. Habitar

As cidades brasileiras contemporâneas apresentam uma variedade gigantesca de modelos arquitetônicos. Em suas capitais, é possível encontrar quem more em condomínios horizontais, casas soltas em meio ao burburinho urbano, amplos e modernos *lofts*, sítios arborizados, gigantescos conjuntos habitacionais, favelas, barracos, ocupações e invasões, *villages*, casas geminadas, prédios pequenos, arranha céus, casarões, palacetes, antigos cortiços, palafitas, casas de taipa, madeira, palha, alvenaria, papelão... há até mesmo aqueles que não tem uma moradia fixa, usam as ruas como tal. Eu poderia passar páginas e páginas enumerando todas as construções usadas como moradia nas cidades brasileiras, mas ao longo desta empreitada de colher estas distintas estruturas arquitetônicas utilizadas com a função da “casa”, estaria eu a falar sobre habitar? Não, eu estaria falando simplesmente sobre habitações, espaços usados para nos proteger das intempéries da natureza, do clima e da vida em sociedade, levando em conta apenas a estrutura física da casa, levando em conta apenas o material, o estilo e a forma da edificação. Para compreender onde repousa a noção de habitar, é necessário transpor a materialidade do espaço e buscar compreender aquela parte intangível da realidade, aquela que compreende as preferências, valores, sentimentos, movimentos, usos e desusos do espaço, ou seja, é necessário ir além do caráter físico do espaço habitado, para compreender as imagens do espaço e as práticas desempenhadas pelo sujeito que ali habita.

Para me aprofundar no conceito de habitar, vou me apoiar em perspectivas não só da antropologia, mas também da filosofia e arquitetura. Iniciarei a revisão bibliográfica com as contribuições do filósofo Martin Heidegger, um dos precursores na problematização teórica do habitar. A partir de Heidegger, compreendemos melhor as propostas de Gaston Bachelard, do arquiteto Iñaki Ábalos e dos antropólogos Amos Rapaport e Tim Ingold. Após a revisão da proposta destes autores, teremos os elementos necessários para a definição de habitar que guiou

este trabalho, a qual não está localizada nos argumentos de apenas um destes autores, mas sim de um conjunto composto por partes de suas contribuições.

Para Heidegger (1954, pg. 2-3), habitar é “estar no mundo”. Estar no mundo é uma característica de todos os homens vivos, logo, se estamos vivos, habitamos. Mas, logicamente, não habitamos todos da mesma forma. Cada grupo social, cada cultura tende a habitar seguindo determinados padrões, mas isso não significa que todos dentro de uma mesma sociedade, transpassada por uma mesma cultura, irão habitar da mesma forma. Pensar as cidades contemporâneas é pensar em fluxos intermitentes de pessoas e bens materiais e simbólicos estabelecidos em redes distribuídas de formas desiguais entre a população. Logo, diversas são as formas de relacionamento entre o homem e os espaços habitados.

As características singulares que permitem esta diversidade de formas de relacionamento entre homem e espaço são constituídas em cada indivíduo ao longo de sua trajetória e as especificidades de cada um têm início ainda nos primeiros dias de vida do sujeito.

No livro *A poética do espaço* (1957), Bachelard relata que aprendemos a habitar durante a nossa infância, por isso a nossa casa natal sempre será a nossa primeira escola sobre o habitar, ou seja, o primeiro espaço responsável pela doação de parâmetros para o habitar, assim como a casa natal também é responsável por criar as nossas perspectivas sobre o que é um lar, o que é uma segurança necessária para se morar bem, os referenciais de higiene, conforto, mobilidade e outros.

Aprendemos a habitar em nossa casa natal pois é durante a nossa infância que nos damos conta pela primeira vez da forma como habitamos, isso se dá a partir das primeiras percepções das diferenças, e, conseqüentemente, os primeiros sentimentos de pertencimento a este ou aquele território e apropriação deste ou daquele espaço.

Em nossa casa natal é que adquirimos nossos primeiros referenciais de habitabilidade, referenciais que em muitos casos serão intrínsecos aos sujeitos durante toda a vida. Nesta casa, não aprendemos apenas os referenciais e valores sociais do habitar, mas também aqueles referentes à estrutura física do habitar. Neste sentido, se torna claro como Rapoport (1973) entende a casa ao falar que a casa molda o homem. Pois a casa natal, o lugar onde crescemos e passamos a infância, cede os materiais necessários para construirmos nosso ideal de habitação. Porém, é importante perceber que não só o espaço físico molda essa noção de habitar, o espaço

social também é extremamente importante neste momento, pois os sistemas de identidades, capitais simbólicos e estruturação das relações vividas dentro desta casa natal, também constroem nossos referenciais de habitar, já que grande parte do tempo da infância é passado neste ambiente, tendo-o como cenário e conteúdo da educação doméstica e espaço de referência para a trajetória pessoal.

Bachelard, de forma poética colabora com o entendimento da influência exercida pela casa natal em nossa forma de habitar, para o autor:

As casas sucessivas em que habitamos mais tarde tomaram banais os nossos gestos. Mas ficamos surpreendidos quando voltamos à velha casa, depois de décadas de odisséia, com que os gestos mais hábeis, os gestos primeiros fiquem vivos, perfeitos para sempre. Em suma, a casa natal inscreveu em nós a hierarquia das diversas funções de habitar. Somos o diagrama das funções de habitar aquela casa e todas as outras não são mais que variações de um tema fundamental. A palavra hábito é uma palavra usada demais para explicar essa ligação apaixonada de nosso corpo que não esquece a casa inolvidável. [...] Para explicar, pela vida afora, nossa atração pela casa natal, o sonho é mais poderoso que o pensamento. São os poderes do inconsciente que fixam as lembranças mais distantes. (BACHELARD, 1957, pg. 207-208)

A citação acima corrobora a ideia de que nossos referenciais habitacionais começam a tomar forma ainda na infância. Porém, esta construção não advém do simples “estar” sozinho na casa natal. Ao perceber que as redes de significado do mundo infantil são geradas através de fluxos intergeracionais e intrageracionais e que a infância é uma geração desprovida de condições autônomas de sobrevivência e crescimento, e mesmo como atores sociais plenos, as crianças estão submetidas a direcionamento da geração adulta, no que tange as perspectivas habitacionais, aqueles que compõem a rede de parentalidade direta, costumam ser os responsáveis por um forte direcionamento na formação do sujeito e conseqüentemente de sua perspectiva de habitar. Então vemos que não apenas a casa natal entendida como estrutura física é importante para este desenvolvimento da noção de habitar, os sujeitos componentes desta rede familiar são também agentes direcionadores de perspectivas e valores habitacionais.

Para me aprofundar no entendimento de habitar proposto por Heidegger, aliado ao pensamento dos antropólogos Amos Rapaport, trarei uma reflexão sobre a relação entre “casa” e “filosofia”. Dou início a esta reflexão, a partir do livro *A boa vida: Visita guiada às casas da modernidade* (2012), do arquiteto espanhol Iñaki Ábalos. Através de um “passeio” por formas de habitar do século XX, sempre pensando a relação entre uma filosofia de vida e a forma de projetar e construir a casa, Ábalos mostra em cada capítulo deste livro, filosofias distintas expressas em profunda ligação com a estrutura física da casa. Trago o pensamento deste arquiteto não só

porque ele nos permite dialogar com o pensamento de Heidegger, Rapaport e Ingold, mas também em certa medida, o caminho percorrido por Ábalos alarga o entendimento do que pode ser o habitar.

Para seguir o autor nesta “visita guiada” é necessário fazer uma redução, uma simplificação consistente na ideia de habitar, assim como na ideia de filosofia. Digo isto pois Ábalos entende a habitação como o espaço do habitar, e por mais que as habitações possam ser entendidas como algo além de uma mera estrutura física, como por exemplo: “uma instituição”, “um fenômeno cultural”, “uma unidade espacial social” (RAPOPORT, 1969, pg.65) dificilmente o habitar se limitará a ela. Pois o habitar não se limita às habitações, como propõem Heidegger:

Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações; a estação ferroviária, a auto-estrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação. Na auto-estrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Na usina elétrica, o engenheiro está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência (HEIDEGGER, 1954, pg. 1).

Comentarei apenas sobre duas habitações abordadas por Ábalos, pois a relação estabelecida entre a casa entendida como estrutura física e casa entendida como estrutura simbólica a partir da filosofia do seu habitante ficará suficientemente clara a partir da análise da “casa positivista” e da “casa existencialista”.

O capítulo do livro de Ábalos que se dedica a casa positivista, tem como modelo arquitetônico de habitação a casa da família Arpel. Esta casa é concebida pelo renomado cineasta francês Jacques Tati em 1958 no filme *Mon oncle*. A obra de Tati retrata o cotidiano de uma França recém-saída dos difíceis tempos de guerra e que se via envolta em um processo de modernização e industrialização. O filme é uma sátira à mecanização e à modernidade tecnológica e carrega uma forte crítica à chamada modernidade que invadia a Europa em reconstrução no período pós-guerra. No filme de Tati, fica claro esse avanço da modernidade sobre o que pode ser considerado como tradicional francês, o que não significa que a França ainda não “modernizada” pelo *American Way of Life* deixou de existir, ela está lá, barulhenta, cheia de cores, cheia de vida, desorganizada, bem ao lado dessa França moderna, que se prepara para a industrialização, padronização e as cores sóbrias da modernidade.

A casa da família Arpel é bancada pelo patriarca Charles Arpel, rico industrial, orgulhoso de sua casa futurista repleta de *gadgets* (dispositivos) tecnológicos com utilidade por vezes duvidosa. Assim que um visitante chega ao portão da casa, o convidado escuta o ruído de um portão automático, o que já o antecipa ao mundo em que ele está penetrando, marcado por ruídos e objetos automáticos. Depois que penetra esse ambiente, o visitante se depara com um típico jardim moderno, marcado por formas geométricas, pouca vegetação e caminhos que conduzem o transeunte por onde o arquiteto pensou que ele deveria caminhar.

A própria casa, feita em forma de caixote, em concreto armado e de cores muito sóbrias, também mostra esse vazio da modernidade. Muito ampla, e pouco mobiliada, ela nos passa a percepção de ser um lugar voltado para as aparências, uma vez que é projetada para ser vista, e não para ser desfrutada, vivida. Prova disso está nos seus móveis, escolhidos pelas cores e pelo design, e não pelo conforto, desta maneira, as cadeiras e o sofá são bonitos, mas baixos e desconfortáveis. Além disso, vale ressaltar os ruídos frequentes que assolam a casa da família Arpel provocados por todo o aparato tecnológico que a casa possui. Apesar de repleta de cores, presentes nos móveis da casa, e de aparelhos que na teoria deveriam ajudar na vida cotidiana, a casa é fria e sóbria, transmitindo a ideia de que as sensações visuais e a ostentação econômica devem prevalecer sobre tudo, inclusive sobre a concepção de lar como um lugar de descanso, conforto e paz.

Todas essas características ilustram o como a casa positivista não passa de uma máquina de habitar, este é um ambiente que enaltece o trabalho, a ciência, a técnica, o funcionalismo, a máquina, o ordenamento e a codificação. Mesmo com todas estas características, que a priori podem parecer desagradáveis para o habitar, os Arpel parecem estar em total adaptabilidade ao espaço e satisfação com o modelo de vida e status alcançado, com exceção do filho da família, que sempre que está em casa parece triste e tolhido ao tentar adaptar um espaço concebido em prol da estética e do funcionalismo moderno às brincadeiras e demais práticas da cultura da infância.

Em um outro capítulo Ábalos traz a casa existencialista, um modelo de habitação que se opõe a toda a valorização da máquina, da estética e do funcionalismo presente na casa positivista. Como modelo arquitetônico de análise, o arquiteto traz a cabana de Heidegger. Esta célebre cabana foi um espaço em que Heidegger escreveu muitas das suas obras e se entregou à tarefa do pensar. Localizada numa aldeia chamada Todtnauberg, na região de Baden-Württemberg, a

poucos quilômetros da universidade de Freiburg, onde Heidegger estudou e lecionou. A cabana de Heidegger, ou a casa existencialista, fica num vale que constitui uma das muitas clareiras da Floresta Negra.

Esta pequena cabana, de seis por sete metros, contém apenas três divisões: a cozinha, um quarto e um estúdio. Toda construída em madeira, com exceção de um muro em alvenaria de pedras, oriundas da própria região, obtidas a partir da ação natural de abrir uma clareira no bosque para a construção da casa, com um telhado de quatro águas, típico da região, a casa não contém decorações nem objetos tecnológicos. É, portanto, uma cabana de aspeto convencional, humilde e vazia, propícia à introspeção do Ser.

A casa existencial é feita de materiais naturais, que assinalam a passagem do tempo e a ligação com o lugar, é pequena e não contém qualquer espaço para o convívio público. A construção desta casa é feita pelo sujeito que habita, esta tarefa não é atribuída a um especialista técnico que concebe o espaço. O espaço é construído de forma processual. É exatamente neste tipo de edificação que o conceito imbrincado de habitar e construir proposto por Heidegger (1954) se torna palpável (Mais a frente retomo a relação intrínseca do habitar e construir proposta por Heidegger). A casa existencial é nas palavras do próprio Iñaki Ábalos “o lugar do autêntico, é o refúgio que protege do exterior, da inclemência do tempo e dos agentes naturais, mas também do mundano e do superficial, dessa exterioridade sempre concebida como nociva” (2012, pg. 51). Em outras palavras ela não contém qualquer vestígio tecnológico, que perturbe a conexão do Ser com a Terra.

As tecnologias modernas presentes na cultura do centro urbano ocidental do meio do século XX, aliado ao emergente pensamento tecnológico e positivista cego que reprimia qualquer tipo de ligação com o passado, com as tradições e costumes, com a natureza e seus pertences, fazem com que Heidegger troque sua vida urbana por esta pequena cabana, na esperança de se reencontrar no mundo. Este reencontro com o mundo para o filósofo é encontrado no reino do interior. Não do Espaço interior, mas do Homem interior. Por isso, essa casa é o ambiente propício para o homem voltar para si mesmo, encolher-se, abrigar-se, devanear, pensar. O habitar existencial surge como obstáculo à cidade moderna e seus implementos técnicos, contra aquilo que leva tanto ao aniquilamento da natureza, quanto ao esquecimento da tradição.

Na conferência “Construir-habitar-pensar” [1951] (1954) proferida aos arquitetos que estavam destinados a reconstruir as cidades alemãs no pós-guerra, Heidegger recorre à sua ideia de

“Casa Existencial” (a sua cabana) para desenvolver a sua argumentação crítica à ideia de concepção do mundo através da tecnologia e da matemática modernista. Os receios e as angústias de Heidegger e outros pensadores na sua época, provavelmente, hoje seriam semelhantes: a consciência humana vive agarrada a memórias efêmeras e a imagens vazias, num tempo descoordenado. Tudo é produzido com a finalidade de proporcionar um prazer visual instantâneo, afastando-nos cada vez mais da realidade temporal espacial. Cada vez mais, fazemos menos parte do nosso mundo. Não o presenciamos nem o apreciamos, somos cada vez mais artificiais e menos naturais.

O que o filósofo traz como crítica aos arquitetos em sua conferência é a exacerbação dos olhos tecnológicos, sentimentos estandardizados, movimentos robóticos e pensamentos cartesianos. Exatamente o que o arquiteto finlandês Juahani Pallasmaa diz ao afirmar que “em vez de uma experiência plástica e espacial embasada na existência humana, a arquitetura tem adotado a estratégia psicológica da publicidade e da persuasão instantânea; as edificações se tornaram produtos visuais desconectados da profundidade existencial e da sinceridade” (2005, pg.29). O que Pallasmaa e Heidegger trazem em comum na crítica à arquitetura moderna é a perda da profundidade existencial que está presente na casa existencialista.

Expor as características da casa existencialista e da casa positivista, como proposto por Ábalos através da relação entre uma filosofia e a forma de projetar, construir e habitar, tem como intenção mostrar como a forma de encarar a vida, a filosofia e acepção de vida peculiar de cada sujeito repercute na materialidade do ambiente habitado. Ou como diria o antropólogo polonês Amos Rapoport o que dá forma às habitações é o modo de vida de quem a habita. E o que fundamenta a existência de tantos tipos distintos de habitações é o poder da habitação refletir as "visões de mundo e modos de vida diferentes" (RAPOPORT, 1969, pg. 69).

As casas existencialista e positivista propostas por Ábalos (2012) nos levam a duas conclusões importantes sobre o habitar. A primeira é que o habitar reflete uma filosofia de vida, filosofia esta que se manifesta como um certo conhecimento incorporado ao corpo e que se faz presente nas práticas e hábitos cotidianos, norteando os valores, preferencias e práticas. O segundo ponto sobre o habitar que emerge a partir da observação destas duas casas é o reflexo da filosofia de vida do sujeito sobre o espaço. Esta potencialidade de construção de espaços específicos a partir da filosofia de vida daquele que habita o espaço é mas bem explicada a partir da noção de “habitar-construir”.

Esta relação entre habitar e construir, é o ponto central do ensaio de Martin Heidegger (1954) “Construir, habitar, pensar”. Neste ensaio, Heidegger discute o significado de construir e habitar e, o mais importante, a relação entre estes dois termos. Ele inicia este ensaio com o que pode ser visto como uma visão hegemônica e consagrada no discurso da modernidade ocidental: construir e habitar são atividades distintas, mas complementares entre si, dada a relação de meios e fins. Nós construímos casas para habitá-las – ou como usual na sociedade industrial, algumas pessoas constroem casas para outras pessoas habitá-las.

Para se aprofundar no entendimento da relação existente entre habitar e construir, Heidegger lança mão de um trabalho de análise etimológica. O autor, busca a palavra correspondente ao “construir” no antigo alto-alemão contemporâneo, que é a palavra “bauen”, palavra que deriva do “buan” terminologia correspondente ao “habitar”. Porém carrega algumas outras noções. A primeira destas noções atribuídas é o simples “estar”, invariável a qualquer humano, pois todos nós estamos no mundo. A segunda é a ideia de preservar, cuidar ou cultivar – ligado ao solo. E a terceira ideia é a de construir, edificar. Para o autor, construir como cultivar, em latim, “colere”, e construir como edificar, “aedificare”, estão contidos no sentido próprio de “bauen”, isto é, no sentido fundamental do habitar. A partir da ideia deste autor, todos habitam, pois o habitar é estar no mundo, ao passo que esse “estar no mundo” se dá pelo processo de construir. Construímos o mundo a partir do edificar e do cultivar, construímos (edificar) nossas moradias, mas constantemente estamos em processo de cuidado, modificação e reconstrução (cultivar) deste espaço.

É importante levarmos em conta que hoje falamos de um mundo moderno e industrial, no qual as pessoas ocupam espaços previamente construídos e não estamos habituados a certas práticas que eram comuns no passado, em que invariavelmente para se ocupar um lugar era necessário edificá-lo e cultivá-lo. Hoje o habitar-construir ligado ao sentido de edificar, já não é aplicável à realidade de muitas das pessoas, principalmente na realidade urbana. Porém o habitar-construir ligado ao sentido de cultivar ainda se faz presente, e exatamente através desta lógica do habitar como constante processo de construção de espaço, que podemos compreender a potencialidade de transposição das características pessoais à casa e ao espaço habitado, processo paulatino dado pelas adições e reposições de elementos constituintes do espaço.

As argumentações apresentadas ajudam a compreender que habitar é inerente ao homem, mas as circunstâncias contemporâneas de habitação levam os sujeitos a habitarem de formas

específicas dado as instancias e circunstancias impostas ao longo do percurso de vida de cada um. Mas não só imposições circunstanciais implicam no habitar, os valores de um sujeito são refletidos no ambiente seja porque este sujeito construiu e/ou porque cultivou este espaço.

No livro *Vivienda y cultura* (Moradia e cultura, em tradução livre), Rapoport corrobora esta perspectiva de que o ambiente físico da casa reflete as visões de mundo dos seus habitantes. Neste livro Rapoport explora como a cultura, o comportamento humano e o meio ambiente afetam a forma da casa. O autor foi além da documentação das culturas de construção tradicionais e foi pioneiro em um novo fluxo de pensamento, combinando as ciências da arquitetura e do urbanismo, psicologia e antropologia, o que levou à gênese do novo campo acadêmico “Estudos do Comportamento Ambiental”. Campo de estudo que acredita que o habitar é processual e relacional, processo este, que paulatinamente reflete características do sujeito no ambiente ocupado.

O antropólogo britânico Tim Ingold no livro *The perception of the Environment* [2002] (A percepção do ambiente, em tradução livre) diz que o habitar é um processo constante e nunca acabado, desde que as pessoas habitem um determinado lugar, ele – o lugar¹² – nunca estará finalizado. O que Ingold traz à tona e complementa a ideia de Rapoport é que as pessoas estão em constante trabalho de remodelagem, reparos, decorações e modificações estruturais no ambiente de moradia, em resposta as mudanças das circunstancias domésticas, ou seja, se há uma mudança em um hábito reconstrói-se o espaço para uma adaptação às necessidades. Assim, o habitar é uma ação sempre em construção, algo sempre em processo, por isso que o construir e o habitar em certos momentos se imbricam, pois se não estou mais construindo espaço, não estou mais habitando. E exatamente através desta constante construção que a filosofia de um sujeito se reflete no espaço, como visto na casa positivista e na casa existencialista.

Ainda apoiado nas contribuições de Ingold, no livro citado acima, há um capítulo intitulado “A perspectiva do habitar”, para o autor esta perspectiva seria um esforço teórico que busca “superar a divisão arraigada entre os ‘dois mundos’ da natureza e da sociedade, e de reinsserir o ser humano e o devir no interior da continuidade do mundo da vida” (INGOLD, 2015, pg. 26). Um importante conceito para o autor, que expressa essa busca pela simetria entre humanos e natureza é o de paisagem, pensado como o horizonte de convergência dos organismos

¹² Ingold e sua postura “Contra o espaço” (*Against Space*, 2008, pg. 29-43), prefere o uso da ideia de Lugar à de Espaço, como será citado a frente. Para compreender melhor a proposta do autor sobre Lugar, buscar as páginas 219 e 220 do texto “Contra o espaço”.

humanos e não-humanos com o ambiente que os envolve. Assim, o humano não apenas está implicado na paisagem, mas é também constituído por ela, Carvalho et al. (2009), em sua análise da noção de paisagem trazida por Ingold, afirma que:

Essa acepção de paisagem permite enfatizar a dinâmica dos processos temporais e sociais que dão forma ao ambiente, ao mesmo tempo em que constituem e modificam os lugares e os modos de habitar, permitindo distanciar-se de uma visão objetificadora que tende a atribuir um sentido de externalidade ao sujeito humano em relação ao mundo. Vamos entender a paisagem como a expressão da “corporeidade da natureza”, de modo que a relação do sujeito com o mundo - seus lugares, seus modos de ser, suas memórias e crenças - são constitutivos do seu ambiente de vida (2009, pg. 106).

A partir da citação podemos entender a paisagem enquanto um campo de relações, o qual indica um pressuposto de simetria e pertencimento de humanos e não-humanos, desfazendo-se da noção de paisagem ou como pano de fundo para as relações humanas, ou como o desenho da cultura sobre a natureza. Esta noção de paisagem, em muito se relaciona à ideia de “espaço” proposta por Heidegger:

Quando se fala do homem e do espaço, entende-se que o homem está de um lado e o espaço de outro. O espaço, porém, não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, espaço. Ao se dizer "um homem" e ao se pensar nessa palavra aquele que é no modo humano, ou seja, que habita, já se pensa imediatamente no nome "homem" a demora, na quadratura, junto às coisas. (HEIDEGGER, 1954, pg. 7)

Na perspectiva do habitar de Ingold ou no espaço compreendido por Heidegger, a paisagem é constituída como um registro duradouro de vidas e atividades de trabalhos de gerações passadas que ali habitaram e, fazendo isso, deixaram algo delas mesmas impressos no ambiente. Os argumentos trazidos, ajudam a entender o espaço como o resultado das articulações entre práticas culturais e a materialidade, dialeticamente integrados num sistema “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, pg. 51).

A este ponto o entendimento do espaço se torna essencial, pois o habitar é entendido como o resultado da relação estabelecida entre sujeito e espaço, como propõe Ingold (2012, pg. 14) ao afirmar que o habitar é “um campo de relacionamentos”. Se habitar é “estar no mundo” e “um campo de relacionamentos”, entendo que enquanto habitamos inevitavelmente relacionamos com os espaços físicos e sociais, e a forma de habitar de um sujeito é o resultado dos relacionamentos e interações estipuladas entre ele e os espaços.

Vale a pena comentar que por mais que em muitos momentos eu siga propostas teóricas do antropólogo Tim Ingold, não me considero "ingoldiano". Trago as contribuições deste autor como suporte para reflexão e em alguns momentos para problematizar algumas concepções previamente estabelecidas. Um exemplo de que não sigo toda a proposta teórica do autor é a partir do seu entendimento sobre "espaço". Como visto até então, e como será visto ao longo de toda esta dissertação, o "espaço" ocupa um lugar de destaque para os processos habitacionais. Porém, mesmo que eu diga que a proposta de paisagem de Ingold se aproxima da noção de espaço de Heidegger, elas não são iguais, até mesmo pelo fato de Ingold advogar contra a noção de espaço. No texto "Contra o espaço: lugar, movimento, conhecimento", ele afirma que “de todos os termos que usamos para descrever o mundo em que vivemos, (o espaço) trata-se do mais abstrato, do mais vazio, do mais destacado das realidades da vida e da experiência” (INGOLD, 2008, pg. 215).

Um outro autor que contribui para as reflexões acerca do habitar é Edward Hall. Embebido no culturalismo norte-americano, Hall escreveu o livro *A dimensão oculta* (1989), no qual aborda a percepção do espaço como relações que se estabelecem entre o homem e o espaço habitado. Mesmo que não especificamente abordando a percepção do espaço pela criança, mas sim por qualquer ator social, independente de idade, o livro evidencia a importância do mundo sensorial. Para o autor, cada cultura possui seu próprio mundo sensorial que advém de distintos sistemas de signos, que por sua vez se configuram basicamente como uma dimensão oculta de signos. Assim, cada mundo sensorial deve ser interpretado como uma linguagem própria de determinada cultura.

A análise do uso do espaço em um contexto cultural proposta por Hall baseava-se numa pesquisa “proxêmica”, conceito criado pelo autor entre as décadas de 1950 e 1960, para referir-se ao conjunto de observações e teorias acerca do uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico, o que abrange discussões a respeito das distâncias físicas que as pessoas estabelecem espontaneamente entre si no convívio social, a forma como as pessoas se relacionam com o ambiente construído e relações entre ambiente e o comportamento humano. A partir da proximidade, o autor afirma que “a experiência espacial é multissensorial” (HALL, 1989, pg.11), logo a compreensão das relações que se estipulam entre homem e espaço requerem um olhar ao sensorial e a complexidade que este sistema orgânico representa.

Como habitar é uma experiência espacial, a partir da afirmação acima, podemos dizer que o habitar é uma experiência multissensorial. Então, é inevitável pensar a importância da percepção do espaço como um fator preponderante para a forma de habitá-lo. E como veremos mais a frente, a imagem e práticas espaciais estão diretamente relacionadas à percepção do mesmo. Como esta temática é muito cara aos fins desta pesquisa, teremos uma próxima sessão dedicada a aprofundarmos a relação entre imagem e uso do espaço, dois elementos fundamentais para o habitar mas inconcebíveis sem os processos de percepção.

A partir das contribuições de Heidegger, Bachelard, Rapoport, Ingold e Hall entendo que aprendemos a habitar ainda em nossa infância. E temos como principais tutores deste processo a casa natal e a família. O habitar enquanto um saber que incorporamos ao corpo e se reflete em nossas práticas cotidianas, advém do envolvimento prático entre indivíduo e meio. Ou seja, a forma que alguém habita é o resultado de todas as relações estabelecidas entre o sujeito e o espaço, seja este espaço entendido como espaço físico ou como espaço social. Logo, a forma como uma criança habita, nada mais é que o resultado do longo relacionamento estabelecido entre ela e o espaço. Então, o habitar é forjado a partir de práticas e imagens do espaço como uma rede ou conjunto de relacionamentos entre sujeitos e espaços, que se constroem processualmente e se estabelecem ao longo das trajetórias e permanências cotidianas.

4. Imagens e práticas do espaço

Mesmo que imagens e práticas sugiram duas coisas diferentes, ambas estão intimamente relacionadas pelos processos de percepção, como veremos nas próximas páginas. A noção de imagem do espaço urbano, práticas desempenhadas pelo sujeito e percepção do espaço, assim como a forma em que estão relacionados ao habitar é o que tentarei expor ao longo desta seção. O primeiro passo deste percurso, se dá pela aproximação da noção de imagem, e como se dá o processo de desenvolvimento de imagens mentais. Após uma melhor compreensão deste processo, relevando o protagonismo dos movimentos e práticas no processo de percepção do espaço, os autores Kevin Lynch (2017) e Armando Silva (2001) nos ajudam a pensar a operacionalização da imagem da cidade para análises sobre o urbano.

Antes mesmo de falar sobre a imagem do espaço urbano, é importante se perguntar o que é “espaço”? o que é “imagem”? O espaço, bem discutido na última seção, pode ser entendido como o resultado das articulações entre ações e matéria física, dialeticamente integrados num sistema, sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p.51). Já a imagem, compreendemos que ela designa algo que, embora não remetendo sempre para o visível, toma de empréstimo alguns traços ao visual e, em todo o caso, depende da produção de um sujeito: “imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece. (JOLY, 2007, pg. 13). Para Martine Joly “a imagem seria já um objeto segundo, em relação a uma outra que ela representaria de acordo com algumas leis particulares” (JOLY, 2007, pg. 13-14).

O entendimento de imagem enquanto um campo representacional sugere uma pluralidade de tipos de imagens. De acordo com Montoya Uriarte (2017), elas podem ser de tipos fixas (fotografia), animadas (cenários), verbais (metáforas), visuais (pinturas), naturais (paisagens) e imateriais ou mentais. Estas últimas, as imagens imateriais ou mentais, “não podem ser captadas mediante os sentidos, são aquelas representações imediatas que, apesar de não termos consciência de sua origem, são bastante nítidas, a ponto de termos a impressão de ‘vê-las’ em nossas mentes” (MONTROYA URIARTE, 2017, pg. 285).

Independente do seu tipo, quando falamos de imagens do espaço urbano, estamos nos referindo a imagens mentais que são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. Esta proposta de imagem do ambiente urbano como resultado da relação entre sujeito e espaço é expressa no livro *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch [1997] (2017). Para o autor:

O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador - com grande adaptação e a luz dos seus objetos próprios - seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. A imagem, agora assim desenvolvida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto a própria imagem é posta à prova contra a capacidade de registro perceptual, num processo de constante interação. Assim, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores. (LYNCH, 2017, pg.16)

A partir da contribuição de Lynch, entendo que a construção da imagem advém de uma experiência perceptual individual marcada pela singularidade e parcialidade. Pois, “na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial,

fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles” (Idem, pg.12).

Através de diversas inter-relações estabelecidas entre corpo e mente, entendidos como “mundo externo” e “mundo interno” respectivamente, é que a percepção humana atua na apreensão dos sentidos transformando em imagens mentais os objetos do espaço. Com o corpo, atuamos no “mundo externo”, e através dele as coisas chegam ao “mundo interno”. Porém, não apenas por intermédio das capacidades sensoriais que desenvolvemos nossa capacidade de compreensão do mundo, o imaginário e os movimentos e práticas espaciais também são essenciais nesse processo de compreensão e desenvolvimento de imagens do ambiente que nos envolve, principalmente em nossos primeiros dias de vida, quando ainda não temos domínio dos nossos sentidos e a única forma de perceber o espaço é através dos movimentos do corpo como um todo.

As primeiras percepções do espaço se dão em um momento da vida em que ainda não reconhecemos nem mesmo as diferenças entre nós e o ambiente, assim, o primeiro espaço que uma criança vivencia é “postural e orgânico” (PACHECO; DE VASCONCELOS, 2010, pg. 4). Em outras palavras, entre os 0-2 anos de idade o corpo é o movimento da criança. De acordo com Piaget apud Macedo (1991, pg. 124) é neste primeiro estágio da vida, a partir de reflexos neurológicos básicos, que o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio, este período é marcado pela construção prática das noções de objeto, espaço, causalidade e tempo. Assim, as primeiras noções de espaço e tempo são construídas pela ação, configurando assim, uma inteligência essencialmente prática.

É desta forma, que os esquemas vão pouco a pouco diferenciando-se e integrando-se no mesmo tempo em que o sujeito vai se separando dos objetos, podendo por isso mesmo interagir com eles de forma mais complexa. Somente depois de um determinado tempo, com a evolução cognitiva e conseqüentemente perceptiva é que a criança passa a diferenciar outros corpos além do seu. Neste momento elas passam a estabelecer relações como entre longe e perto, maior e menor, na frente e atrás, igual e diferente, assim como também apenas após um determinado tempo é que as crianças começam a exercer funções semióticas, aquelas responsáveis pela imaginação. “A função semiótica começa pela manipulação imitativa do objeto e prossegue na imitação interior ou diferida (imagem mental), na ausência do objeto, pois a função semiótica é o que permite o pensamento” (MACEDO, 1991, pg. 102).

Apenas após o domínio destas mais simples habilidades perceptivas e semióticas que há a conquista de um espaço perceptivo tomado pelos “transversamentos das estruturas e esquemas que pervertem a materialidade concreta para adentrar em estratégias do signo nas suas nuances lógico-matemáticas” (PACHECO; DE VASCONCELOS, 2010, pg. 4).

No livro *A Representação do Espaço na Criança*, Piaget e Inhelder (1993) explicam como se dão estas mudanças gradativas da percepção do espaço pela criança. Para os autores, a criança desenvolve suas habilidades de percepção do espaço em três estágios que demarcam o tipo de relação que a criança é capaz de estipular entre ela mesma e o espaço, estas relações se dão através das diferentes capacidades cognitivas e níveis da habilidade perceptível, são eles, a das relações topológicas, projetivas e euclidianas. A partir destes autores, pode-se afirmar que o espaço topológico, serve como base para a construção das relações projetivas e euclidianas, como se um estágio fosse pré-requisito para que se atinja o próximo.

a) **Relações topológicas:** São as primeiras relações estipuladas pela criança. Dizem respeito à percepção das características dos objetos em si mesmos, revelando suas relações de vizinhança, como, perto ou longe do observador, objetos perto ou longe uns dos outros, distinção dos elementos em parte e todo, percepção de sequência linear ou cíclica, bem como perceber as relações de dentro e fora para figuras planas e formas tridimensionais (MONTIOIO; LEIVAS, 2012 pg. 27), porém, neste momento ainda não há o reconhecimento total das formas euclidianas nem a capacidade de abstração.

b) **Relações projetivas:** esta escala intermediária, se distancia das relações puramente topológicas pois inicia-se aqui o estabelecimento de relações mais complexas entre os objetos, porém sem considerar as distâncias e as dimensões como um sistema de coordenadas, pois o ponto de vista, a princípio, é considerado como único. “Este nível intermediário entre as relações topológicas e euclidianas é fortemente caracterizado por um começo de abstração, habilidade esta que será mais aprofundada e desenvolvida no nível seguinte” (PACHECO; DE VASCONCELOS, 2010, pg. 4).

c) **Relações euclidianas:** antes dos nove anos de idade as crianças pouco se importam com as medidas, porém antes mesmo do domínio das questões matemáticas, a criança já vive envolvida com relações de medida, como ao comparar sua altura com a dos colegas ou perceber que não pode alcançar algum objeto que está num nível bem mais alto, dado o seu tamanho. Esta construção informal do conceito de medida gera a compreensão da ideia de distância, a qual

operacionalizada para a análise de um ou vários objetos dará vez às relações euclidianas. De acordo com Piaget e Inhelder (1997) é neste momento que surgem as ideias de “vertical” e “horizontal”. De acordo com os autores, as noções euclidianas como as de medida, proporção e perspectiva, começam a se desenvolver em torno dos 7 anos, e em torno dos 12 anos o desenvolvimento das relações euclidianas costuma se encerrar, chegando ao nível percepto-cognitivo ao qual o sujeito se manterá por boa parte de sua vida.

Através da minuciosa observação dos seus filhos e principalmente de outras crianças, Piaget impulsionou a Teoria Cognitiva, onde propõe a existência de quatro estágios de desenvolvimento cognitivo no ser humano: os estágios da inteligência sensório-motor (24 meses), pré-operatório (2 à 7 anos), operatório concreto (7 à 11/12 anos) e operatório formal (12 anos em diante) (PIAGET, 1971). A partir destes estudos é que Piaget e Inhelder (1993) desenvolvem as categorizações das relações estabelecidas entre sujeito e objetos na obra *A representação do espaço na criança*.

Em ambos os esquemas categorizantes, Piaget evidencia a sua concepção de estágios do desenvolvimento bem definidos. Vale a pena salientar, que por mais que eu siga o autor na ideia de que existem habilidades percepto-cognitivas diferentes que são adquiridas em estágios distintos da infância, não acredito na existência de estágios pré-definidos e fixos, sob os quais os estímulos espaciais e sociais não possam influenciar ao ponto de romper a linearidade cronológica proposta na Teoria Cognitiva.

A crença nesta faixa etária preestabelecida e imutável, vai de encontro à lógica do *enskillment*, a qual acredita que na aquisição de habilidades (onde se incluem as percepto-cognitivas) os processos são inseparáveis do fazer e ambos embebidos no contexto de um engajamento prático no mundo. Em outras palavras, aprender não é um processo passivo e preestabelecido, e sim um processo complexo, onde a postura do aprendente interfere na aquisição de habilidades e na educação da atenção (INGOLD, 2010, pg.21).

Piaget propõe que o desenvolvimento da percepção se dá em consequência do desenvolvimento cognitivo e a relação entre estes dois sistemas nervosos é que permite captar as mensagens e estímulos do ambiente para que sejam interpretados e arquivados em forma de imagens mentais. Porém através de uma perspectiva bem distante da teoria psicogenética de Piaget, o antropólogo Edward Hall e sua abordagem *proxêmica* também contribuem com a discussão sobre percepção e desenvolvimento da imagem do espaço. Assim como propõe Lynch (2017, pg. 12), Hall

afirma que “a experiência espacial é multissensorial” (HALL, 1989, pg. 11), logo a compreensão das relações que se estipulam entre homem e espaço requerem um olhar mais detalhado ao sensorio e a complexidade que este sistema orgânico representa.

Se o espaço representa um “mundo externo” e os processos mentais a respeito dele um “mundo interno”, somos constantes agentes receptores dos estímulos sensoriais deste mundo externo, por isso Hall prefere chamar nossos órgãos sensoriais de canais receptores, divididos em receptores à distância e receptores imediatos. Os receptores à distância são os órgãos que percebem objetos afastados, são eles, os olhos, ouvidos e nariz. Já os receptores imediatos são aqueles que percebem o mundo próximo, são eles, o tato, sensações da pele, mucosas e músculos.

Para relacionar a proposição perceptiva das crianças de Piaget com a *proxêmia* de Hall é interessante observar que o desenvolvimento da percepção espacial na criança em seus primeiros anos emerge através de uma percepção háptica, que alude tanto ao tato quanto ao movimento, e “geralmente pressupõe a tradução das percepções táteis e movimentos em imagens visuais” (PIAGET e INHELDER, 1997, pg. 4). O que mostra que no trajeto de desenvolvimento de habilidades perceptivas, a vivência postural e orgânica onde prevalecem os receptores imediatos, servem como base e alicerce percepto-cognitivo para o desenvolvimento de órgão receptores mais complexos, como os ouvidos e os olhos.

Os olhos, são os órgãos perceptivos ou sensoriais mais complexos do homem, e ao longo da nossa história passamos a supervalorizar a visão e a imagem diante das demais formas perceptivas. “A exaltação da visão é resultado de um longo processo histórico no qual os estímulos recebidos pela visão gradativamente ganharam precedência sobre os outros sentidos, atingindo o ponto em que o visual se sobrepõe ao corpo como um todo e assume o seu papel” (LEFEBVRE, 1991, pg. 286).

Esta valorização da visão diante das formas de perceber o espaço é também comentada no livro de Hall (1989) que dedica um capítulo inteiro para estabelecer relações entre audição, olfato e visão, concluindo que a visão é muito mais efetiva para a percepção do espaço que os demais receptores, seja pela quantidade de terminações nervosas responsáveis por levar os estímulos do espaço para o cérebro ou seja pelo campo de abrangência destes receptores imediatos. Segundo o autor, para um sujeito alerta, a visão pode ser mil vezes mais efetiva que a audição. Sendo que o sistema responsável pela visão possui 17 vezes mais terminações nervosas que o

sistema responsável pela audição. Já referindo-se ao campo de abrangência destes receptores, Hall conclui que o ouvido é bastante eficiente em um raio de cerca de seis metros e é possível uma comunicação unidirecional até aproximadamente 300 metros. O olho nu, por outro lado, recolhe um número extraordinário de informações dentro de um raio de cem metros e é ainda bastante eficiente para a interação humana a dois quilômetros.

Neste mesmo livro, ao comentar sobre o “espaço olfativo”, Hall mostra como o odor é um dos mais antigos e básicos métodos de comunicação, o qual possui uma natureza fundamentalmente química, sendo chamado de o sentido químico. O qual cumpre diversas funções: diferencia os indivíduos, possibilita a identificação do estado emocional de outros organismos, ajuda a localizar alimentos, acompanhar o grupo ou bando, demarcar território, excitação sexual, percepção da salubridade do espaço e outros¹³. Porém, o uso extensivo de desodorantes e essências carregadas de odores que permeia a realidade urbana ocidental contemporânea, suprime os odores resultando em uma suavidade e uniformidade olfativa. O que nos priva da riqueza e variedade de odores, além de obscurecer a memória olfativa, memória mais efetiva para evocação de lembranças que a memória visual ou sonora. Neste sentido, o autor afirma que em nosso passado o espaço olfativo era muito mais influente na percepção do espaço do que hoje e ao longo dos últimos anos este campo perceptivo vem sendo suprimido por nossas práticas culturais.

Retornando o processo de transformação dos objetos espaciais em imagens mentais, é importante diferenciar as imagens mentais das imagens captadas pela nossa visão. Sabemos que a visão é a percepção espacial construída de forma mais complexa pelo nosso corpo. Porém, a forma como a mente interpreta essas informações do espaço, é peculiar e transcende a fisiologia do olho. Em qualquer discussão sobre a visão, é necessário distinguir a imagem retiniana e o que o homem percebe. Essa diferença entre dois tipos de visão é exatamente o que Gibson (1950) chamou de “campo visual” e “mundo visual” respectivamente.

Segundo Hall (1989, pg. 52), pessoas criadas em diferentes culturas aprendem ainda quando criança, sem mesmo saber que o fazem, a eliminar um tipo de informação, enquanto prestam bastante atenção a outra. Uma vez estabelecidos, esses padrões perceptivos parecem permanecer inteiramente estáveis durante a vida. Montoya Uriarte (2013), ao comentar sobre o

¹³ Para mais informações relacionadas ao potencial do espaço olfativo, ver Edward Hall (1989), capítulo IV, em especial, páginas 50 a 53.

processo de percepção visual, alerta-nos que para realizar este processo de interpretação do mundo externo o nosso mundo interno usa modelos, categorias e processos cognitivos aprendidos no meio no qual fomos “socializados” e “enculturados”. Então, este “mundo visual” é culturalmente padronizado. Assim sendo, ao longo do processo de compreensão do espaço a partir da visão, realizam-se dois ciclos distintos para que a imagem do espaço seja definida em nossas mentes, como podemos ver no processo de apreensão das imagens pelo olho descrito a baixo:

Um objeto reflete um desenho de luz sobre os olhos. A luz penetra nos olhos através da pupila, é concentrada pelo cristalino, e se projeta na tela que encontra atrás dos olhos, a retina. Esta é dotada de uma rede de fibras nervosas que, através de um sistema de células, transmite a luz a vários milhões de receptores, os cones. Estes cones são sensíveis tanto à luz quanto à cor, e reagem transmitindo ao cérebro informações relativas à luz e à cor. [...] A partir desse ponto é que o instrumento humano para percepção visual cessa de ser uniforme e varia de indivíduo para indivíduo. O cérebro deve interpretar a informação bruta relativa à luz e à cor que recebe dos cones, e isso com ajuda de habilidades inatas ou através de experiência. Testa os elementos relevantes segundo sua bagagem de modelos, categorias, hábitos de dedução e analogia – ‘redondo’, ‘cinza’, ‘liso’, ‘granulado’, por exemplo – e fornece uma estrutura e portanto um significado à fantástica complexidade de informações oculares. (BAXANDALL, apud MONTOYA URIARTE, 2013, pg. 4)

Estes significados dados às informações oculares é que de fato importam neste processo de percepção do espaço, tornando claro como a cultura e o imaginário são preponderantes nesse processo de percepção que sobrepõe a visão aos demais sentidos do corpo na empreitada de perceber e entender o espaço que nos rodeia. Ao aceitar esta proposição de “mundo visual” em paralelo ao “campo visual” percebemos como a imagem do espaço que se projeta em nosso mundo interior é sempre uma construção individual, o que evidencia que não há uma “realidade” estável e uniforme registrada num sistema visual passivo a qual permite que todos os sujeitos vejam exatamente as mesmas coisas. “A distância entre os mundos perceptivos de duas pessoas da mesma cultura é, certamente, menor do que duas pessoas de culturas diferente, mas, ainda assim, pode apresentar problemas” (HALL, 1989, pg. 70).

Independente da discussão que envolve a cultura como definidora de padrões perceptivos, observa-se que a sobreposição do sistema perceptivo visual sobre os demais complexos sensoriais é recorrentemente problematizada por autores que buscam compreender as relações que se estipulam entre homem e espaço. Em crítica a essa tradição ocidental que consistentemente vem classificando o sentido da visão acima dos demais, Ingold (2015, pg. 95) afirma que uma abordagem mais literalmente aterrada da percepção deveria ajudar a restaurar o lugar adequado do tato no equilíbrio dos sentidos. Pois “é certamente através dos pés, em

contato com o chão, embora muitas vezes mediados pelo calçado, que estamos mais fundamental e continuamente ‘em contato’ com o nosso entorno”.

É claro que as questões não são assim tão simples, pois o sentido do tato, diferentemente dos outros sentidos, não é encontrado em uma região específica do corpo, e sim em todas as regiões da pele. A nossa pele é o maior órgão do corpo humano, nos reveste e nos permite sentir o espaço através das mãos, pés, rosto, braços, costas e literalmente, todo o nosso corpo. A pele, é repleta de terminações nervosas capazes de captar estímulos mecânicos que podem acarretar dor, prazer ou indiferença, estímulos químicos os quais além de acarretarem dores, prazeres ou indiferença também são capazes de mudar a composição físico-molecular da superfície da pele, além destes há também os estímulos térmicos e vibracionais, sejam eles advindos de cores, sons ou do campo eletromagnético. Hall posiciona a pele como o único receptor que se encaixa tanto no grupo dos receptores à distância, como nos receptores imediatos.

O sentido do tato é o primeiro sentido a se desenvolver no homem, ainda em estado fetal, e é a partir dele que as relações perceptíveis se desenvolvem em relações de interdependência. Em geral, no entanto, estudos de percepção háptica, como os de Piaget, têm-se centrado quase exclusivamente no tato manual, desprivilegiando o restante do corpo como ferramenta perceptiva do espaço. Porém, como Ingold afirma ao longo do seu texto *A Cultura no chão: o mundo percebido através dos pés* (INGOLD, 2015, pg. 70-94), não percebemos o ambiente que nos circunda com olhos, ouvidos ou a superfície da pele, mas com o corpo todo. Segundo o autor, no entanto, desde Platão e Aristóteles, a tradição ocidental tem consistentemente classificado os sentidos da visão e da audição acima dos demais sentidos. Assim, o homem ocidental contemporâneo tende a imaginar que as coisas são percebidas a partir de uma plataforma fixa, como se estivéssemos sentados em uma cadeira com as pernas e pés inativos. A partir deste ponto de vista, para percebermos uma coisa a partir de ângulos diferentes, supõe-se que possamos girá-la em nossas mãos, ou executar uma operação computacional equivalente em nossas mentes.

Mas na vida real, na maioria das vezes, não percebemos as coisas de um único ponto de vista, mas sim andando por elas. Como o fundador da psicologia ecológica, James Gibson, argumentou em sua obra clássica sobre percepção visual, as formas dos objetos que vemos são especificadas por transformações no padrão de luz refletida que atingem nossos olhos conforme nos movemos próximo a eles. Percebemos, em suma, não a partir de um ponto fixo, mas ao longo do que Gibson chama de "caminho de observação", um itinerário contínuo de movimento (GIBSON, 1979, pg. 195-197). Mas se a percepção é, assim, uma função do movimento, então o que

percebemos deve, pelo menos em parte, depender de como nos movemos. (INGOLD, 2015, pg. 95)

A partir desta perspectiva, Ingold afirma que “a locomoção, não a cognição, deve ser o ponto de partida para o estudo da atividade perceptiva” (INGOLD, 2002, pg.166). A discussão do movimento como fator preponderante na percepção do espaço, nos permite retomar uma parte da discussão proposta por Piaget, e a primeira forma de perceber o mundo, que se dá em um momento da vida em que ainda não reconhecemos nem mesmo as diferenças entre nós mesmos e o ambiente. O que faz com que o corpo em si seja seu movimento, como proposto na vivência postural, a qual evidencia que é na ação que a espacialidade do corpo se realiza. Porém, esta interação corpórea de movimento com espaço, por mais que seja primaz nesta primeira fase perceptiva da vida, é continuada durante a idade adulta assim como por toda a vida, e não se limita aos nossos primeiros dois anos de vida. A percepção corpórea dada pelo movimento nos traz referências para o desenvolvimento do mundo representativo, das imagens do espaço, assim como para a compreensão e relação do sujeito com espaço de forma geral.

Ingold (2015) e Piaget (1993) posicionam os movimentos e locomoção como ações importantes para a internalização do espaço. E de forma semelhante, Michel de Certeau (2009, pg. 204-205), observa como os movimentos efetuados por um sujeito são preponderantes na construção das imagens, mapas e representações mentais, mas neste caso o movimento é entendido como percurso, mais semelhante à proposição do “caminho de observação” proposto por Gibson (1979). Em busca de compreender melhor as imagens espaciais, o autor alude o trabalho de Linde e Labov (1975), o qual busca compreender se os nova-iorquinos aderem a “percursos” (*tour*) ou “mapas” (*maps*) ao falarem sobre os espaços que habitam. O estudo pôde observar que as representações do espaço raramente adquirem a forma de um esquema imagético representativo como, por exemplo, uma planta baixa. Segundo o estudo, apenas 3% dos descritores utilizavam dados relativos à organização do espaço como um mapa ou planta baixa (“ao lado da cozinha fica o quarto”). A grande maioria dos entrevistados empregou informações relativas a percursos ou ações (“você entra por uma porta e vira à direita”). A primeira forma de descrição do espaço - em planta baixa, esquema representativo - estaria baseada em uma compreensão visual, do ver, é um conhecimento da ordem dos lugares, enquanto a segunda se baseia no movimento, no ir, no fazer, nas práticas cotidianas, nas ações realizadas com todo o corpo. A imagem mental, ao possibilitar o domínio do indivíduo sobre os espaços que frequenta, demonstra como na percepção o espaço é incorporado e internalizado através de práticas e movimentos.

A partir desta compreensão, podemos dizer que habitamos os espaços em que nos movimentamos. Pois percebemos e internalizamos os espaços a partir dos movimentos que realizamos. Porém, não nos movimentamos em todos os espaços existentes, nos movimentamos ao longo do que Certeau (2009) chamou de percurso, ou também podemos chamar de “trajeto” (MAGNANI, 1996, pg. 43) ou espaços de vida, que se consistem em rotas específicas. Diariamente realizamos trajetos: de casa para a escola, da escola para a natação, da natação para casa, de casa para o supermercado, do supermercado para a casa do amigo e etc. Cada indivíduo tem seus percursos diários, para aqueles mais ativos, este percurso pode transpassar dezenas de lugares, porém também existem aqueles que vivem em “isolamento” (HANNERZ, 2015, pg. 279) e com isso preferem restringir suas trajetórias a pouquíssimos lugares.

O que se torna relevante neste ponto é perceber que habitamos os espaços em que nosso corpo se faz presente cotidianamente. E este habitar transborda o interior dos nossos lares, inundando ruas, calçadas, avenidas, parques, estabelecimentos privados e públicos da mais variada ordem. Esta afirmação, nos leva a concluir que é possível habitar qualquer tipo de construção, basta que este espaço esteja presente em nosso cotidiano.

É impossível negar que habitamos aqueles lugares em que nós fazemos presentes cotidianamente, lugares estes, que a partir da longa estadia, ou repetidas passagens fazem com que criemos grande familiaridade, relacionamentos, conhecimento profundo da disposição dos objetos e muitas vezes, estes espaços aguçam doces ou tristes lembranças. Esta compreensão, permite-nos atribuir um olhar ao habitar que não o centra em uma residência, sendo passível de extensão em diversas escalas, a depender dos trajetos cotidianos do sujeito que habita, sejam estas escalas referentes à rua, o bairro, a cidade, e até mesmo transbordando os limites das cidades.

Logo, a retomada da noção de habitar se torna importante para a reflexão acerca da percepção do espaço e as práticas que são desempenhadas pelos sujeitos, pois, se habitamos os espaços em que nosso corpo se faz presente quotidianamente, logo, habitamos nossas trajetórias, habitamos todo um grupo de espaços que juntos constituem a trajetória quotidiana de um sujeito. Mas claro, há níveis de intensidade diferentes nas relações que se estipulam entre sujeito e espaço a depender do papel que é assumido no espaço em questão.

Evidente que não habitamos apenas nossas casas ou apartamentos, o habitar transborda o interior dos nossos lares, e a forma que percebemos e imaginamos estes espaços estão

diretamente relacionadas às formas como transitamos neles, ou seja, a nossa percepção do espaço depende das trajetórias que se estabelecem quotidianamente. Dependem não só das distancias percorridas, ângulos de visão e variação da incidência de luz, que de fato permitem perceber um mesmo lugar de formas diferentes, mas também do lugar social que ocupamos ao longo de nossos percursos, o que inclui desde elementos estéticos da corporeidade do sujeito, o meio de transporte utilizado, o grupo em que se está inserido ou a falta deste, como também a atitude que é incorporada. Para este último, alguns autores (HANNERZ, 2015 e GOFFMAN, 1975) adotam o termo “papel” ou repertório de papeis, que nada mais é que o papel social que é assumido pelo sujeito a depender do contexto que ele está. Todos estes fatores em conjunto, permitem que imaginemos o bairro ou cidade que habitamos de formas específicas.

Até aqui percebemos que as imagens mentais são criadas a partir das práticas desempenhadas pelos sujeitos ao longo de seus percursos cotidianos. Porém da mesma forma que as práticas do espaço determinam as imagens do espaço, as imagens determinam as práticas, numa interação dialógica de interdependência. A proposição de como as imagens mentais podem comandar as ações e práticas espaciais fica claro na seguinte passagem:

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar acções. (LYNCH, 2017, pg.14)

A revisão bibliográfica proposta, nos permite entender que a imagem do espaço depende das formas perceptivas e as formas perceptivas dependem de como nos movimentamos e atuamos no espaço. Assim, evidencia-se como os processos de imagem do espaço e práticas de espaço¹⁴ estão dialeticamente relacionados pelos processos de percepção.

Vimos também como as imagens sugerem uma criação individual e parcial, porém existe uma outra forma de falar desta representação do espaço urbano, pensando a cidade de forma mais plural, não mais relacionada à criação mental individual de um sujeito, e sim a um produto coletivo. Kevin Lynch (2017) chama este produto coletivo de “imagem pública”, para se referir

¹⁴Quando falamos de práticas de espaço, entendemos práticas assim como proposto por Michel de Certeau ao falar das “Formalidades das práticas” no livro *A invenção do cotidiano* (1998, p. 42-45). Para o autor práticas são “artes de fazer” isto ou aquilo, “que se organizam em consumos combinatórios e utilitários. “Essas práticas colocam em jogo um ratio ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar [...] As práticas de espaço urbano seriam um misto de ritos e bricolagens, manipulações de espaços, operadores de redes”.

a algo relativamente parecido à proposta de Lynch, Armando Silva (2007) usa a ideia de imaginário coletivo, veremos a diferença entre elas e como ambas contribuem para o pensar a imagem de uma cidade.

No livro *A Imagem da Cidade*, Kevin Lynch reconhece que “cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente (20017, pg. 51). Ao longo do percurso de descrição da imagem da cidade que os habitantes de Boston (Massachusetts), Jersey City (New Jersey) e Los Angeles (Califórnia) tinham, o autor aponta elementos que são marcantes para a “legibilidade” e “imaginabilidade” de uma cidade. Estes elementos são as vias, limites, bairros, pontos nodais e os marcos¹⁵. Segundo o autor, estes cinco elementos, além de serem recorrentemente centrais nas imagens das três cidades de seu estudo, costumam ser centrais nas imagens públicas das cidades americanas. Entendendo as imagens públicas como “imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade” (LYNCH, 2017, pg. 8), o urbanista acredita que elas – as imagens públicas captadas a partir de um repertório de metodologias de pesquisa qualitativa – tinham como fim “tirar conclusões que servissem diretamente aos profissionais do design urbano e aos projetistas de cidades. A sua era uma meta bastante ambiciosa. (MONTROYA URIARTE, 2017, pg. 285)

Independente se pensado para fins de planejamento urbano ou qualquer outra disciplina, pensar elementos que costumam ser centrais na imagem que os habitantes têm de suas cidades é importante não só para conseguir atingi-la, mas também para transmiti-la, seja em situações informais de vivências despretensiosas e comunicação dos urbanitas ou em momentos de estudos e pesquisas sobre a cidade e o meio urbano. Mas ao pensar nestes cinco elementos, Lynch averte que “nenhum dos tipos de elementos acima especificados existe isoladamente em situação concreta. Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos. A sobreposição e interpenetração dos elementos ocorre regularmente (LYNCH, 2017 pg. 54). Então estes elementos não devem ser pensados de forma isolada, apenas nas abstrações, na prática eles estão sempre conectados pelo tecido urbano.

¹⁵ Kevin Lynch expõe de forma resumida as características das vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos nas páginas 52 e 53 do Livro *A imagem da cidade* (2017). Ao longo deste capítulo (3º cap.), ele mostra como estes cinco elementos se posicionam como pontos centrais para a “imaginabilidade” e “legibilidade” da cidade.

Armando Silva, ao falar de “imaginário urbano”, não apenas se refere à uma imagem pública, no sentido expresso por Lynch, mas fala de “imaginário”, um processo mais relacionado ao social que a imagem individual. Na discussão sobre pesquisa social-histórica, Cornelius Castoriadis (1992, pg.63) afirma que o conhecimento é social e historicamente construído a partir da instituição imaginária da sociedade. Assim, ao observarmos a cultura, os costumes e os valores de outras sociedades, de outros lugares e de outros tempos, estamos fazendo a partir das concepções do que ele chama de nosso próprio “mundo imaginário”. Cada sujeito possui seu próprio mundo imaginário, e é nele que estão retidas as imagens que temos da cidade que habitamos e dos espaços de forma geral. Assim, os sujeitos são entendidos como seres dotados de uma natureza racional, porém carregados de subjetividades, de quem não é possível separar a cultura, as origens e a história de vida, que são elementos que colaboram no processo de criação do mundo imaginário. “Em sua primitividade psíquica, imaginação e memória aparecem em um complexo indissolúvel. Analisamo-las mal quando as ligamos diretamente à percepção. O passado rememorado não é simplesmente um passado da percepção [...] Então a memória e a imaginação rivalizam-se para nos devolver as imagens que se ligam à nossa vida” (BACHELARD, 1996, pg. 99).

As inevitáveis leituras e significações (re)construídas a partir das nossas próprias histórias ou das histórias que (re)significamos ao nos serem narradas ajudam na formação do sujeito histórico-cultural que somos. Porém, o ordenamento e interpretação das histórias se constituem em retomadas de operações culturais começadas antes de nós. Apenas reanimamos ou reativamos significados a partir de nosso presente e aglutinamo-los ao nosso imaginário. Este processo é ainda mais intenso quando falamos de crianças, pois nesta categoria geracional o processo de retomada de operações culturais anteriores a elas é maior quantitativamente. Castoriadis colabora com está lógica ao afirmar que “todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais” (1992, pg.147).

Este mundo imaginário proposto pode ser lido enquanto um campo individual que todos os sujeitos possuem, mas não pode deixar de ser pensado enquanto um produto coletivo que é constantemente retroalimentado e ressignificado pelo devir. Este imaginário social, entendido enquanto uma determinada imagem compartilhada se aproxima da proposta de Castoriadis acerca da instituição imaginária da sociedade. Para o autor, este imaginário social é o que mantém unida uma sociedade, atribuí singularidade e diferencia todos os grupos sociais.

Os imaginários não são apenas representações abstratas de natureza mental, eles encarnam e incorporam nos sujeitos e se materializam a partir de suas práticas. A partir dos imaginários sociais, é possível transmitir sentimentos sociais como a ilusão, a raiva, o amor, o medo entre outros. Esses sentimentos são arquiváveis em nosso mundo interno através de imagens, cheiros, sons, produções de texto ou qualquer outra forma, onde o imaginário impõe seu valor dominante sobre o objeto arquivado. Assim, qualquer objeto ou espaço urbano ao ser arquivado em nossas mentes não apenas é levado em conta a sua forma, função ou uso, mas pode receber uma avaliação de outras substâncias representacionais.

Como nos alerta Armando Silva (2007), quando falamos especificamente da imagem de uma área urbana compartilhada por um determinado grupo social, esta imagem social de uma cidade ou bairro é formada por uma grande gama de elementos. Além dos elementos físicos e estéticos que constituem o espaço físico, estão em jogo o significado social de determinadas áreas, as funções dadas à cada uma das áreas da cidade, as histórias e nomes dos bairros que a compõem e diversos outros fatores.

Mesmo que a imagem de uma cidade seja composta por diversos fatores, existem imaginários em que as questões estéticas se fazem dominantes dentro dos processos de interação social, nestes casos a imagem coletiva da cidade se desenvolve dentro de redes de afeto. Sendo que, assim como na arte, a experiência estética das interações sociais são um juízo emotivo, porém neste contexto de espaços urbanos, se refere a um meio de convivência coletiva, onde experiências estéticas e emotivas agem enquanto forças coletivas, que tomam forma de imagem com o tempo e intensidade das emoções que se vivenciam.

No livro *Imaginários Urbanos* [1997] (2001), Armando Silva, desenvolve um caminho metodológico para interpretar os imaginários urbanos que são formados a partir da imagem que os cidadãos constroem em grupo através de suas interações com a cidade. Este olhar sobre a cidade proposto por Silva é apoiado em três categorias de percepção da cidade: **a) cidade vista:** A cidade enquanto resultado da interação dos cidadãos com o espaço visual urbano (edificações, letreiros, *graffiti*, monumentos, ruas, etc.) **b) cidade marcada:** A cidade enquanto resultado do conjunto de regras sociais, normatizações, delimitações territoriais de usos e funções, guetos e etc. **c) cidade imaginada:** A cidade construída a partir das diversas representações que compõem sua imagem social, uma área de relação entre as imagens individuais, uma imagem de mundos vividos através de práticas, uma imagem que está sempre

se construindo e reconstruindo pelos acontecimentos cotidianos e coletivos dos sujeitos que nela habitam.

A partir desta perspectiva de Silva, a cidade imaginada não passa de uma construção social, ela é uma percepção que é compartilhada por um grupo determinado de pessoas, a qual deve ser entendida como um ponto de vista, uma ideia parcial, uma versão de história. Por exemplo, uma rua pode ser percebida como perigosa por uma criança, mas não por um adulto. Essa foi a leitura que a criança fez daquela área. Da mesma forma que a categoria geracional tendencia a uma determinada imagem, outros grupos podem ter visões distintas de um mesmo recorte urbano, por exemplo, pessoas de classes sociais diferentes, ocupações diferentes, moradoras de determinadas áreas podem ter sua visão da cidade tendenciada por determinadas características dos espaços.

Como visto, ao mesmo tempo que há leituras individuais, há leituras do urbano que são compartilhadas dada a sistemática (re)contação de uma versão produzida coletivamente. Armando Silva (2001) cita esta dupla e dialética perspectiva – ao mesmo tempo individual e coletiva – da produção da imagem mental da cidade ao afirmar que:

As imagens mentais que produzimos a partir de algo que suscita o entorno urbano, se faz social, a partir do que se comunica. É assim que o imaginário social é uma produção de discursos e práticas flutuantes de naturezas diversas. Por onde um imaginário urbano é uma representação psico-sociocultural e simbólica, que pode ser individual ou coletiva, e que se origina principalmente no uso e apropriação cotidiana de qualquer tipo de espaço. E é a partir destes, que se criam pontos de referência, lugares onde as relações e práticas socioculturais se intensificam e onde surge uma identidade individual ou coletiva, local ou regional, estabelecendo um ponto onde se criam raízes e redes sociais. (SILVA, 2001, pg.43-44, tradução do autor)

A cidade imaginada enquanto produto coletivo teria o poder de determinar comportamentos e maneiras de ser, assim como as formas de uso dos espaços urbanos. Nesta medida, as imagens e imaginários urbanos não existem em um espaço geográfico, são apenas simbólicos. Mas o símbolo na vida social, não apenas institui distinções e hierarquizações, mas também atribui valores e modela comportamentos.

O símbolo enquanto agente modelador de comportamentos não deve ser entendido enquanto passivo de apreensão pelos sujeitos unicamente pela visão, pelo tangível, pois como comentado, não vemos apenas com os olhos propriamente ditos, enxergamos através das imagens retinianas alimentadas pelo nosso imaginário, assim como proposto na diferenciação entre “campo visual”

(real) e “mundo visual” (imagem). O ser humano não capta o que é real em si, essa apreensão do objeto sempre se dá mediada por nosso “mundo interno”, pelo campo das imagens. Nesta perspectiva, o imaginário não é uma ilusão diferente da realidade, ele é tão real que gera impactos sociais na vida das pessoas. O mundo vivido através dos imaginários é real a partir do momento que entendemos que as formas de percepção e ação são determinadas por este imaginário. Assim, ele – o imaginário – é vivido como verdade profunda dos seres humanos mesmo não correspondendo a fatos verificáveis empiricamente.

Este capítulo nos permitiu delimitar teoricamente os conceitos que nos ajudaram a construir e trabalhar com o objeto da pesquisa etnográfica aqui apresentada. A noção de criança, rede parental, habitar, percepção e uso do espaço aqui propostas, nos ajudaram não só a compreender a categoria social geracional dos sujeitos da pesquisa, a qual é uma categoria cheia de especificidades, como também nos evidenciou que as práticas habitacionais das crianças não são realizadas através de esforços autônomos destes pequenos sujeitos, e sim a partir das contribuições intergeracionais advindas da rede parental da criança. Além destas questões sociais a revisão bibliográfica de foco conceitual nos guiou na compreensão de que as práticas habitacionais desempenhadas pelas crianças são protagonistas no processo de percepção espacial, momento essencial para o processo de desenvolvimento da imagem mental do espaço urbano. Vimos também como as imagens do espaço (sejam elas advindas da produção individual ou do imaginário social) influenciam a forma que agimos, pois as imagens e práticas espaciais estão dialogicamente relacionadas no inevitável processo de relacionamento entre homem e espaço que é o nosso habitar. Logo, se esta pesquisa busca compreender como as crianças do Atlântico Norte habitam o espaço urbano, compreender o espaço urbano em sua concretude, a imagem mental deste espaço para as crianças e as práticas nele desempenhadas são momentos essenciais e complementares para o trabalho.

CAPÍTULO 2 - CIDADE, BAIRRO E ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste capítulo busco aproximar o leitor de alguns dos espaços físicos do Atlântico Norte¹⁶, para tal, passaremos pelos aspectos históricos do espaço urbano, seguido das características de algumas das ruas, avenidas, cruzamentos, monumentos, limites, parques e praças da região. Esta análise, mesmo que primária, diante da variedade e complexidade de significados e usos dados ao espaço construído da região, nos trará subsídio para moldar uma primeira imagem do Atlântico Norte, relacionada à sua materialidade e alguns dos usos e desusos dados a este espaço.

Jan Gehl (2013) no livro *Cidade para Pessoas* examina algumas das cidades do mundo que se desenvolveram com êxito nas últimas décadas e estabelece os desafios para o futuro. O autor fala sobre o planejamento das cidades e a lacuna que existe ao se pensar primeiro nas formas do edifício, no *skyline*¹⁷, na cidade vista do avião e se esquecer das pessoas e da vida urbana na “escala humana” (GEHL, 2013)¹⁸. O que este arquiteto e urbanista dinamarquês mostra neste livro é como os bancos, calçadas, ruas, vegetação e prédios condicionam as ações humanas no meio urbano. Em outras palavras há um esforço do autor em evidenciar como o espaço físico molda a forma de habitar.

Se entendemos que a forma de habitar de algum sujeito é exatamente a forma como uma pessoa se relaciona com os espaços (como visto no capítulo anterior) e os espaços urbanos entendidos

¹⁶ O Atlântico Norte é uma região do município de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador (BA). Está é a região que concentra os setores privilegiados do município, Vilas do Atlântico e os bairros vizinhos compõem a região.

¹⁷ A palavra inglesa *Skyline* refere-se ao horizonte artificial que a estrutura geral de uma cidade gera, ou, em português, panorama urbano.

¹⁸ “O natural ponto de partida do trabalho de projetar cidades para pessoas é a mobilidade e os sentidos humanos, já que estes fornecem a base biológica das atividades, do comportamento e da comunicação no espaço urbano” (GEHL, 2013, p.33).

como materialidade têm a capacidade de moldar as práticas habitacionais, oferecendo possibilidades e ao mesmo tempo limitando a forma habitar, o espaço físico é parte essencial de qualquer habitar. Logo, a materialidade do espaço também deve ser estudada para se chegar a qualquer entendimento das práticas habitacionais do grupo em análise. Por isto temos um capítulo dedicado a estes aspectos físicos dos espaços do Atlântico Norte antes mesmo de adentrar as práticas dos sujeitos que habitam esta região.

O antropólogo brasileiro José Guilherme Magnani em *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana* (2002), diferencia um estudo antropológico “na” cidade de um estudo “da” cidade. Para ele a antropologia da cidade sugere um “investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve” (MAGNANI, 2002, pg. 18). O que o autor sugere é o exercício de assumir a cidade com suas complexidades físicas e sociais como o “*focus*” de análise.

Este trabalho antropológico urbano¹⁹ busca observar os espaços que são tecidos em vida e as vidas que são tecidas no espaço. Então se posiciona como uma antropologia da cidade, a qual analisa inicialmente as estruturas físicas do espaço urbano (neste capítulo), seguido de um aprofundamento nas vidas e práticas habitacionais desempenhadas neste espaço (visto no próximo capítulo) mas sempre levando em conta que ambas são partes um mesmo objeto dialeticamente relacionadas.

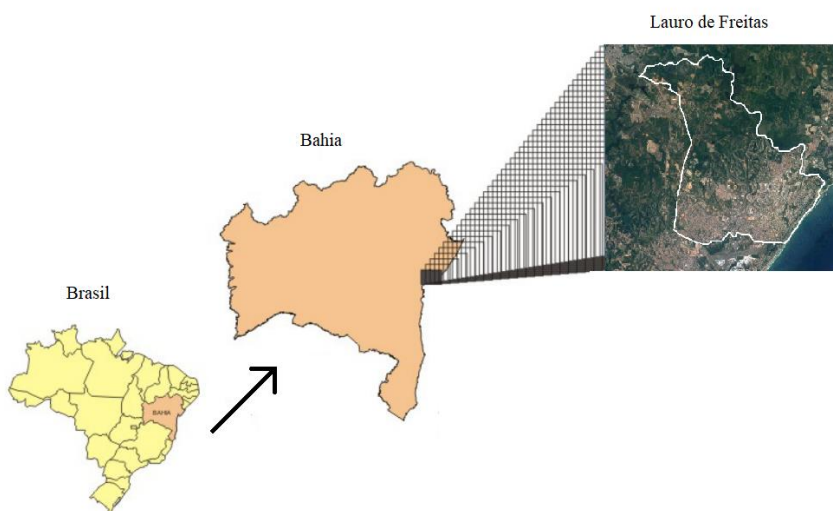
Por mais que o Atlântico Norte remeta a uma área específica do território urbano de Lauro de Freitas, há uma certa pluralidade de pontos de vista com relação a sua delimitação exata. Mas como em Lauro de Freitas muitas vezes nem mesmo os limites dos próprios bairros são bem definidos – o que não acontece com os diversos loteamentos e condomínios fechados ali presentes, que ostentam as fronteiras e limites em seus imponentes muros, cercas eletrificadas e portarias com segurança privada – não é de se surpreender que hajam diversas interpretações com relação à área exata compreendida pelo Atlântico Norte. Independente da imprecisão cartográfica que delimita o Atlântico Norte, sigo Patrícia Dias (2005, pg. 27), que em sua pesquisa de mestrado tomou como referência o bairro de Vilas do Atlântico e seus arredores para representar o Atlântico Norte.

¹⁹ Este trabalho parte de uma etnografia urbana, mas é um trabalho antropológico que pretende contribuir com o que hoje se chama antropologia da cidade, um campo de estudo que busca entender os espaços urbanos.

A pesquisa proposta por Patrícia Dias (2005; 2008), inspirada nas ideias de Milton Santos, partiu do entendimento de que o espaço é condição e condicionante dos processos sociais, e que no capitalismo, o espaço é produzido sobretudo, para manter as condições de reprodução social, na qual as elites buscam se apropriar do Estado para que ele represente seus interesses. A partir desta visão, a autora busca discutir as formas e as escalas sob as quais o processo de segregação residencial pode ser identificado em Lauro de Freitas. Este estudo analisou as diferentes características dos locais de moradia das distintas classes sociais em dois espaços da cidade: Itinga e Atlântico Norte. A conclusão que Dias chega em seu trabalho é que:

Lauro de Freitas experimentou um intenso crescimento demográfico e sua população de, aproximadamente, 10 mil habitantes em 1970, passou para 113 mil pessoas em 2000. Favoreceram essa dinâmica, a proximidade de Salvador, dos principais pólos industriais do Estado e a ação do mercado imobiliário que fragmentou o solo do município em inúmeros loteamentos populares que, à época da implantação, apresentavam precárias condições estruturais. [...] Noutra parte do município, especialmente na orla, no que atualmente é denominado Atlântico Norte, foram lançados loteamentos voltados às classes médias e altas, sob o signo da fuga dos males urbanos e da melhor qualidade de vida. Desde então, observou-se a localização diferenciada das classes sociais nesse espaço. Nos anos 90, esses processos se mantiveram e aprofundaram, sendo que na área destinada aos mais abastados verificou-se um intenso avanço do número de novos empreendimentos (especialmente condomínios fechados), consolidando um processo de segregação residencial (DIAS, 2005, pg. 9).

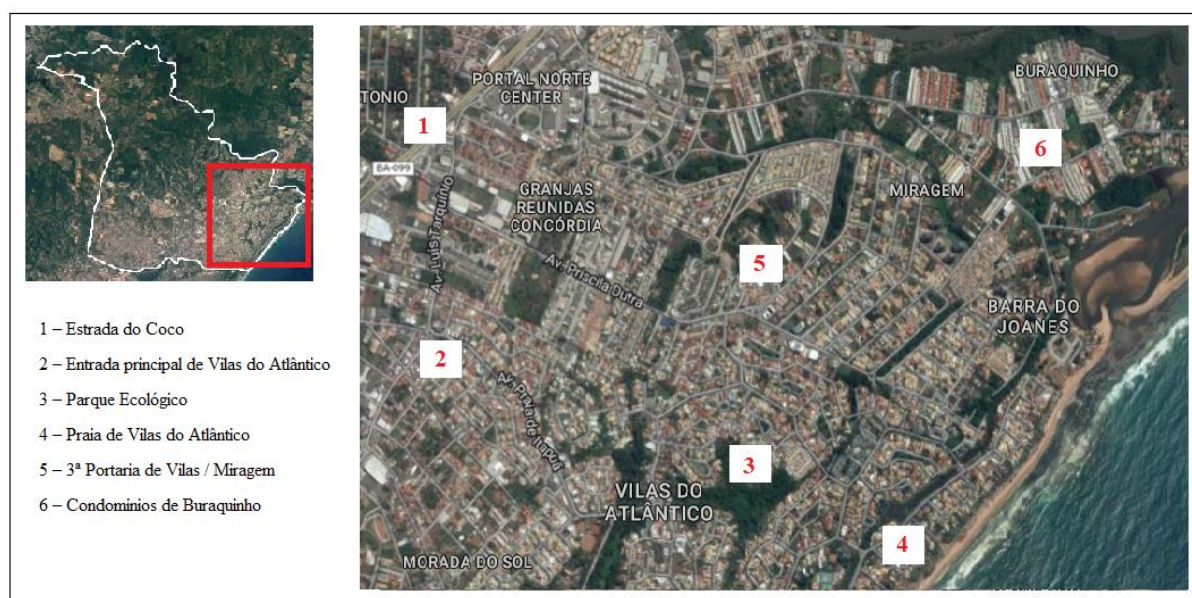
Figura 2 - Localização do município de Lauro de Freitas



Fonte: Elaborado pelo autor

Este cenário urbano de segregação residencial presente em Lauro de Freitas posiciona o Atlântico Norte como referência em moradia, mercadorias e serviços para os setores de média e alta capacidade de consumo. Hoje em dia o Atlântico Norte não só atende à demanda local, mas também de boa parte da população da orla atlântica norte da cidade de Salvador e toda a orla de Camaçari. Porém nem sempre foi assim, mais a frente veremos de forma mais detalhada como se deu o rápido desenvolvimento urbano desta região até sua consolidação como um espaço de moradia e serviço para os setores de alta renda da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Figura 3 – Mapa referência das regiões do Atlântico Norte



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das imagens do Google Maps / Google Earth. Imagens modificadas pelo Google em 17/12/2015. Acessado em 15/10/2017

Considerando o censo municipal de 2014²⁰, a região do Atlântico Norte tem uma população de aproximadamente 41.456 habitantes, distribuídos em 10.359 residências, que junto aos espaços públicos da região ocupam uma área de cerca de 8 km². Ao longo deste capítulo, que busca oferecer ao leitor uma maior familiaridade com este recorte do espaço urbano lauro-freitense, além de mapas e dados estatísticos, utilizarei muitas fotografias. Para ajudar na localização destas imagens utilizo um mapa de referência dividido em 6 regiões do Atlântico Norte. Ao

²⁰ Números definidos a partir de dados da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas / Secretaria Municipal de Governo. As informações expostas pela prefeitura municipal partem de estudos publicados pelo IBGE juntamente com informações técnicas da Coelba (Companhia de Energia do Estado da Bahia). Informações publicadas no documento “Proposta de delimitações do bairro” publicado em março de 2014 no site da prefeitura de Lauro de Freitas.

citar as fotografias ao longo do texto referenciarei a localização citando apenas o número da região de acordo com seguinte mapa de referência.

1. Aspectos históricos do espaço urbano

O município de Lauro de Freitas tem uma história recente. Em 27 de julho de 1962 foi sancionada e em 31 do mesmo mês, publicada, a Lei Estadual 1.753 que cria a cidade de Lauro de Freitas a partir do Distrito de Ipitanga. A região hoje ocupada por Lauro de Freitas, até então tinha sua história relacionada à história da capital baiana, Salvador, inicialmente como uma freguesia (Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga) e posteriormente como um distrito (Distrito de Ipitanga). A cidade passou a se chamar Lauro de Freitas em homenagem ao político baiano Lauro Farani Pereira de Freitas, candidato a governador do Estado da Bahia que faleceu em um acidente aéreo durante sua campanha em 1950.

A transformação do distrito no município de Lauro de Freitas não decorreu de uma dinâmica interna que houvesse alterado em larga escala suas estruturas econômicas, sociais ou espaciais. Mantinham-se, essencialmente, os mesmos processos e ritmos de décadas passadas. Carvalho (1961, pg. 40) observou que “em 1960, o que caracterizava esse, até então, distrito, era a presença de algumas propriedades rurais. Parte delas especializadas no cultivo de coco, granjas de tamanho médio, chácaras, pequenas olarias e hortas. Aqueles que tinham uma produção maior, a comercializavam, sobretudo, nas feiras de Salvador e na Base Aérea”.

Neste período, havia duas aglomerações maiores no município: a vila de Santo Amaro de Ipitanga, nas redondezas da Igreja Matriz, e a vila de Portão, mais a norte, próximo ao Rio Joanes. À época de sua emancipação, a expansão urbana se encontrava em recente desenvolvimento na região. O que fortalecia esse movimento de pessoas se instalando e povoando a região era a proximidade da principal Base Aérea da Bahia, no norte do município, e a existência de três linhas regulares de ônibus entre as aglomerações do distrito e o centro da capital.

Patrícia Dias, em sua dissertação de mestrado, intitulada *A construção da segregação*

residencial em Lauro de Freitas (BA)(2005), narra um fato relevante em relação à emancipação de Lauro de Freitas que diz respeito a uma batalha judicial que se estendeu por quase três décadas: a Procuradoria Jurídica do Município de Salvador impetrou mandato de segurança contra a Assembleia do Estado e o município de Lauro de Freitas, pois, no seu entender, o desmembramento do novo município foi feito “à revelia do bom senso representando uma grave investida contra o patrimônio de Salvador” (Procuradoria Geral do Município de Salvador, 1978 apud DIAS, 2005:76). O embate legal que decorreu dessa situação culminou na redução significativa do território de Lauro de Freitas em relação ao que possuía na data de sua emancipação. Em 1962, de acordo com seu decreto de criação, Lauro de Freitas contava com 200 km² e compreendia o Aeroporto da Bahia, a Base Aérea, os núcleos de São Cristóvão, Valéria, Pirajá e Pau da Lima. Em 1967, o artigo 138 da Constituição da Bahia estabeleceu que o aeroporto, a Base Aérea e as vias de acessos a eles retornariam a ser propriedade de Salvador, implicando a necessidade de reestabelecer a demarcação territorial de Lauro de Freitas.

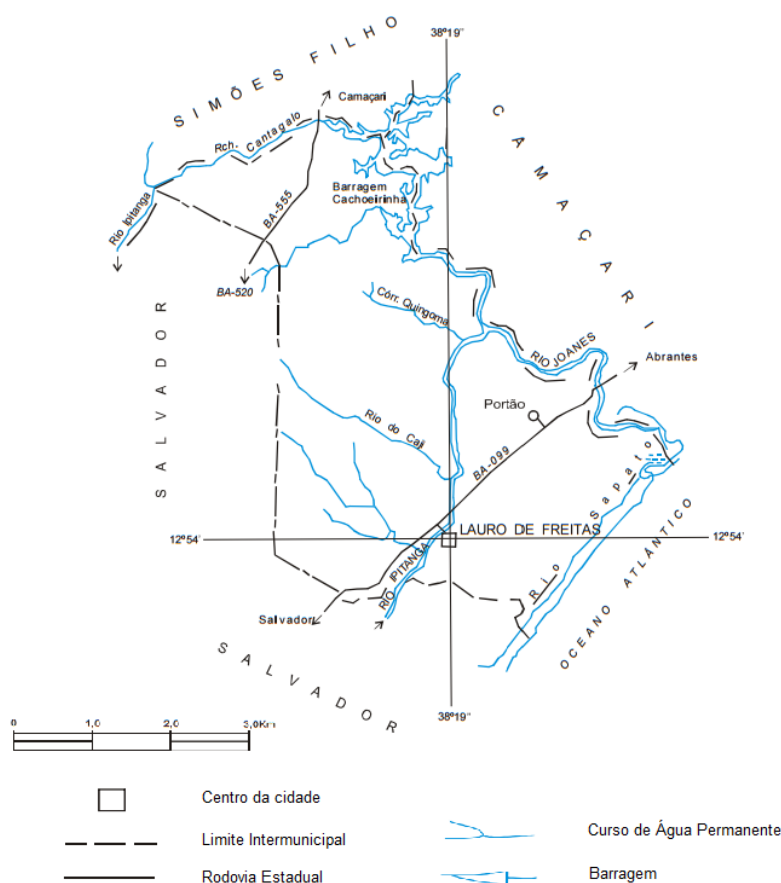
No ano de 1969, numa nova revisão dos limites do município, sua área passou a contar com 93 km². Os comentários que circulavam entre a Procuradoria Geral do Município de Salvador eram que com esta nova lei (Lei nº 2.713, de 25 de agosto de 1969) as dimensões do município de Lauro de Freitas passariam a desempenhar a função de área de lazer da capital, não tendo condições de sobrevivência autônoma. Posteriormente, a área de Lauro de Freitas experimentou mais uma diminuição: em 1987 a área municipal foi limitada nos atuais 60 km² (Como visto na figura 4) que o posiciona como quarto menor município do estado da Bahia. Embora com uma área bastante reduzida, Lauro de Freitas encontra-se numa posição geograficamente privilegiada. Além de sua atual “conurbação” com a capital, seus outros dois municípios vizinhos, Camaçari e Simões Filho, são dois dos mais industrializados municípios do Estado da Bahia.

Entre as décadas de 1970 e 1980, Lauro de Freitas passou por uma série de transformações em sua organização sócio espacial e dinâmica econômica, e muito deste desenvolvimento se deu dada a sua localização na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Neste período havia um conceito modernista nas obras de infraestrutura da região da capital que visavam um reordenamento do espaço urbano e a descentralização da cidade. Um grande marco dessa nova proposta de desenho e fluxo urbano, foi a construção da Avenida Luís Viana Filho, popularmente conhecida como Avenida Paralela (inaugurada em 4 de setembro de 1974). A construção dessa nova grande via passou a permitir acesso mais rápido da região central de

Salvador à região de Lauro de Freitas, Aeroporto e às praias do Litoral Norte do estado, o que definiu um novo eixo de desenvolvimento urbano para a capital.

Diversos elementos novos foram dispostos no arranjo urbano da metrópole baiana ao longo da década de 1970, como por exemplo, a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC - construído em 1972, maior polo do Estado e primeiro Complexo Petroquímico planejado do país). Em 1974, foi inaugurada a nova Rodoviária de Salvador, uma das maiores do Brasil. Na mesma década é construído o Centro Administrativo da Bahia (CAB), implantado em 1972 e tendo boa parte de seus modernos edifícios de secretarias estaduais e órgãos governamentais prontos por volta de 1975.

Figura 4 – Limites políticos-administrativos de Lauro de Freitas



Fonte: CEI, 1994. Base Cartográfica: Mapa do município de Lauro de Freitas. CONDER 2000.

No final da década de 70 Salvador já era uma cidade de concepção urbanística moderna, com um processo de descentralização em desenvolvimento e um policentrismo a se estabelecer.

O antigo centro tornou-se o centro histórico, cujos prédios centenários foram restaurados anos mais tarde, preservando seu patrimônio secular. Começa a nascer uma estrutura multinucleada na cidade, na qual a noção de mono centralidade começa a ser substituída pela diversidade de regiões centrais.

Em processo associado às transformações estruturais da economia e à redefinição funcional da área metropolitana de Salvador, o município de Lauro de Freitas experimentou um intenso crescimento demográfico e sua população de aproximadamente 10 mil habitantes em 1970, passou a 194 mil em 2016. O que representa um crescimento populacional de mais de 7% ao ano, a maior taxa de crescimento anual em toda a região metropolitana de Salvador (Informações nas tabelas 1 e 2, da próxima página).

Esse desenvolvimento populacional em grande parte se deu pela sua localização estratégica na RMS. A cidade se encontra na direção do principal vetor de crescimento da capital baiana, o Litoral Norte. Além da proximidade de Salvador, Lauro de Freitas está próxima aos principais polos industriais do Estado (CIA – Centro Industrial de Aratu e o Polo Industrial de Camaçari), assim como literalmente vizinho do principal Aeroporto do estado da Bahia.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a capital viu sua população praticamente dobrar. Esse novo contingente populacional, nova demanda residencial e nova dinâmica socioeconômica, não poderia deixar de afetar toda a região metropolitana. Patrícia Dias, em seus trabalhos a respeito da segregação sócio espacial em Lauro de Freitas (2005 e 2008), aponta que uma parte da população de baixa renda da capital baiana, frente à preocupação dos poderes públicos em “modernizar” a cidade, foi conduzida para fora das partes centrais e mais valorizadas de Salvador. Melhor dizendo, na tentativa de limpar, ordenar e urbanizar a cidade, os pobres foram deslocados do centro para a periferia.

Este foi um período em que se tentava-se colocar os pobres numa localização que lhes desse uma certa invisibilidade. Havia uma nítida tendência de manter uma distância física entre as classes sociais, com a elite reservando para si as melhores porções do espaço urbano. Em meio a esses processos, dada sua localização e suas características, mesmo desprovida de grande infraestrutura, em Lauro de Freitas não se tardou a verificar a implantação de empreendimentos imobiliários destinados à moradia, para responder às necessidades e possibilidades dos indivíduos de menor renda.

Tabela 1 – Desenvolvimento demográfico da Região Metropolitana de Salvador – BA

	1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	Total	% RMS	Total	% RMS	Total	% RMS	Total	% RMS	Total	% RMS	Total	% RMS
Camaçari	21.849	3	33.273	2,9	89.475	5	113.639	4,6	161.727	5,3	242.970	7,0
Candeias	18.484	2,5	34.195	3	54.081	3,1	67.941	2,7	76.783	2,5	83.158	2,4
Dias D'Ávila	31.260	1,2	45.333	1,5	66.440	1,9
Itaparica	7.772	1,1	8.391	0,8	10.877	0,6	15.055	0,6	18.945	0,6	20.725	0,6
Lauro de Freitas	9.865	1,3	10.007	0,9	35.309	2	69.270	2,8	113.543	3,7	163.449	5,4
Madre de Deus	9.183	0,4	12.036	0,4	17.376	0,5
Salvador	635.917	86,6	1.007.195	87,7	1.493.688	85,00%	2.072.058	83,1	2.443.107	81,2	2.675.656	77,8
S. F do Conde	18.455	2,5	20.738	1,8	17.835	1	20.238	0,8	10.377	0,7	13.456	0,4
Simões Filho	9.963	1,4	22.019	1,9	43.578	2,5	72.526	2,9	94.066	3,1	118.047	3,4
Vera Cruz	11.781	1,6	12.003	1	13.745	0,8	22.136	0,9	29.750	1,0	37.567	1,0
RMS	734.086	100	1.147.821	100	1.766.586	100	2.485.174	100	3.005.667	100	3.438.844	100

Tabela 2 - Taxa de Crescimento (% a.a) por década dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – BA

	60-70	70-80	80-91	91-00	00-10
Camaçari	4,3	7,6	4,2	4	4,2
Candeias	6,3	4,7	2,1	1,4	0,8
Dias D'Ávila	3,8	4,3	3,9
Itaparica	0,7	2,6	3	2,6	0,9
Lauro de Freitas	0,1	13,4	6,3	5,7	3,7
Madre de Deus	0,9	3,1	3,7
Salvador	4,7	4	2,9	1,7	2,6
S. F do Conde	1,2	-1,5	1,2	1,8	0,9
Simões Filho	8,3	7,1	4,7	3	2,3
Vera Cruz	0,2	1,4	4,4	3,4	2,4
RMS	4,6	4,4	3,1	2,2	1,4

Fontes Tabela 1 e 2:

Bahia - CONDER/CEI. Informações básicas dos municípios baianos, Salvador 1994.

Super Intendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Taxa de crescimento geométrico anual da população total, urbana e rural, Bahia - 1991-2000 e 2000-2010.

Foram instalados dezenas de loteamentos no município, boa parte dos quais irregulares. Nesses tempos, as vias de acesso e o sistema de transporte eram deficientes. Os estabelecimentos comerciais e de serviços eram mínimos e precários, a infraestrutura pública muito restrita em termos de quantidade e qualidade. Com o passar dos anos e o avançar desse processo, Lauro de Freitas passou a abrigar parte da periferia de Salvador. Seus bairros mais populosos, Itinga e Portão, se caracterizavam como uma típica área periférica: densidade elevada, população de baixa renda, precariedade nas construções e serviços públicos deficientes.

Como os processos sociais são dinâmicos e muitas vezes contraditórios, no mesmo período em que ocorria a periferização dos grupos sociais de menor renda, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, inicia-se uma tendência de distanciamento, por parte das elites, dos grandes centros urbanos. Este foi um período em que a contra-urbanização começa a ganhar força, baseada no discurso da valorização da natureza e constante busca de qualidade de vida. O que só poderia ser alcançado por meio de um afastamento da capital, ou melhor, um afastamento dos problemas tidos como inerentes às metrópoles: poluição, trânsito, congestionamento, violência, *stress*, adensamento populacional e a consequente disputa por espaço, entre outros.

Inicialmente em ritmo diferente do observado em relação aos empreendimentos voltados aos setores populares, porém aos poucos se intensificando, em Lauro de Freitas ocorreu um processo de expansão do mercado imobiliário destinado ao atendimento da demanda dos grupos sociais de maior renda. A partir dos anos 70, foram inaugurados em Lauro de Freitas inúmeros loteamentos e condomínios fechados que prometiam um novo e melhor estilo de vida. O grande chamariz desses empreendimentos foram os diferenciais naturais do município associado ao fato de que, por ser afastado do centro da metrópole, possibilitariam uma vida mais tranquila e em maior harmonia com a natureza.

A pavimentação da BA-099 mais conhecida como Estrada do Coco (construída em 1975), foi fundamental para a divisão do município em dois: do lado marítimo setores médios e altos e do lado continental os setores mais pobres. Formando assim duas cidades dentro de uma só. Porém recentemente o movimento de elitização ganhou mais força e a orla atlântica do município definiu-se como vetor de expansão urbana para os setores sociais superiores e médio superiores (CARVALHO; CORSO, 2014, pg. 13-14).

A nova demanda imobiliária nas orlas de Lauro de Freitas e Camaçari, colocando-as como uma alternativa para veraneio e moradia mais acessível do que a Ilha de Itaparica, visto os problemas decorrentes das filas de espera para a utilização do *ferry-boat*²¹. Com a Estrada do Coco foi facilitada a expansão de Salvador em direção à orla norte metropolitana.

Cabe verificar que para Villaça (2001):

As vias regionais de transportes constituem o mais poderoso elemento na atração da expansão urbana [...]. No Brasil, até a década de 70, as grandes vias regionais só atraíam a expansão urbana representada pelos bairros de baixa renda. Com a difusão do automóvel e das auto-estradas de interesse regional, algumas daquelas vias passaram a atrair bairros de alta renda. [...] mas não da Estrada do Coco, em Salvador. Nessas rodovias, a região já estava marcada para ser de alta renda antes de elas se tornarem rodovias regionais de alguma importância (VILLAÇA, 2001, pg. 85).

De todo modo, é inegável que, embora a orla do município já estivesse reservada a empreendimentos destinados aos segmentos sociais de maior poder aquisitivo, a Estrada do Coco diminuiu as distâncias auxiliando a valorização daquela área facilitando a ligação do Pólo, em Camaçari, a Salvador, com seus diversificados comércio e serviços. Ademais, a acessibilidade é um atributo que necessariamente agrega valor à localização.

Durante a venda de propriedades na região, a relativa proximidade em relação a Salvador era considerada, no entanto as características do local mais enaltecidas nas peças publicitárias referenciavam-se à beleza natural, à possibilidade de associar moradia e lazer e à uma vida mais tranquila em relação à cidade, longe de engarrafamentos e da violência. Hoje em dia essa realidade não pode mais ser vendida. O grande fluxo de moradores do espaço urbano que cresceu em população, mas não em infraestrutura urbana de mobilidade, faz com que as principais avenidas da cidade sejam tomadas por engarrafamentos durante o horário de maior fluxo ou “horários de *rush*”.

Esses dois movimentos de grande imigração populacional para Lauro de Freitas e conseqüente urbanização do território, inicialmente visto no processo de periferização do município e em

²¹ Embarcação utilizada como um dos meios de acesso à Ilha de Itaparica, tanto para pedestres como para veículos. Até a construção da BA-099, a Ilha de Itaparica se posicionava como uma das principais áreas de veraneio e lazer da população de renda mais elevada da cidade de Salvador. A partir da inserção da nova via na malha viária da metrópole e o conseqüente desenvolvimento da região, aos poucos o litoral norte baiano passa a ocupar o lugar de principal destino destes setores ao buscar praias e lazer.

segundo momento verificado de forma mais intensa, no processo de elitização, acarretou o desenvolvimento de áreas urbanas extremamente distintas, mesmo que dentro do mesmo município. A área da orla Atlântica e a margem do Rio Joanes voltada para os setores mais privilegiados e a porção mais ao interior, área menos valorizada, voltada para os setores de menor poder de compra. Assim, dentro do espaço urbano do município de Lauro de Freitas é possível encontrar duas cidades, uma mais rica e outra mais pobre, duas cidades que guardam em seu espaço material e social grandes diferenças.

A pesquisa com as crianças da região de Vilas do Atlântico permite dizer que essas diferenças entre as duas cidades não são percebidas por todos. A região de Vilas tem um diferencial diante da maioria das regiões voltadas para os setores altos de Salvador, a ausência de favelas próximas. Muitas das crianças que habitam a região, circulam apenas em uma área de certa homogeneidade, o que repercute em uma imagem da cidade também homogênea, distante da realidade urbana de Lauro de Freitas. Essas questões relativas ao espaço físico da cidade vão aparecer no próximo capítulo nas práticas, desenhos e falas das crianças estudadas.

2. Vilas do Atlântico e Encontro das Águas

Vilas do Atlântico e o Encontro das Águas, foram dois dos primeiros grandes loteamentos voltados para os setores de alta renda do município. A empreiteira Odebrecht, realizou um duplo investimento na região, Vilas do Atlântico, na orla marítima e o Encontro das Águas nas margens do Rio Joanes. A instalação destes loteamentos e o “sucesso” imobiliário, desencadeou a instalação de vários loteamentos do lado leste da Estrada do Coco.

Vilas do Atlântico, que nasce como um loteamento fechado com portarias e controle de acesso, atualmente se tornou um bairro da cidade. Este bairro não dispõe apenas de uma centralidade simbólica, enquanto objeto das populações de renda mais elevada, como também dispõe de uma centralidade relacionada à materialidade do espaço e à macro-região de ocupação das populações de poder aquisitivo mais alto do município de Lauro de Freitas. Este loteamento com seus, aproximadamente 3km² e 2.422 lotes, foi lançado em 1979 tendo como objetivo atrair

os trabalhadores assalariados mais qualificados da RMS, especialmente os técnicos de alto escalão da COPEC.

Vilas representou a união de seis propriedades rurais que pertenciam a diferentes pessoas, ou seja, não era um grande latifúndio e não foi necessário retirar um grande quantitativo de antigos moradores para a instalação do condomínio. Ao sul do que hoje constitui Vilas do Atlântico, no atual bairro de Pitangueiras, há antigos moradores, alguns residem ou conhecem o local há aproximadamente 40 anos, antes mesmo desse loteamento ser implantado. Nessa região de Pitangueiras, moradores prévios à instalação do condomínio continuam até hoje em suas propriedades, que foram muito valorizadas nos últimos anos. Na rua onde eu moro, conheci uma senhora que habita a região de Pitangueiras há 43 anos, ela me disse que já conhecia bem a região antes da implantação de Vilas do Atlântico. Para ela ali não havia nada, “era o caminho para uma olaria, tinha uma estradinha de barro, os carros para passar tinham que colocar casca de cocos. Era tipo uma fazenda, era tudo plantação [...] O dono (suposto fazendeiro) foi vendendo nos anos 60”.

Tanto Vilas do Atlântico como o Encontro da Águas foram implantados na época em que o COPEC iniciava suas atividades. Duas das muitas consequências desses processos, e que contribuíram para a implantação de tais loteamentos, tão próximos à Estrada do Coco, a meio caminho de Salvador e Camaçari, devem ser mencionados: a proporção significativa de trabalhadores qualificados que foram trazidos de outros estados para trabalhar no Polo Petroquímico e Industrial em atividades de nível superior e os elevados salários pagos aos seus funcionários em relação ao mercado anteriormente existente. Esses aspectos foram levados em consideração pelas empresas que criaram esses loteamentos; eram especialmente esses trabalhadores que se visava atrair.

O condomínio Encontro das Águas, registrado como Loteamento Parque Encontro das Águas (Figura 5), é originário de desmembramentos das fazendas Japara e Portão, da mesma forma que Vilas, não representou uma desocupação significativa para a instalação do condomínio, já que não haviam muitos residentes na região. Suas características e preço, desde o início, o destacaram como empreendimento voltado aos segmentos sociais dotados de maior poder aquisitivo. Nas campanhas de divulgação e venda, que incluíam passeios de barco no rio Joanes e de charrete pela área loteada, eram realçadas suas características naturais. Atualmente o condomínio continua a oferecer diferenciais, como pode-se ver na oferta de atrativos em seu

site. Dentre os diferenciais citados está a academia com pilates, musculação, aulas de boxe, treinamento funcional, natação e hidroginástica, clube com bar, piscinas e área para as crianças, dois salões de festas, padaria móvel, quatro barragens, dois bosques, área de mangue preservada e outros.

Figura 5 – Fotos do Condomínio Parque Encontro das Águas (Região 1)



Fonte: Acervo do site da imobiliária Hansen Imóveis. Publicado em 02/08/2016. Acessado em 16/10/2017

As belezas naturais da região também foram um dos argumentos da campanha publicitária para a comercialização do loteamento Vilas do Atlântico. Os anúncios espalhados nos principais jornais da cidade também relacionavam o empreendimento à possibilidade da fuga dos problemas urbanos, dos engarrafamentos e associação entre homem e natureza.

O loteamento Vilas do Atlântico foi lançado em oito etapas, a primeira datada de 22 de março de 1979 e a última no ano de 1982, a principal peça publicitária (Figura 6) realçava o fato de se

poder construir uma comunidade de forma planejada. A separação da cidade real estava anunciada como um ideal a ser vendido. Pagando-se seria possível viver num mundo melhor, próximo à natureza, organizado, afastado da sociedade, como uma comunidade à parte.

A ideia era atrair pessoas com o mesmo perfil socioeconômico. De acordo com artigo de um jornal do bairro, publicado por ocasião do 25º aniversário do loteamento, Vilas, na época de seu lançamento, era o loteamento com o metro quadrado mais caro da região:

Figura 6 - Peça publicitária do loteamento Vilas do Atlântico



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, set. 2004.

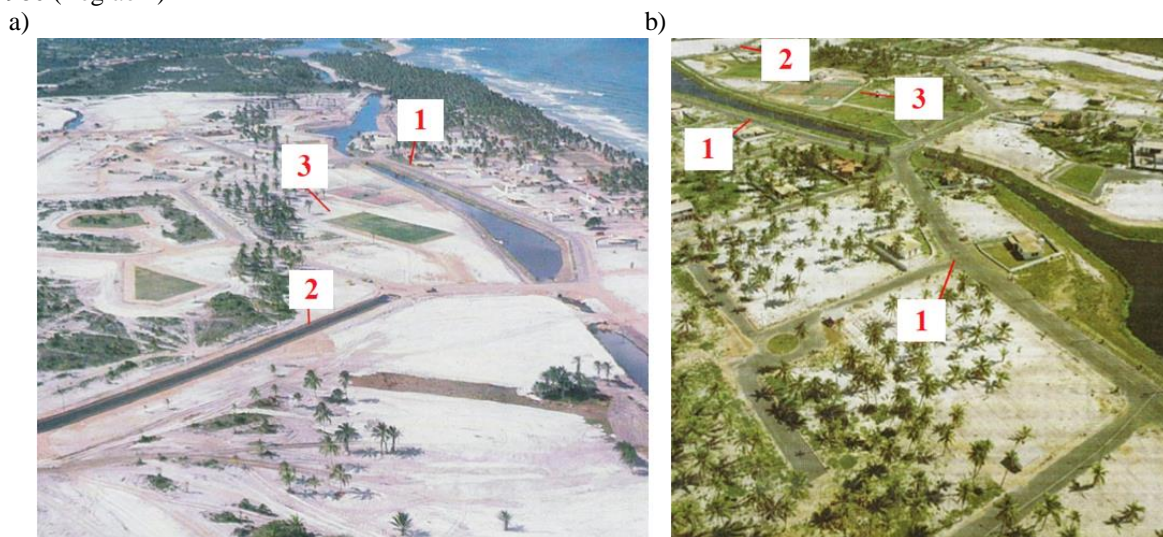
Vilas do Atlântico nascia destinado à alta classe média, desde quando o preço dos terrenos (a partir de Cr\$ 500,00 o metro quadrado) era o mais caro da época. Para se ter idéia, no Encontra das Águas, o lote de 4.000m² custava 400 mil (ou Cr\$ 100,00 o m²), no Miragem, o lote de 1.100 m² era vendido por 242 mil (ou Cr\$ 220,00 o m²). Embora situados em Lauro de Freitas, os empreendimentos não citavam a localização nos anúncios, dando ênfase à Praia de Buraquinho, talvez por querer ser independente, ter autonomia ou simplesmente por não ser estratégico situar tal projeto num município tão carente, como era na época (BANDEIRA, 2004, pg. 8).

Considerando a imagem da campanha publicitária acima, algumas considerações podem ser feitas, além dos aspectos como nível de renda e homogeneidade do bairro, claros no texto da publicidade, a peça central é uma mulher com trajes de banho, tomando sol em uma praia com um coqueiral. A bela paisagem pode retratar parte da natureza local, mas a mulher faz parte do

planejamento em alguma instância? Para mim, há uma forte objetificação da mulher, uma exposição complicada em um país onde o turismo sexual e a violência contra a mulher é um problema. A imagem só explicita para quem estes lotes estavam sendo vendidos: Homens, engenheiros e executivos, em sua maioria, pertencentes a setores sociais privilegiados, grande parte trabalhadores dos polos industrial e petroquímico da região metropolitana de Salvador.

Outra característica da peça publicitária é a aparente qualidade de vida que o comprador do lote de Vilas do Atlântico adquiriria ao passar a habitar a região: Frequentaria cotidianamente a praia, estaria bronzeado, próxima a natureza, longe do stress urbano, vivendo em paz com a família. Porém, ao observar a rotina cotidiana dos moradores de Vilas, vemos que frequentar a praia para lazer de forma cotidiana é um privilégio para poucos. Mesmo que ela esteja a poucos metros, a rotina de trabalho e afazeres da casa e família, inviabilizam visitas cotidianas à praia, por mais que frequentem a praia, vemos que quinzenalmente é uma boa frequência de idas a praia para alguns moradores entrevistados nesta pesquisa.

Figura 7 - Vista panorâmica do loteamento Vilas do Atlântico. a) Final da década de 1970, b) e meados da década de 1980 (Região 4)



Fonte: Vilas Magazine, nº 68, setembro de 2004. (1) av. Praia de Copacabana; (2) Rua Praia de Itapuã; e (3) Vilas Tênis Clube.

Na segunda metade dos anos 1980 começaram a ser instalados, em ritmo mais acelerado, os condomínios fechados em Vilas e seus arredores, inclusive com prédios e condomínios dentro de um loteamento supondo ainda mais conforto, senão no tamanho da moradia, mas na segurança e nos serviços. Na Figura 7 (b), datada dessa década, já é possível ver que o asfalto

foi implantado em todas as principais ruas do loteamento e que a instalação das quadras do clube estava avançada. Essa foi a ocasião do lançamento da terceira etapa de Vilas do Atlântico.

Vilas do Atlântico constituiu-se numa experiência inédita no mercado imobiliário baiano, e extremamente bem-sucedida em termos comerciais. Rapidamente passou a ser referência no litoral norte de Salvador, local associado a status e à qualidade de vida. Após a instalação deste loteamento, uma grande quantidade de empreendimentos voltados para os setores de médio e alto consumo passaram a se instalar ao seu redor. Aos poucos o antigo perfil da orla lauro-freitense se reconfigura, passando a atender a demanda dos imigrantes em total detrimento da escassa população que ali habitava.

A partir dos anos 90, esta nova configuração urbana, composta por Vilas do Atlântico e seus arredores, passa a ser conhecida como o Atlântico Norte, região composta principalmente pelos bairros de Vilas do Atlântico e Buraquinho, que somados ao bairro de Ipitanga, representam toda a porção de orla do município. Há quem julgue que os bairros de Araqui e Pitangueiras também compõem a região do Atlântico Norte, mas como comentado anteriormente, aqui não pretendemos definir cartograficamente os limites desta região, então tomamos como parâmetro de análise o bairro de Vilas do Atlântico e seus arredores.

Considerando que persiste a massificação da divulgação de ideais que justificam uma nova forma de moradia, a ampliação da infraestrutura em Vilas aliada ao fato de que a esse lugar foi atribuído status de área nobre, inúmeros condomínios fechados foram e continuam sendo lançados nas suas proximidades e mesmo quando não tão próximos, fazem referência à possibilidade de acesso à Vilas. Com este processo, os arredores do loteamento, que até início dos anos 1990 ainda era composto por diversos sítios e chácaras, hoje é repleto de condomínios fechados que multiplicaram o número de moradores da região. Com isso, vem se processando a “elitização” desta região do município, onde é cada vez mais comum a presença de condomínios com diferentes graus de sofisticação, visando atender diferentes segmentos mais privilegiados, todos, bem protegidos por muros altos e por uma ampla parafernália de monitoramento e controle de acesso.

Ao contrário de Vilas, o Encontro das Águas manteve suas duas portarias fechadas. Com a abertura de seus portões, as três portarias de Vilas viraram opções de entrada para o bairro, mas no condomínio Encontro das Águas ainda há duas portarias, uma com acesso à estrada do Coco,

para acesso dos moradores e visitantes e outra de acesso ao bairro de Portão, que é utilizada como portaria de serviço. O que demarca claramente as possibilidades de uso e acesso ao condomínio de acordo com seu status social.

Em Vilas do Atlântico, mesmo com o desenvolvimento da região e a abertura do antigo condomínio fechado, a noção de “*gated community*” (PATRIOTA, 2012, pg. 13) ainda é forte entre os moradores de Vilas e região. O uso da palavra portaria, que costuma estar relacionado a um dispositivo de controle dos transeuntes, é percebido tanto nas falas dos moradores como até mesmo no mapa mais famoso do bairro, o mapa da revista *Vilas Magazine*. Este periódico de entrega gratuita, que se sustenta através dos famosos anúncios dos “Classificados da boa dica”, é amplamente conhecido pelos moradores da região. Além dele ter um completo catálogo de serviços da região do Atlântico Norte, a *Vilas Magazine* tem distribuição gratuita nas residências do bairro de Vilas e é possível encontrar exemplares de distribuição da revista mensal em praticamente qualquer estabelecimento de Vilas. Ele tem em sua última página um mapa do bairro. Que podemos dizer ser o mapa mais conhecido do bairro. Neste mapa as três principais vias de acesso a Vilas se encontram nomeadas como portarias.

Mas não apenas nas entradas de Vilas a imagem da portaria está associada. Em todo o bairro podemos ver ruas fechadas com guaritas e condomínios fechados. Em diversos lugares do Atlântico Norte existem até mesmo condomínios dentro de condomínios. A sensação de segurança e preservação é fortemente marcada pelos rituais de entrada e saída das portarias. O que dá a sensação de que após adentrar a portaria, estamos em outro lugar, em outra cidade. Pelo menos pode-se pensar que é uma cidade apenas daqueles que podem pagar por ela.

Como visto de forma explícita na Figura 6, esse novo conceito de comunidade planejada indicava a possibilidade de criar uma comunidade com pessoas com perfil semelhante, diga-se perfil de renda semelhante, o que conduziria a um lugar melhor. Hoje em dia a noção de comunidade por parte dos moradores de Vilas do Atlântico está enfraquecida com relação a sua importância nos primeiros anos do loteamento, sendo as ações da SALVA²² uma das únicas

²² SALVA – Sociedade dos Amigos do Loteamento de Vilas do Atlântico. Organização de encontros periódicos, aberta a qualquer morador da região, que pensa e atua na manutenção da qualidade de vida do bairro.

evidências da manutenção do espírito de comunidade que há tempos foi de essencial importância para o habitar da região.

A antropóloga Teresa Caldeira (2003, pg. 256) verificou que para os setores mais privilegiados da sociedade brasileira urbana, a aquisição de residência se faz mediada pelos anúncios publicitários das indústrias imobiliárias e da construção. Em seu estudo, Caldeira se refere à cidade de São Paulo, mas o mesmo se aplica ao Atlântico Norte. Os anúncios imobiliários costumam se referir a um novo conceito de moradia, criando a imagem do lar sonhado por muito, onde se associa o morar bem à segurança, ao isolamento, à homogeneidade social e a existência de equipamentos e serviços próprios para esse grupo. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar o mundo exclusivo de prazer entre os iguais.

Figura 8 – Vista panorâmica da região da Av. Praia de Copacabana (Região 4)



Fonte: Canal Henrique Fernandes. Publicado em 06/01/2015. Acessado em 21/10/2017. Disponível em www.youtube.com/watch?v=-Cyhiz5ZpdM.

Podemos ver esta realidade na peça publicitária de Vilas do Atlântico no final da década de 1970 e início da década de 1980 (Figura 6), mas também nas peças publicitárias de

empreendimentos mais recentes. Ao analisar algumas peças publicitárias de imóveis da região, entre os anos de 2016 e 2017, colhi algumas frases de impacto propostas pelas construtoras que enaltecem aspectos de seus empreendimentos, são elas: “alta qualidade de vida”, “vida tranquila”, “*life style*”, “ampla área de lazer e esporte”, “proximidade do mar e do bem viver”, “deck privativo de acesso ao rio”, “viver próximo à natureza”, “condomínio sofisticado e elegante bem pertinho de Salvador”, “todo conforto e segurança que sua família precisa”.

Estes elementos que marcam a busca pela diferenciação social através da ideia de qualidade de vida e alto padrão não só estão estampados em propagandas, como também pode-se observar a força destes signos operando através dos nomes dos condomínios da região: Mar Onda Serena, Mar Onda do Rio, *Celebration Privelege*, *Atlântic Prime*, Jardim do Atlântico, *Top Vilas*, Eco Vilas, *Atlântic Park*, Horto Vilas, *Atlântic Ville Residence*, Praia do Sol, *Royal Ville*, Porto Real, *Marina Riverside*, *Celebration Park*, *Spazio Soberano* e etc.

Vilas do Atlântico e Encontro das Águas, foram dois grandes condomínios que marcaram o início de ciclo de expansão urbana da região, fortemente marcada pela lógica dos condomínios horizontais. Porém, “a predominância de habitações horizontais e de baixa demanda territorial poderá ser afetada pela consolidação do processo de verticalização” (CARVALHO; CORSO, 2014, pg. 13). O que a citação indica é que aos poucos dentre os condomínios horizontais da região passam a surgir condomínios verticais e que a tendência para os próximos anos é que a produção de novos espaços homogêneos voltados para os setores privilegiados do Atlântico Norte seja também pensada pela lógica dos condomínios verticais. Mas acredito que as imagens de qualidade de vida e maior contato com a natureza continuem sendo atrelados a este mercado imobiliário, por mais que hoje em dia a natureza apareça devastada diante do que era a região antes do “*boom*” imobiliário de Lauro de Freitas.

3. Vias, cruzamentos, marcos e limites

Ao falar do processo de construção da imagem da cidade, Kevin Lynch (2017, pg. 51) afirma que a imagem do espaço é sempre individual e possui algum conteúdo que nunca ou raramente

é comunicado, mas ainda assim estas imagens individuais do espaço urbano se aproximam do que o autor chama de “imagem pública” que, mesmo em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva e compartilhada pelos habitantes daquele espaço. Segundo o autor, há cinco elementos do espaço urbano que são protagonistas na construção destas imagens, são eles, as vias²³, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos.

Esta terceira seção do capítulo busca descrever a forma e uso de alguns destes cinco elementos do Atlântico Norte, ajudando o leitor a se aproximar desta “imagem pública” do espaço urbano. Neste processo, buscou-se explicitar particularidades do espaço a partir dos cinco elementos. Porém, para isto, leva-se em conta que “nenhum dos tipos de elementos acima especificados existe isoladamente em situação concreta. Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos” (LYNCH, 2017, pg. 54).

Escolhi as vias, e não um dos outros cinco elementos, como ponto central para o processo analítico do espaço urbano do Atlântico Norte por algumas razões. Primeiramente, as vias são as veias e artérias do meio urbano, por elas passam todo o fluxo de pessoas e mercadorias que alimentam socialmente e materialmente o espaço urbano. Por ser através das vias que os cidadãos transitam na cidade, elas direcionam e disciplinam o olhar para o meio urbano a partir de seus trajetos preestabelecidos – principalmente em um meio urbano que reverencia a rua e o automóvel, como é o caso da região estudada – influenciando ativamente a construção da imagem da cidade a partir de ângulos específicos. Em segundo lugar, os pontos marcantes do espaço estão dispostos em grande parte ao longo das vias principais da região. Quando este não é o caso, é a partir delas que se pode chegar a estes pontos marcantes.

²³ As vias são aqui entendidas como rodovias, avenidas e ruas.

Figura 9 - Muro do Condomínio Gileade na região do Miragem (Região 5)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia de 18/10/2017

Figura 10 - Região de Buraquinho delimitada pelo Rio Joanes (Região 6)

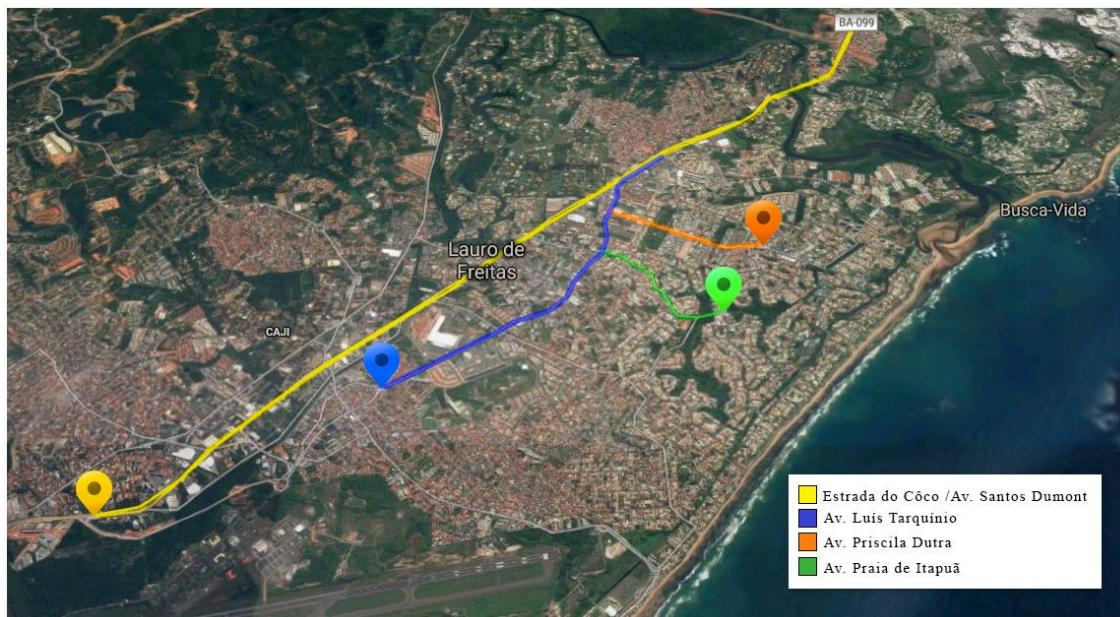


Fonte: Revista *Istoé* online. Matéria “Para melhorar de vida”. Publicado em 16/09/2015. Acessado em 25/07/2017

Quando falamos de limites do espaço urbano do Atlântico Norte, com exceção dos grandes muros dos condomínios (Figura 9) e os elementos naturais que impõem os limites municipais (como por exemplo o Rio Joanes e Oceano Atlântico, vistos na Figura 10), são as vias e cruzamentos que demarcam as subdivisões da região, como os limites entre bairros. E levando em conta os cinco elementos propostos e como um deles pode por vezes exercer diversas funções, ao falar de vias seria inevitável falar dos cruzamentos ou pontos nodais, que além de espaço de concentração e circulação de pessoas, por vezes são pontos marcantes e limites ao mesmo tempo, como veremos mais à frente.

Tomando as vias da região como ponto central para análise do espaço, passaremos pelas quatro principais avenidas do Atlântico Norte (Estrada do Coco, Av. Praia de Itapuã, Av. Luís Tarquínio e Av. Priscila Dutra) e de forma mais geral pelas ruas secundárias. As principais avenidas de Vilas do Atlântico e seus arredores ditam o ritmo do fluxo de pessoas que dependem de algum automóvel para se locomover na região, sejam eles meios de transporte públicos ou privados. Nos horários de maior movimento, que costuma ser pela manhã entre 07h30 e 09h30 e início da noite entre 17h00 e 19h00, costuma haver quase que total bloqueio do fluxo das avenidas principais, dada a grande quantidade de veículos. Ao longo da manhã e tarde, o trânsito é aliviado. Por mais que seja observado este padrão na intensidade do fluxo das avenidas, sempre há exceções aos horários de trânsito livre ou bloqueado. Veremos mais a frente com mais detalhes cada uma destas principais avenidas.

Figura 11 – Mapa das principais avenidas do Atlântico Norte



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das imagens do Google Maps. Acesso em 31/10/2017. Mapa modificado pelo Google em 17/12/2015

A Figura 11 nos mostra onde se localizam as quatro avenidas que daremos maior destaque. Mesmo que a descrição corra sobre estas quatro avenidas, e as ruas que chamamos de secundárias, através do mapa de referência da Figura 11 vemos que a região do Atlântico Norte possui outras vias que parecem exercer função essencial no fluxo, como é o caso da rua Praia de Pajussara e rua Praia de Itamaracá em Vilas do Atlântico e a Estrada Ministro Antônio Carlos Magalhães, em Buraquinho. Reconheço a importância destas vias, mas elas não estiveram presentes de forma tão recorrente nas falas, representações gráficas e fotografias tiradas pelas crianças com quem interagi ao longo da pesquisa. Como tive que exercitar o trabalho de priorização diante das evidências trazidas no material do trabalho de campo selecionei estas quatro avenidas para atenção especial.

É necessário reconhecer que a limitação da análise das vias não está apenas na limitação em números das avenidas analisadas, mas também em alguns casos há uma limitação com relação aos trechos das avenidas. Ao falar de extensão das vias aqui analisadas, a Priscila Dutra e a Praia de Itapuã são analisadas em completude, porém a Av. Luís Tarquínio e Estrada do Coco, são consideradas apenas nos trechos entre as imediações da entrada de Vilas do Atlântico à entrada de Buraquinho (do Km 4,5 ao Km 8 da BA-099). No mapa que mostra as avenidas analisadas, é possível perceber que tanto a Luís Tarquínio como a Estrada do Coco são avenidas maiores e iniciam-se anteriormente ao trecho analisado, mais especificamente a Luís Tarquínio

inicia-se no centro de Lauro de Freitas e a Estrada do Coco, no limite municipal com a capital, onde se localiza o principal aeroporto da RMS.

3.1 Estrada do Coco / Avenida Santos Dumont

Um dos principais marcos divisórios das duas cidades presentes em Lauro de Freitas é a avenida Santos Dumont, mais conhecida como Estrada do Coco. A principal via da cidade, a Avenida Santos Dumont, Estrada do Coco ou BA-099, que pode ser localizada na figura 4 e 11, corta a cidade de forma transversal e paralela à faixa litorânea. A sul da estrada está a capital baiana, Salvador, e a norte, o município de Camaçari.

A avenida Santos Dumont nasce como um trecho da BA-099 que se localiza dentro do perímetro do município de Lauro de Freitas. Esta estrada estadual liga Salvador ao estado de Sergipe, passando por todo o Litoral Norte da Bahia, dando acesso aos pontos turísticos da Costa dos Coqueiros, como por exemplo: Praia do Forte, Costa do Sauípe, Arembepe, Jacuípe, Itacimirim, Guarajuba, Imbassaí, Baixios, Massarandupió e Mangue Seco. Por muito tempo este trecho foi conhecido como Estrada do Coco e até hoje é assim chamada e conhecida pela maioria dos moradores da região. Logo que construída, em 1975, a Estrada do Coco não era marcada por claros limites entre os municípios e este nome era dado para toda a extensão da BA-099 que passa por Lauro de Freitas e Camaçari, sendo a partir deste ponto, entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, que se iniciaria um outro trecho da BA-099, conhecido como Linha Verde, construído em 1993.

Concebida com intuito de conectar a capital com as belas praias repletas de coqueirais do Litoral Norte baiano, esta via passou por um acelerado processo de urbanização nos últimos anos, com uma maior ênfase em território lauro-freitense. Ao longo das últimas décadas, os bairros litorâneos da cidade que eram visados apenas como bairros de veraneio, como Ipitanga, Vilas do Atlântico e Buraquinho, se tornaram bairros residenciais de grande movimento, ao passo que bairros como o Centro, Portão e Itinga, os bairros mais populosos do município, que antes eram apenas tranquilos bairros residenciais se tornaram bairros de grande densidade demográfica e intensa atividade comercial voltada à população local.

Graças ao rápido desenvolvimento populacional, principalmente a partir da década de 1970,

como visto na Tabela 1, a cidade mudou suas conformações físicas, perfil da população e principais setores econômicos. Durante o recente processo de urbanização da cidade, que se deu sobre tudo ao longo da Estrada do Coco e da orla marítima, a estrada perdeu qualquer característica de autoestrada e ganhou uma estrutura altamente urbana, concentrando os principais supermercados e atacadistas da cidade, bem como os grandes shopping centers, prédios empresariais, agências bancárias, maiores lojas de diversas especialidades, hospitais, hotéis e outros.

Dada a clara percepção de que a Estrada no perímetro de Lauro de Freitas adquiriu estrutura e função urbana, distinta do restante da autoestrada, em janeiro de 2015, ela torna-se uma via municipal, a Avenida Santos Dumont. Neste mesmo período inicia-se a construção de uma nova via no município²⁴, que pretende desafogar o trânsito intenso da avenida e conectar o restante da autoestrada contornando a região de maior movimento urbano do município de Lauro de Freitas.

Figura 12 – Estrada do Coco vista da passarela do Km 4,5 (Região 1)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia tirada em 07/2016

²⁴Esta nova estrada, a Via Metropolitana, está sendo construída entre Camaçari e Lauro de Freitas, ligando a Rodovia CIA-Aeroporto (BA-526) à Estrada do Côco (BA-099). Mesmo que este novo trecho seja pedagiado, a expectativa é que ela deva aliviar o sistema viário da região norte da capital como as avenidas Paralela e Dorival Caymmi, o Complexo Dois de Julho, próximo ao Aeroporto Internacional de Salvador e principalmente a Avenida Santos Dumont.

A pressão deste novo cenário urbano que emerge ao longo da Estrada e em especial ao longo da Avenida Santos Dumont, tem como efeito primeiramente a mudança de significado da via para a população local, passando de uma simples via de ligação entre Salvador e o Litoral Norte para o principal centro de serviços e comércio de toda a região, atraindo pessoas de toda a cidade, como também de Camaçari, Simões Filho e da região norte de Salvador.

Por mais que a margem da antiga estrada e atual avenida esteja coberta de estabelecimentos comerciais da mais variada ordem, há por trás destas áreas, residências que carregam em suas estruturas físicas e sociais profundas diferenças. O lado da estrada voltado para a orla atlântica e orla do Rio Joanes (Leste da Estrada) foi ao longo deste período de urbanização sendo ocupada por condomínios e loteamentos voltados para os setores sociais privilegiados. Enquanto que o lado oposto (Oeste da Estrada) foi sendo ocupado e em parte autoconstruído por populações de renda mais baixa. Marcando um forte contraste entre os bairros dos dois lados da estrada.

Figura 13 – Distribuição de aglomerados subnormais de Lauro de Freitas



Fonte: Tabela e figura elaborados pelo autor a partir dos dados do site do IBGE (Acessado em 16/10/2017) e imagem do Google Maps / Google Earth (Acesso em 15/10/2017. Imagens modificadas pelo Google em 17/12/2015)

Há uma clara distinção entre cada um dos dois lados da estrada, disso não há dúvida, porém isso não significa que não existam áreas de pobreza do lado da orla atlântica e áreas de riqueza na porção do interior. Ao analisar a distribuição das residências autoconstruídas pelas populações mais carentes da cidade (Figura 13) é possível observar que a maioria delas se encontra na parte oeste da Estrada do Coco, porém, há dois focos de pobreza na porção a leste da Estrada, a região de Lagoa dos Patos e São Marcos.

O mesmo vale para o lado oeste da estrada: mesmo que predominantemente marcada por áreas voltadas para os setores desprivilegiados, é possível encontrar condomínios voltados para os setores sociais mais elevados, principalmente na margem imediata da Estrada. Como é o caso do Condomínio Parque Encontro das Águas (Figura 6), Condomínio Eco Ville, Condomínio Amsterdã, Loteamento Chácara Santo Antônio, Condomínio Pedras do Rio, Vilas do Bosque e alguns outros.

Esta via concentra vários pontos marcantes da região. No trabalho realizado com dois grupos focais de escolas do bairro de Vilas do Atlântico, ao pedir que as crianças desenhassem “a cidade” em diversos casos edificações da Estrada do Coco compuseram os desenhos. O que evidencia que além de ser uma avenida de recorrente trajeto destas crianças, em suas margens estão objetos marcantes da estrutura física da cidade, como por exemplo, os shoppings centers, prédios empresariais e supermercados.

Nesta via também está um dos principais cruzamentos da região: a ligação entre a Estrada do Coco e a Av. Luís Tarquínio. Além de um importante ponto nodal, esta ligação se posiciona como ponto marcante e limite. As ruas de ligação entre as vias principais circundam uma pequena praça composta por uma placa da prefeitura que anuncia: “Bem-vindo a Vilas do Atlântico, Miragem, Priscila Dutra”. O ponto central desta praça é um monumento (quatro grandes triângulos em tons de azul e branco) que foi instalado com o principal intuito de sinalizar aos transeuntes da Estrada do Coco a entrada de Vilas do Atlântico. “Os triângulos de Vilas” foram construídos nos primeiros anos da década de 1980, na margem da estrada oposta à entrada do condomínio Encontro das Águas. Esta pequena praça onde há o monumento é cercada por um centro comercial, um shopping center de porte médio de grande movimento, um condomínio residencial e um dos principais pontos de ônibus da região.

3.2 Avenida Luís Tarquínio

Tendo início no centro de Lauro de Freitas e se estendendo até a entrada de Buraquinho, quase que paralela à Estrada do Coco, a Av. Luís Tarquínio possui diversos cruzamentos importantes: apenas na região do Atlântico Norte, há quatro importantes vias que se conectam à Avenida Luís Tarquínio, são elas a Estrada Ministro Antônio Carlos Magalhães, Avenida Priscila Dutra, Estrada do Coco e Avenida Praia de Itapuã.

O principal acesso a Vilas do Atlântico se dá através da Av. Luís Tarquínio, num cruzamento que dá início a Avenida Praia de Itapuã, neste encontro, onde há uma rotatória com árvores grandes, é onde se localiza o Portal de entrada de Vilas, também conhecido como portaria principal. Mesmo sendo demolidas as três portarias que davam acesso ao antigo condomínio fechado, e havendo trânsito livre para entrada e saída de pedestres e automóveis, para os moradores mais tradicionais, as três vias de acesso a Vilas continuam sendo chamadas de portarias. A entrada através da Av. Luís Tarquínio, chamada de entrada principal, ou portaria 1, é o acesso a Vilas mais distante da praia. Sendo necessário percorrer toda a Avenida Praia de Itapuã e a Rua Praia de Itapuã – somadas totalizam 3,7 km – para acessar a avenida da orla de Vilas, a Av. Praia de Copacabana. O acesso sul, mais próximo à Praia de Ipitanga e ao Centro da cidade, é conhecido como portaria 2, e a entrada que conecta Vilas a Buraquinho e Miragem, a norte, onde se encontra a Av. Priscila Dutra, é a portaria 3.

Figura 14 – Arco de Vilas do Atlântico / Portaria principal (Região 2)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia de 18/10/2017

A Avenida Luís Tarquínio concentra grande número de estabelecimentos comerciais, existem alguns condôminos residenciais, mas são poucos. Esta avenida, assim como a Avenida Praia de Itapuã e Estrada do Coco, são algumas das pouquíssimas vias majoritariamente comerciais da região. Como ela conecta o centro da cidade ao bairro de Buraquinho, passando por Ipitanga, Pitangueiras e Vilas do Atlântico, há uma oferta de comércio e serviços para diversos públicos: supermercados, mercadinhos, empórios, restaurantes, bares, lanchonetes, padarias, salões de beleza, prédios empresárias, shoppings e centros comerciais, clínicas médicas, lojas de material de construção, academias, escolas, universidades, igrejas, terreiros e diversos outros estabelecimentos e instituições.

A Avenida Luís Tarquínio, por mais que realize uma importante conexão da cidade e tenha o seu maior trecho numa área privilegiada da cidade, possui excesso de carros parados na rua dada a falta de estacionamento nos estabelecimentos, proporções estreitas e como em quase toda a região, carece de calçadas largas e em bom estado e está repleto de fios de eletricidade e telecomunicações pendurados de forma desorganizada.

3.3 Avenida Praia de Itapuã

A principal avenida de Vilas do Atlântico, Avenida Praia de Itapuã, além de conectar a entrada principal de Vilas às praias do bairro (Figura 15), concentra a maior parte do comércio, serviço e fluxo de pessoas de Vilas. A Av. Praia de Itapuã, acorda por volta 05h00, quando se observam os primeiros movimentos de pedestres. Geralmente são moradores caminhando, correndo, passeando com um cão, ou algum prestador de serviço de algum estabelecimento comercial ou residência da região. Este esparsos movimento de pedestre acompanhado do tímido fluxo de automóveis que se prolonga desde a madrugada só entra em uma nova configuração de perfis de transeuntes e intensidade de trânsito de veículos por volta das 07h00.

Figura 15 – Praia de Vilas do Atlântico (Região 4)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia de 15/10/2017

As calçadas começam a estabelecer o ritmo de pedestres pelo qual se manterá ao longo de todo o dia. Por volta das 07h30 o intenso movimento traz uma grande retenção de veículos na avenida. Após esse pico de maior movimento, o ritmo e quantidade de pedestres se mantém semelhante ao longo do dia. O perfil dos transeuntes da avenida varia muito. Nos horários de entrada e saída das escolas, vemos uma boa quantidade de adolescentes indo ou vindo de alguma escola particular do bairro. Ao longo de todo o dia, mas principalmente no início da manhã e fim do dia, também observa-se fluxo de trabalhadores e prestadores de serviço em geral, estes são os *outsiders*. Por vezes, estes sujeitos que transitam frequentemente nesta região, mas não costumam consumir os bens e serviços ali ofertados, nem moram nas casas e condomínios da região, são diaristas, faxineiras, jardineiros, caseiros, entregadores, babás ou empregados de algum dos estabelecimentos próximos. Pessoas com roupas de prática de atividade física também são avistadas na Avenida Praia de Itapuã ao longo de todo o dia, seja caminhando ou correndo na avenida ou se deslocando de casa para a academia. Durante todo o período de sol, é possível observar idosos transitando pelas calçadas, assim como jovens aparentemente moradores das redondezas. Infelizmente, quase não se vê crianças entre os transeuntes.

O mesmo trânsito intenso de veículos da manhã, que por vezes faz com que se leve 30 minutos para se percorrer um trecho que se percorreria em 10 minutos, retorna no início da noite. Os

rotineiros "horários de pico" do trânsito costumam ocorrer entre 07h30 e 09h00 nas manhãs, de forma mais moderada, e entre 17h30 e 19h00 de forma mais intensa. Isso nos dias de segunda a sexta. Pois durante finais de semana e feriado a rotina dos fluxos pelas vias de Vilas e região é outro.

Ao menos 4 regiões da avenida Praia de Itapuã costumam concentrar maior movimento durante a noite. São as regiões com maior aglomeração de estabelecimentos voltados para o lazer noturno. Nestas áreas de maior movimento noturno costuma haver uma centralização de tipos específicos de estabelecimentos, como por exemplo, bares, restaurantes, cafés, docerias, lanchonetes, igrejas, mercados e padarias. Durante a semana, escolas, faculdades, cursos e academias, também costumam atrair movimento. Porém após às 22h00, apenas os bares e restaurantes atraem alguma movimentação.

A Av. Luís Tarquínio, que possui menor variedade de bares, restaurantes, cafés, docerias e até mesmo igrejas possui quase nenhum movimento nas imediações do acesso a Vilas após às 20h00. Havendo apenas um tímido movimento em frente a uma academia de musculação e ginástica, um supermercado e a entrada de um pequeno shopping center, que assim como os demais estabelecimentos, costuma estar fechado após às 22h00. Este ritmo calmo e por vezes quase desértico é mantido e ao longo da madrugada, retomando novo fôlego e trânsito na manhã do dia seguinte.

Esta avenida, que assim como as demais vias de Vilas do Atlântico possui nome de alguma famosa praia brasileira, concentra boa parte do comércio de Vilas e é uma referência na oferta de serviços e produtos para os setores de alto poder de compra do município de Lauro de Freitas. Apenas no trecho compreendido entre o arco da portaria principal de Vilas (Região 2) e as imediações do Parque Ecológico (Região 3)²⁵, foram contados duzentos e trinta e dois estabelecimentos. Estes estabelecimentos em outubro de 2017 se encontravam na seguinte distribuição: 56 espaços de refeição (restaurantes, lanchonetes, cafés e bares), 25 espaços de estética (salões de beleza, clínica estética, barbearia), 23 instituições educacionais (escolas, cursos de idiomas, ballet, artes marciais, equitação), 23 lojas de roupas e acessórios, 17 espaços

²⁵ O trecho mencionado se refere apenas à Avenida Praia de Itapuã. A partir da região do Parque Ecológico de Vilas, a avenida passa a se chamar Rua Praia de Itapuã. Mesmo que hajam poucas diferenças estruturais entre a "rua" e a "avenida", elas são consideradas vias diferentes. E para a contabilização foi levada em conta apenas a avenida.

de saúde (farmácias, clínicas e laboratórios), 14 mercados e lojas de artigos alimentícios (supermercados, padarias, artigos naturais, frigorífico), 13 escritórios de corretagem ou imobiliária, 10 academias e estúdios de atividade física, 10 espaços de Arquitetura e Decoração, 6 igrejas cristãs, 4 pet shops e 35 outros estabelecimentos distribuídos em menor número (bancos, lavanderias, estúdio de tatuagem, lojas em geral).

Os tipos de estabelecimentos presentes ao longo da avenida são mais um elemento que ajuda a compreender a ausência de crianças como transeuntes. Dentre os espaços de serviço da região não vemos espaços para crianças, com exceção dos espaços educacionais. E os estabelecimentos da região não se configuram como espaços para a sociabilidade, como mercadinhos de bairro, a padaria de fulano a farmácia de beltrano, que são essenciais para estabelecer as relações típicas de um bairro.

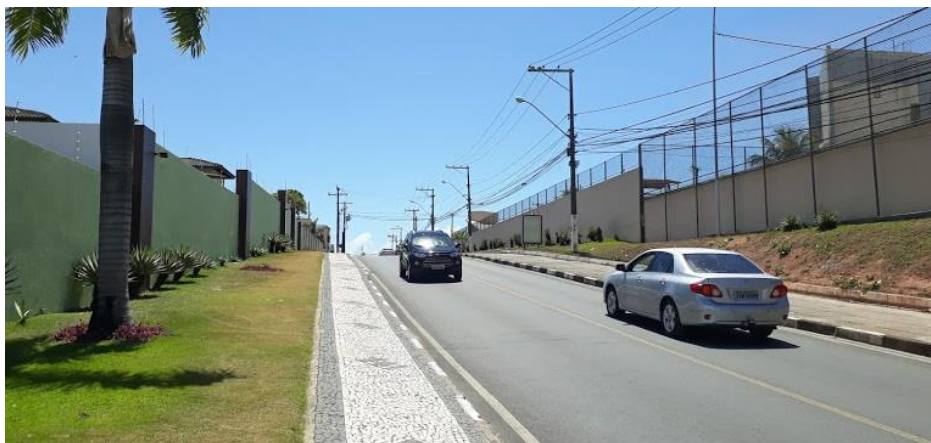
3.4 Avenida Priscila Dutra

Fortemente marcada pela presença dos diversos condomínios horizontais, esta avenida é a principal via da região conhecida como Miragem. O Miragem nasceu como um loteamento que advém de um dos desmembramentos da grande fazenda Portão, mas hoje há quem reivindique o status de bairro para o loteamento e suas imediações. Dentre as organizações que já fomentaram a qualidade de vida do bairro está a Associação de Moradores do Miragem (AMOM), que regularmente se reúne para tratar de temas relacionados ao desenvolvimento, organização e segurança da região.

Com 1.351 km², o loteamento Miragem começou as vendas de seus terrenos em 1977. Nos quarenta anos de existência deste loteamento do bairro de Buraquinho, é notório que nos últimos quinze anos a região vem passando por suas maiores mudanças estruturais, resultado do crescimento urbano e o desenvolvimento econômico da região. Dentre os novos equipamentos e serviços que a região adquiriu nestes últimos anos, além da construção de diversos condomínios residências, duas grandes academias e alguns centros para atividade física (pilates, hidroginástica, natação, treino funcional), três centros comerciais, dois postos de gasolina, restaurantes, supermercado e pequenas vendas, a região também chama atenção por

se posicionar como centralidade de espaços educacionais, havendo além de cerca de onze cursos de formações gerais, duas escolas de grande porte e seis escolas de pequeno porte.

Figura 16 – Avenida Priscila Dutra (Região 5)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia de 16/10/2017

Há uma região no Miragem que pode ser percebida como um ponto nodal, limite entre bairros e ponto marcante ao mesmo tempo, é o encontro da rua Praia de Itamaracá e a Av. Priscila Dutra, também conhecida como terceira portaria de Vilas. Além de marcar os limites entre Vilas do Atlântico e Miragem (Buraquinho), por ser uma centralidade, costuma haver grande retenção de fluxo de carros nos horários de maior movimento. É neste ponto que se inicia a avenida Priscila Dutra (Figura 16), se estendendo até a avenida Luís Tarquínio. Com mil e trezentos metros de extensão, a Priscila Dutra se posiciona como principal avenida da região do Miragem e a segunda mais longa do bairro de Buraquinho, atrás apenas da Estrada Ministro Antônio Carlos Magalhães com mil e novecentos metros de extensão.

Ao longo da avenida repleta de condomínios horizontais, observa-se como a busca por segurança e privacidade na forma de habitar é um requisito ostentado na materialidade do espaço. Grandes cercas e muros não são suficientes para estabelecer a segurança necessária para os moradores dos condomínios. É também necessário dispor de aparatos tecnológicos que reforçam o símbolo do isolamento, auto segregação, e nocividade da rua²⁶, como por exemplo

²⁶Quando falo da rua, sigo o antropólogo Roberto da Matta (1985), que no livro *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, expande o significado tanto de casa como rua. O autor sugere que no Brasil, a noção de casa e rua muitas vezes se confundem com as noções de espaço privado e público, respectivamente. Então, quando falo de rua nesta passagem estou me referindo aos espaços urbanos públicos exteriores aos condomínios.

as cercas elétricas, os sensores de movimentos, leitores biométricos, câmeras de vigilância e etc.

Figura 17 – Portarias de dois condomínios da Av. Priscila Dutra (Região 5)



Fonte: Acervo do autor. Fotografias de 16/10/2017

Como veremos no próximo capítulo, estes símbolos relacionados à segurança e consequente imagem de nocividade da rua são absorvidos pelas crianças através dos relacionamentos entre sujeitos e espaço e nas relações intergeracionais e repercutem na espacialidade das práticas desempenhadas por estas crianças e na imagem que o espaço urbano adquire nas representações das crianças.

Outro elemento recorrente na paisagem da avenida Priscila Dutra são as portarias de segurança e controle de fluxo de entrada e saída de pessoas nos condomínios horizontais (Figura 17). Por serem entendidos por seus moradores como ilhas socialmente homogêneas, de acontecimentos previsíveis e normalizados por livros e estatutos e sem dúvida um espaço da segurança, os condomínios marcam explicitamente as diferenças daqueles que são de dentro e os que são de fora. Além das claras fronteiras físicas, a diferença entre os de dentro e os de fora se explicita

no rito necessário para entrar nestes espaços urbanos privativos entendidos como “paraísos habitacionais”, que em seus signos, formas e hábitos, sugerem categorias de pertencimento e status bem distintas a cada um dos atores em cena na performance de estar em um destes paraísos.

Não só distinguir o caminho a ser tomado, estas categorias alteram os requisitos de identificação e o tratamento que é dado pelos porteiros e seguranças. Geralmente, três principais categorias são usadas pelos condomínios na distinção daqueles que adentram seus portões, são elas: morador, visitante e prestador de serviço.

3.5 Ruas secundárias

Dentre as ruas menores da região, poucas são efetivamente públicas, a maioria delas são fechadas ou estão dentro de um condomínio. No Atlântico Norte a grande maioria das ruas entendidas como ruas secundárias são ruas majoritariamente residenciais podendo ou não ter controle de transeuntes, seja porque estão dentro da estrutura de um condomínio fechado, ou porque os moradores da rua, juntos, arcam com os custos de manutenção de uma equipe de segurança patrimonial ou uma guarita com funcionários.

Em muitos casos os funcionários destas guaritas, por serem o único funcionário, costumam ocupar uma função que varia entre zelador, porteiro e segurança. Isso não significa que não existam ruas secundárias com casas soltas diretamente ligadas à rua, existem destas ruas no Atlântico Norte, aquelas que não estão integradas a um condomínio horizontal ou loteamento fechado, porém são minoria.

Em sua maioria, as ruas secundárias são tranquilas, com poucos transeuntes e pedestres, sem comércio ou serviço e exercendo exclusivamente a função residencial. Mas há diferenças claras entre o uso e imagem das ruas quando elas estão em condomínios fechados – havendo distinções inclusive entre os condomínios, como por exemplo o tamanho, número de moradores, tamanho

dos lotes, variedade de equipamentos, largura das calçadas, e etc. – e ruas que não estejam sob controle de fluxo e assegurada pelos artefatos de segurança²⁷.

Uma característica das ruas secundárias do Atlântico Norte que se encontram em condomínios é seu amplo uso por parte dos moradores, especialmente das crianças. Nos condomínios fechados é possível vê-las brincando sozinhas ou em grupos, de forma supervisionada ou não. Atividade rara de se encontrar quando se trata de moradores de ruas soltas, que dificilmente utilizam o espaço público e quando se trata de crianças, é quase inexistente.

Nas ruas secundárias fechadas há um maior uso e relacionamento entre moradores imediatos e espaços da rua. Isso se dá principalmente pelo fato de que nestas condições de homogeneidade social e segurança, o significado exercido pelo espaço da rua é outro. Quando se trata de condomínios ou loteamentos fechados, com controle de fluxo, as ruas ganham novo uso por parte dos moradores. A noção de espaço público se confunde com a de espaço privado, adquirindo um terceiro sentido. Neste contexto, este terceiro termo que nasce para representar a rua fechada, se refere a um espaço menos privado que a casa da família, e menos público que a rua externa ao condomínio ou loteamento. Aqui a rua não possui o sentido atribuído por Da Matta (2012), ela está em uma zona intermediária entre a “casa” e a “rua”, nem privado nem público.

Este novo significado que as ruas secundárias adquirem atribuem às crianças da região uma liberdade em circular e brincar pela rua, havendo uma maior confiança dos pais em levar as crianças para a rua ou simplesmente para autorizar que o filho saia sozinho para brincar. O caráter interacional presente entre crianças de um mesmo condomínio ou rua fechada também deve ser levado em conta. A rua fechada atribui maior autonomia de locomoção para as crianças, estimulando que crianças de mesma faixa etária criem vínculos constantes com fins lúdicos. Nos aprofundaremos em três casos que ilustram esta situação de relações intrageracionais estimuladas dentro do mesmo condomínio ou loteamento no próximo capítulo.

Os trabalhos com desenhos realizados com os grupos focais em duas escolas de Vilas do Atlântico evidenciam que por mais que as ruas secundárias sejam maioria quantitativa no

²⁷Podem ser considerados artefatos de segurança objetos comumente adquiridos e expostos sob o signo da proteção e segurança patrimonial, como por exemplo: *grandes muros, câmeras de vigilância, sensores de movimento, cercas elétricas, portarias com seguranças, leitores biométricos e etc.*

espaço urbano do Atlântico Norte, a imagem do urbano é constituída majoritariamente pelas vias principais, mesmo que elas sejam minorias quantitativas. Ao longo do trabalho que buscou desenvolver junto às crianças desenhos de distintos níveis do espaço urbano (casa, bairro e cidade), as ruas secundárias não apareceram como protagonistas da imagem em nenhum dos casos, com exceção daqueles que buscavam evidenciar a complexidade do meio urbano com as diversas ruas e nas representações dos condomínios fechados.

A partir da análise dos desenhos entre os três níveis do espaço urbano e sendo a casa o mais íntimo/privado e a cidade mais exterior/pública as ruas secundárias não se encaixaram nem na familiaridade da casa, nem na exterioridade da cidade. A noção que as crianças interlocutoras da pesquisa tenderam a dar às ruas secundárias nas representações da imagem do urbano mostra uma relação intermediária com este espaço, sendo ele uma interseção entre o espaço privado e o público ou entre a casa e a rua.

4. Praças e parques

Vilas do Atlântico é um bairro repleto de pequenas praças. Ao longo de minhas andanças pelo bairro pude contabilizar trinta e uma praças, um parque ecológico e uma área de preservação ambiental. Mesmo que sejam recorrentes na paisagem de Vilas, pelo seu escasso uso, podemos deduzir que elas são percebidas como mero acessório da estrutura urbana. Acessório que não tem a mesma funcionalidade que historicamente as praças adquiriram: espaço do encontro com o outro ou espaço público urbano para práticas relacionadas ao lazer e esporte. Logo, não passam de meros espaços vazios no meio da malha urbana.

O trabalho de campo que deu forma às fotografias abaixo (Figura 18), foi realizado ao longo de dois meses (Abril e Maio de 2017). Neste período foram visitadas todas as trinta e uma praças contabilizadas, porém como boa parte dessas praças se encontra em condomínios ou ruas fechadas foram escolhidas para o trabalho de visitação sistemática doze praças em ruas abertas, onde não há impedimento ou questionamento aos transeuntes que as utilizam. As doze praças

escolhidas foram visitadas em distintos dias da semana, em quatro ciclos de visitas. O primeiro ciclo de visitas ocorreu numa quinta-feira, o segundo em um sábado, o terceiro em um domingo e o quarto em uma segunda-feira feriado nacional. A intenção era visitar as praças em dias de possível movimento por parte dos moradores da região. Porém a busca por movimento nas praças em todos os ciclos de visitas foi frustrado.

Durante todas as quarenta e oito visitas divididas em quatro dias observei apenas seis ocorrências de utilização dos espaços da praça por parte de usuários e apenas duas ocorrências de utilização do espaço público por parte do grupo infantil. Por mais que pudesse observar transeuntes corriqueiros ou moradores cuidando de seus jardins ou lavando seus carros nas calçadas, essas ações não configuraram o uso do espaço imediato das praças, apenas uso das ruas e calçadas, que de igual forma ocorreria e ocorre por qualquer morador que habita uma rua sem praça do bairro de Vilas do Atlântico.

As únicas seis ocorrências de uso do espaço das praças observadas ao longo das visitas foram: I) Um morador da mesma rua descartando as aparas de seu jardim na praça; II) Um adolescente fumando (aparentemente cannabis); III) Duas crianças não supervisionadas brincando num parquinho, aparentemente não moravam na rua, estavam em uma festa que ocorria; IV) Uma senhora praticando alongamentos; V) Um rapaz, provavelmente contratado, limpando parte do mato que tomava conta da praça; VI) Duas crianças supervisionadas por uma mulher jovem, brincando numa balança.

As fotos das praças, mesmo que não tenham pessoas, evidenciam significados profundos da relação estipulada entre habitantes e espaço habitado. As praças, que dispõem de vasto espaço para interações e práticas de atividades das mais diversas ordens em todos os dias da semana visitados, em horas distintas do dia, apresentaram um número ínfimo de uso por parte de seus habitantes. O que se observa, na verdade é o desuso do espaço, ou seja, um espaço não habitado.

Pode-se perceber o desuso do espaço público não só pelo fato de não se ver pessoas, mas também pelo estado de conservação e os raros usos aparentes nas marcas físicas deixadas no espaço. Seja pela falta de equipamentos públicos, pela depredação dos poucos equipamentos que existem, os resíduos de construções e podas deixados, a degradação do tempo, sem renovações, a falta de cuidado com a natureza existente. Tal desatenção com o espaço é percebida por parte do poder público e pela iniciativa privada dos moradores imediatos.

Figura 18 – Praças de Vilas (Regiões 3, 4 e 5)



Fonte: Acervo do autor. Fotografias de abril e maio de 2017. Seguindo a ordem da esquerda para a direita e de cima para baixo, as praças acima de encontram na: rua Praia de Piatã, avenida Praia de Itapuã, rua Praia do Pina e rua Praia da Boa Viagem, todas em Vilas do Atlântico.

Os parques, praças e pátios públicos são elementos que contribuem, ou não, para a vitalidade urbana. Por vezes estes são considerados um presente dado à população da cidade. Porém precisam de vida, isto é, as pessoas devem querer estar neles, atribuindo-lhe utilidade. É isto que faz uma praça bem-sucedida. De acordo com Janes Jacobs (2001, pg. 99-101), as praças podem se constituir em elementos maravilhosos do bairro ou em vazios urbanos desvitalizados, destruídos, decadentes, sem uso, desprezados e perigosos. Tudo depende do uso dado a este espaço, pois nem sempre uma praça pode trazer valorização a uma determinada área. As praças vazias não implicam apenas em dinheiro mal gasto e oportunidades perdidas. Além disso, elas podem ter efeitos negativos nos bairros e nas cidades. Sofrem do mesmo problema das ruas cegas. Suas ameaças se espalham pela vizinhança, fazendo com que a população evite também as ruas que margeiam estas praças. Jacobs defende que as praças urbanas são diretamente afetadas pela maneira como a vizinhança interfere nelas. A autora resume em quatro os

elementos essenciais para que projetos tornem-se potenciais lugares de vida urbana coletiva: a complexidade, a centralidade, a insolação e a delimitação espacial.

Nas praças de Vilas é possível observar insolação e sombreados, assim como delimitação espacial. Mas sofrem agudamente com o tema complexidade e centralidade. Como todas se encontram em áreas residenciais, não há uma variedade de usos e usuários, assim como é escassa a infraestrutura, em alguns casos nem há um elemento centralizador. Logo, a centralidade nos termos de Jacobs, mal se consegue observar nestas praças. Trago esses comentários sem nem tocar no assunto segurança pública, que envolveria os olhares vigilantes dos residentes imediatos das praças tapados pelos grandes muros das suas próprias residências e a violência presente no imaginário urbano, pois estes assuntos para serem tratados com a devida atenção precisariam de diversas páginas.

O que se percebe hoje neste farto espaço público do bairro de Vilas do Atlântico é falta de investimento público e um grande descaso por parte dos moradores, que não cuidam, e pior, não usam as praças em frente a suas casas, replicando para as crianças um modelo de enclausuramento residencial, mesmo dispondo de espaços amplos e arborizados em quantidade invejável para a realidade urbana brasileira.

“Talvez João do Rio (2008: 44) tivesse razão ao afirmar que, ‘instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua!’. Depois, [...] o ‘instinto’ é completamente reprimido ou extinto” (MONTROYA URIARTE, 2017, pg. 290). Ao menos quando se trata da região do Atlântico Norte, pode-se dizer que se houve este instinto nas crianças, sim foi reprimido, pois não as vemos brincando nas ruas e praças da cidade.

Um dos únicos espaços públicos que foge à regra da inexistência prática em relação a seu uso pelas crianças, ou seja, usado para o brincar de forma livre, é o Parque Ecológico de Vilas do Atlântico. Assim como a praia e a região do calçadão de Vilas, o parque é um dos poucos espaços públicos do Atlântico Norte onde é possível encontrar crianças brincando de forma livre.

Este parque foi inaugurado há mais de vinte anos, porém não esteve em funcionamento efetivo para visitação boa parte deste período. Reinaugurado em junho de 2017, o parque ganhou nova estrutura e instalação de uma administração da secretaria de meio ambiente e recursos hídricos

do município (SEMARH). Com esta nova estrutura o parque passou a ser um grande atrativo para crianças de diversas idades. Com seções diárias de yoga, na área zen, área para piquenique, um deck de madeira sobre área de pântano, concha acústica, estufa de plantas, horta de plantas medicinais e outros atrativos para a comunidade, sem dúvidas as áreas mais usadas são os parques infantis, com destaque para o parque principal que conta com uma disputada tirolesa.

Figura 19 – Parque infantil do Parque Ecológico de Vilas (Região 3)



Fonte: Acervo do autor. Fotografia de 22/06/2017

O parque tem horário de funcionamento definido, apenas entre 09h00 e 17h00, intervalo em que é permitido o uso de seus equipamentos, em alguns dias se estendendo até às 18h00. Como a área liberada para uso público é acessada por uma das duas entradas com portarias (a entrada principal é onde se localiza a SEMARH, e na segunda entrada está uma delegacia da mulher) é fácil fechar e bloquear o acesso ao público. Por mais que o Parque Ecológico conte 135.000 m² de área com acesso a visitação, o território completo do Parque é de 255.000 m², contando com áreas de preservação e áreas reservadas para a implantação de trilhas abertas para a visitação.

Desde sua última reinauguração o parque tem atraído muitas crianças e famílias. Diante da cultura de desuso do espaço público, principalmente pelas crianças, este grande movimento do Parque Ecológico é surpreendente. Durante todos os dias da semana o parque recebe um bom número de visitantes, aos sábados e domingos este número aumenta muito. Apenas no mês de agosto de 2017 a SEMARH contabilizou que a média de visitantes aos domingos (dia de maior movimento) é superior a mil pessoas por dia.

Em uma entrevista dada a uma revista local, Samira, moradora da região e mãe de dois filhos (Letícia, 5 anos e Gabriel, 7 anos), afirma que desde a inauguração do parque ela já levou os filhos diversas vezes para brincar, e além ser um ótimo espaço para o lazer das crianças, ela aproveita para relaxar: “meus filhos estão gostando muito do parque. Aqui tem muitas atrações, brinquedos, uma área boa para piquenique e para lazer. A gente também areja a cabeça, conversa com outras pessoas, é muito bom” (SANTIAGO, 2017, pg. 48).

Em conversa com as crianças e responsáveis por levarem as crianças ao parque é evidente como a prática é prazerosa para ambos. A satisfação das crianças, explícita em suas feições, corpos, movimentos e interações, é ratificada pelas falas: “o parque é muito legal”, “gosto quando minha mãe leva a gente no parque ecológico”, “o que eu mais gosto no parque é que a gente pode correr muito”, “no parque ecológico além de brincar na tirolesa é bom porque a gente faz amigo”.

Após passar pelas características de alguns espaços do Atlântico Norte, percebo que a cultura da infância deste território praticamente não se realiza nos espaços públicos. O que observa-se no “estar” desta categoria geracional é um protagonismo dos espaços privados, entendidos por sua rede parental como espaços seguros, homogêneos, previsíveis e de controle. Suas casas são primordialmente o espaço de lazer, se não a casa, algum espaço pago.

Os únicos espaços públicos frequentados por estas crianças é a praia de Vilas ou o Parque Ecológico de Vilas. Estas duas exceções estão relacionadas às características. Entendemos a praia como um espaço de lazer legitimado pelos baianos, mas vale se perguntar o porquê do sucesso do parque ecológico diante de tantas praças esquecidas. Mas a resposta é simples, há um capricho visual, estético, no parque, existem muitos brinquedos para as crianças e são brinquedos grandes em proporção, características que costumam agradar a população de Vilas: capricho estético, variedade e grande proporção.

Estes espaços físicos aqui apresentados, sejam eles públicos ou privados, são espaços que moldam, marcam e condicionam a forma de habitar. Dedicar este capítulo às características materiais do Atlântico Norte, se fez importante não só pelo meu entendimento de espaço enquanto um conjunto entre materialidade e práticas sócias, mas também porque os espaços aqui apresentados estiveram presentes nas práticas, imagens, desenhos e falas das crianças

interlocutoras de pesquisa, que serão apresentadas no próximo capítulo, que se dedica às características socioculturais do habitar das crianças.

CAPÍTULO 3 – CASA, CONDOMÍNIO E ESPAÇOS PRIVADOS

No último capítulo pudemos nos aproximar de elementos da estrutura física do espaço urbano do Atlântico Norte. Mas estas características e forma do espaço não nos falam sobre o porquê as crianças desta região usam ou deixam de usar determinados espaços da malha urbana, como também não nos permite conhecer o como e quando elas usam e se deslocam entre os espaços da cidade. Um outro ponto importante para os fins desta pesquisa e que não se torna claro no capítulo anterior são os espaços realmente relevantes para o olhar dessas crianças em meio aos diversos estímulos dos espaços sociais e físicos do recorte de análise.

Se entendemos espaços como o resultado das articulações entre materialidade e práticas culturais dialeticamente integrados num sistema, como visto no capítulo no capítulo 1, há dois sistemas a serem estudados para o fim de compreensão do espaço urbano, o sistema de objetos e o sistema de ações. No capítulo anterior, a intenção foi nos aproximar da forma e imagem do Atlântico Norte, o que se relaciona com a materialidade do espaço. Aqui iremos abordar as práticas habitacionais do grupo estudado, evidenciando o conteúdo cultural do espaço. Logo, o porquê, como e quando as crianças usam e transitam entre os espaços é o cerne deste capítulo.

As características dos relacionamentos das crianças com o espaço urbano habitado serão expostas neste capítulo a partir de três principais níveis: o da casa, o do condomínio e o da cidade. Partindo de um nível de relacionamento mais íntimo, o da casa, até o relacionamento com os demais espaços da cidade. Este percurso aqui proposto permite vermos como o conceito de espaço proposto por Milton Santos (1996, pg. 51), enquanto um sistema de objetos dialeticamente relacionado a um sistema de ações, ganha vida. Por mais que esta noção dialética apareça de forma mais explícita no espaço da casa, todos os três níveis de relacionamento das

crianças com o espaço evidenciam a importância do sistema de ações ou o chamado “espaço social” como parte essencial do espaço.

Em todos os três níveis de relacionamento das crianças com os espaços urbanos, a rede parental se posiciona como um agente importante. Seja por facilitar e oferecer os recursos físicos e sociais necessários para a realização das práticas habitacionais, ou a partir de direcionamentos e encaminhamentos parentais. O primeiro dos níveis apresentados, o da casa, por mais que se refira a um espaço físico, traz em seu próprio entendimento conceitual, por parte dos interlocutores de pesquisa, uma noção social. Então, antes mesmo de começar a falar sobre a casa das famílias estudadas, vale a pena comentar sobre esta íntima relação entre materialidade e corpo social que a casa estabelece.

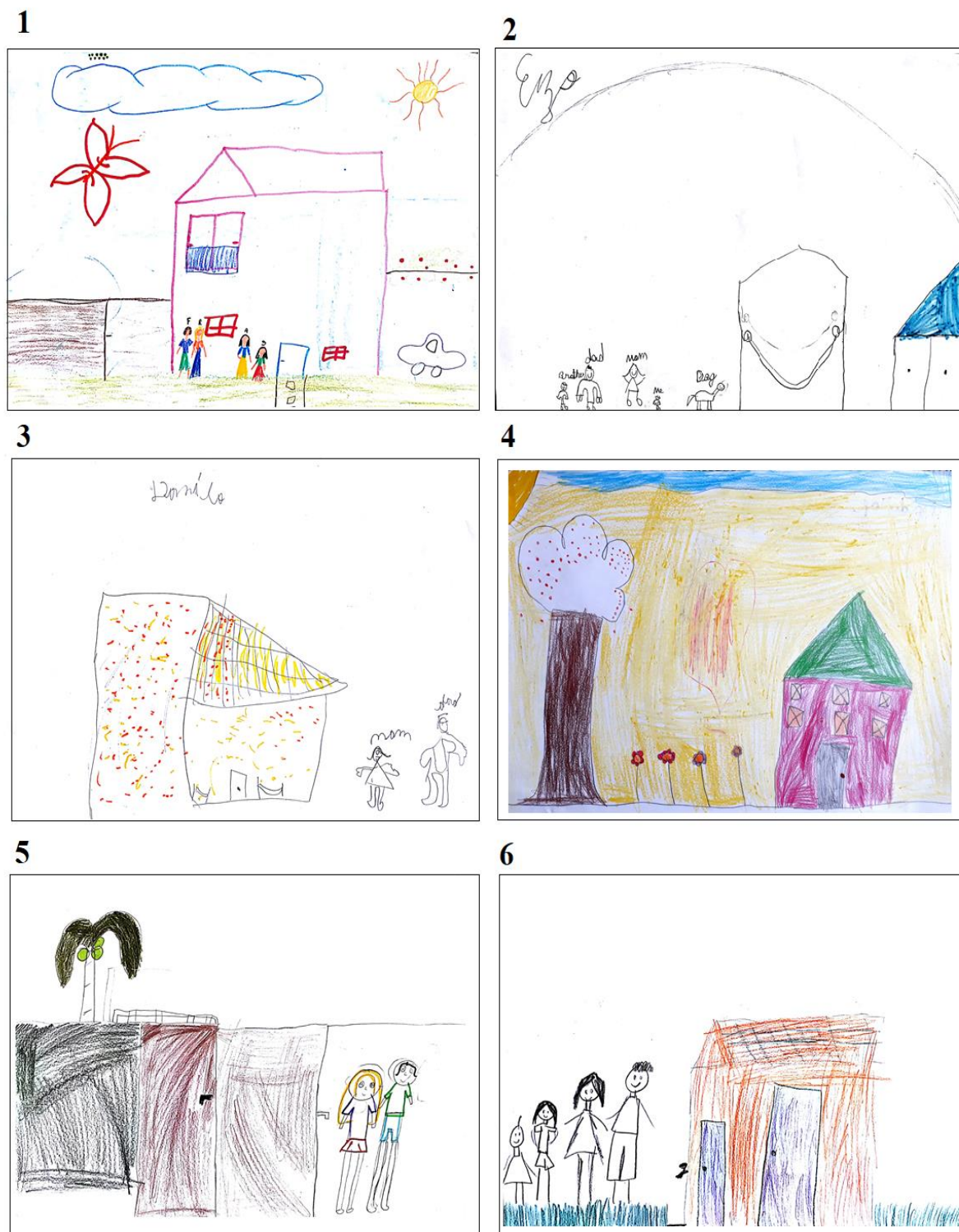
Dentre as primeiras atividades realizadas com as crianças ao longo do trabalho de campo, estava a produção de um desenho da casa onde habitavam, seguido de uma rodada elucidativa. Em meio aos possíveis elementos a serem levados em conta na análise destes desenhos a relação íntima estabelecida entre a casa e a família foi o que me chamou mais atenção.

Claro que ao falar sobre nossas casas lembramos daqueles que moram conosco, mas não esperava que o entendimento que estas crianças tinham de suas casas estivesse tão relacionado ao próprio entendimento do que é a família. Das trinta e três crianças que produziram estes desenhos, vinte e sete delas representaram suas casas com ao menos um elemento gráfico que conotasse a família. Com relação a narrativa elucidativa, todas as crianças mencionaram os familiares moradores da casa.

Nas imagens da próxima página vemos alguns dos desenhos citados. Além de características marcantes de suas casas, como cores, árvores e portões, vemos como os componentes da família aparecem como parte elementar do desenho. Em alguns casos os corpos destes familiares aparecem em lugar de maior destaque que a própria estrutura física da moradia.

Além da representação direta destes familiares, houve casos que por mais que a família não estivesse literalmente desenhada através de corpos, ela estava representada por algum outro elemento. Como é o caso do desenho número 4. Na porção central do desenho existe um grande coração flutuando. Na fala de elucidação do desenho a menina produtora da obra explica que este coração representa todo o amor da família dela que está na casa onde eles moram.

Figura 20 – Desenhos da relação casa e família



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

O que se torna relevante aqui é a imagem que estas crianças têm da casa em que residem. E os desenhos analisados evidenciam como conceitualmente para algumas crianças (a maioria delas) há momentos em que casa e família se confundem. Ambos acabam ocupando quase que o mesmo lugar. Ao pensar na família se remetem à casa e ao pensar na casa se remetem à família. Como se uma coisa complementasse a outra. Seria como que a família deixasse de ser simplesmente uma unidade social e a casa deixasse de ser o arquétipo de habitação para que ambos representassem uma única categoria: “casa-família”.

Por mais que a íntima relação entre família e casa, seja um rico dado de pesquisa e salte aos olhos entre as obras das crianças, encontrar este tipo de elemento não era o que se buscava na realização desta atividade. Devo admitir que nesta etapa já buscava colher elementos e características físicas dos espaços residenciais das crianças. Mas este tipo de informação, só consegui alcançar com a devida qualidade nos estudos de caso. Apenas nesta segunda etapa da pesquisa, na qual estive presente repetidas vezes nas casas das famílias, em diferentes dias da semana e diferentes horários do dia, pude de fato colher informações detalhadas sobre as famílias e suas residências.

Nas próximas páginas as três “casa-família” pesquisadas serão apresentadas. As três são aqui chamadas por sobrenomes falsos atribuídos de forma aleatória²⁸, para assegurar que a identidade das famílias seja preservada. Também não serei específico quanto ao endereço das famílias, mas todas elas moram em condomínios horizontais localizados no Atlântico Norte.

A primeira casa a ser apresentada é a da família Filgueira. Os pais da família Filgueira são empresários locais. A empresa de médio porte, com duas unidades, uma na Estrada do Coco e outra em Salvador, é administrada pelo casal, mas o marido está a frente do negócio, o que representa uma maior ausência do pai na casa. Além do pai e da mãe alguns agentes parentais se fazem presente na vida das crianças desta família. Há uma tia e uma avó que frequentemente se hospedam na casa dos Filgueira. Segundo Rafa, o filho mais velho, a tia e avó, da família materna, costumam vir de Goiânia visita-los de três a quatro vezes no ano, e ficam bastante tempo por lá quando visitam. Além da avó e tia materna, os avôs paternos também são muito presentes na vida de Rafa (10 anos) e Gabi (6 anos), todas as semanas eles estão juntos.

²⁸ Chamarei as três famílias pesquisadas com seguintes sobrenomes, Filgueira, Costa e Prado. Os sobrenomes não são das famílias pesquisadas, mas são sobrenomes de famílias da região. Nenhum critério específico foi utilizado para nomeação de cada uma das famílias.

A segunda casa a ser apresentada é a da família Costa. São três filhos ao total na casa da família, Duda (10 anos), a filha mais velha e principal interlocutora da família, Iza (7 anos) e Gui (4 anos). Nos encontros que realizamos com a família, as duas meninas foram as crianças que mais me aproximei, Gui era muito pequeno e estava constantemente sendo cuidado pela babá ou pela mãe, então não tivemos trocas significativas

A mãe das crianças, médica, e o pai, empresário, viveram juntos por cerca de oito anos, mas atualmente estão separados. As crianças vivem uma vida dividida entre casa da mãe e casa do pai. Apenas Gui não tem uma rotina tão dividida entre os pais, pois por ser mais novo vive majoritariamente com a mãe. Já Duda e Iza passam a maior parte da semana na casa da mãe, onde realizou-se a pesquisa. Dias de terça e quinta-feira, o pai encontra as meninas na escola, na hora da saída, as leva para o apartamento dele, em Patamares (bairro de Salvador) e as deixa no dia seguinte na escola, pela manhã. Nas quartas e sextas-feiras, a mãe as pega na escola para retornarem para casa. Os finais de semana, também são divididos, uma semana o sábado e domingo é na casa da mãe, na semana seguinte, na casa do pai. Mesmo que haja esta divisão entre espaços de moradias, foi considerada para a família Costa a casa da mãe como a principal referência habitacional das crianças e não o apartamento do pai.

A última casa a ser apresentada é a da família Prado, que é composta pelo pai, engenheiro do Polo Petroquímico de Camaçari, a mãe, que tem uma empresa de promoção social e dois filhos estudantes de escolas privadas de Vilas do Atlântico, João (11 anos) e Mari (7 anos). Como veremos mais a frente, a forma de habitar desta família está marcada por uma forte relação com os familiares e uma vasta e presente rede parental.

A partir da categoria “casa-família” podemos ter uma melhor compreensão das características das três famílias, assim como permite uma melhor compreensão das características físico e sociais deste espaço. A proposta da seção que se inicia a seguir, além de aproximar o leitor destes elementos que compõem as três “casa-família” analisadas, é evidenciar a centralidade simbólica da casa em relação aos espaços em que as crianças do Atlântico Norte percorrem nos seus trajetos cotidianos.

1. A centralidade da “casa-família”

A observação dos espaços em que as crianças do Atlântico Norte se fazem presentes em sua vida cotidiana, posiciona a casa da família em lugar de destaque. Primeiramente por ser nestas casas onde as crianças desempenham a maior parte de suas atividades lúdicas. Mas também porque é nelas que as crianças se sentem mais acolhidas e protegidas e recebem a maior parte dos direcionamentos vindouros de sua rede parental, ou seja, é onde as crianças passam a maior parte do tempo de suas vidas.

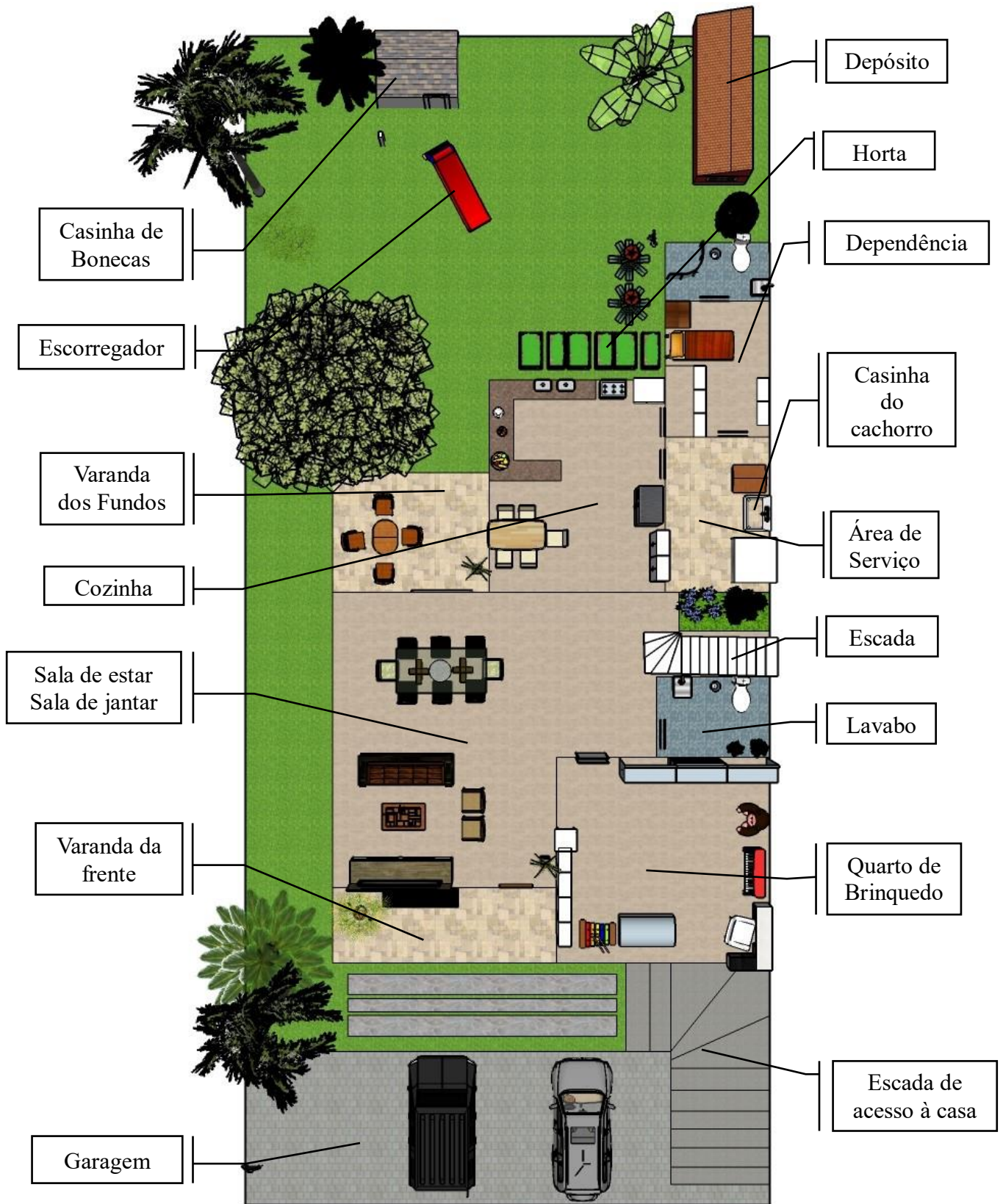
A família Filgueira, assim como as demais famílias, utiliza muito pouco os espaços públicos da cidade. Por mais que transitem muito e percorram longas distâncias entre os pontos visitados em uma semana tradicional, sempre percorrem estes trajetos em um dos dois veículos de luxo da família. Andar ou brincar pela rua, só se for dentro do condomínio.

Em uma das conversas com a mãe da família Filgueira, ela confessou que acha as ruas da cidade sujas, com calçadas quebradas e muito perigosas. Nem um pouco convidativas para um passeio ou brincadeira. O único espaço público que ela gosta de sair com os filhos é o Parque Ecológico de Vilas do Atlântico. “Lá é limpo, organizado e tem segurança”.

Esta busca por espaços planejados, rodeados de natureza, bem cuidados e ao mesmo tempo homogêneos, percebido em relatos dos Filgueira, evidencia como o tipo de produto vendido pelo mercado imobiliário do Atlântico Norte, ou ao menos os elementos enaltecidos pelas imobiliárias na hora da venda, são de fato os elementos que famílias da região buscam para constelar sua forma de habitar.

A casa da família Filgueira nos ajuda a entender como estes elementos se fazem presentes no espaço mais íntimo do habitar. Antes mesmo de entrar na casa da família, a partir da garagem da casa, os carros de luxo anunciam o poder de compra desta família. A garagem da casa fica no mesmo nível da rua, mas todo o restante da casa fica elevada. Para acessar a casa há uma pequena escadaria de concreto que dá acesso a uma pequena varanda de entrada. Esta varanda se conecta às salas da casa. A partir destas salas se chega ao lavabo, varanda dos fundos, cozinha, ao quarto dos brinquedos e a escada para o segundo andar.

Figura 21 – Casa da família Filgueira



Fonte: Elaborado pelo autor

Por mais que cada uma das crianças tenha seu próprio quarto no segundo andar da casa, o quarto dos brinquedos parece ser o lugar onde elas se fazem mais presentes enquanto estão em casa brincando ou estudando. Na grande maioria das vezes que cheguei na casa da família Filgueira, tanto Rafa como Gabi estavam no quarto de brinquedos.

Este quarto do andar térreo da casa, visível na imagem da casa da família Filgueira²⁹ e nas fotografias do quarto, é um espaço repleto de bonecas, gibis, jogos de tabuleiro, pelúcias e diversos brinquedos. Aparentemente, esse é o lugar onde as crianças mais ficam quando estão em casa. Por mais que no jardim dos fundos da casa haja uma casinha de bonecas e um escorregador, em nenhum momento as vi brincando neste jardim, sempre estavam no quarto de brinquedos, ou na sala de estar completamente concentrados na televisão assistindo desenhos.

O quarto dos brinquedos é um espaço da casa voltado para as práticas lúdicas das crianças, até mesmo a iluminação do quarto dos brinquedos é motivo para diversão. Logo no primeiro dia em que visitei a casa da família Filgueira, Rafa e Gabi fizeram questão de me mostrar como era divertida a luz de LED multicolor do quarto. A luz do quarto além de mudar a cor e intensidade da luz, tem diversos comandos para acionar combinações diferentes entre as cores. Então, além de todos os brinquedos presentes, a iluminação deste quarto por si só já é uma diversão para as crianças.

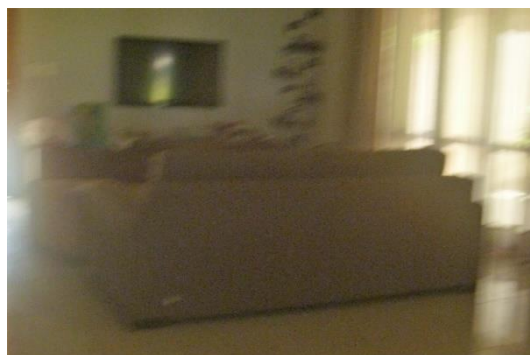
Dentre as brinquedos e brincadeiras preferidas do Rafa o quarto dos brinquedos é um espaço importante por ser nele que estão alguns de seus brinquedos preferidos, como suas medalhas Yokai e a uma imensa coleção de Gibis. Rafa adora ler revistinhas em quadrinho e tem uma grande coleção de gibis do Homem Cueca e da Turma da Monica que ultrapassam cem volumes.

Quando Rafa está em casa, seja sozinho, com a irmã ou com amigos, além do quarto dos brinquedos os outros dois espaços mencionados como espaços para brincadeiras são a sala de estar e o quintal da casa. Por mais que o Rafa não tenha especificado quais as principais

²⁹ As imagens das casas das três famílias expostas neste capítulo não se tratam de plantas com informações técnicas, mas meras imagens ilustrativas. Este recurso de imagem que lanço mão ao analisar as três “casas-família”, não têm como intenção trazer uma planta arquitetônica precisa. São apenas recursos que auxiliam a compreensão dos espaços estudados. Com certeza existem imprecisões técnicas, assim como só representam o andar térreo dessas casas, que são em todos os três casos casas de dois pavimentos. As plantas aqui presentes refletem a imagem apreendida por mim ao longo das visitas.

brincadeiras realizadas no quintal da casa, ele menciona que lá ele costuma brincar com outras crianças, sejam elas os amigos do condomínio, a irmã ou o primo que as vezes o visita.

Figura 22 – Fotografias do quarto dos brinquedos e da sala de estar



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com Rafael em janeiro de 2018

Ao passo que as brincadeiras do quintal da casa não foram muito detalhadas, as brincadeiras da sala de estar foram muito bem explicadas. Primeiramente o filho mais velho da família Filgueira explicou os games jogados no *Playstation* que fica conectada à televisão da sala de estar. Dentre os jogos comentados estão *Battleship*, *Crash Bandicoot*, *Gran Turismo Sport*, *Lego Marvel*

Super Heroes e Dragon Ball. Outro caminho para acessar jogos digitais de realidade virtual³⁰ é o *Ipad*. Rafa conta que gosta de jogar no *Ipad* deitado no sofá da sala, e os principais aplicativos acionados para esses jogos são *Roblox*, *Angry Birds* e *Transformers*. Além de acessar jogos o *Ipad* é usado para acessar vídeos no YouTube, principalmente tutoriais para *Minecraft*, o jogo preferido do Rafa.

Além de espaço legitimado para as brincadeiras com jogos eletrônicos, a sala de estar da família é lugar onde Rafa e Gabi assistem televisão. Dentre os diversos desenhos dos canais infantis da “televisão fechada” assistidos por eles, *Cartoon Network*, *Nick* e *DisneyXD*, são apontados como os canais mais assistidos pelos irmãos da família e o desenho *Pokémon* foi mencionado como o desenho preferido do Rafa.

A filha mais nova da família Filgueira diz ter como espaço preferido da casa para brincadeiras, o quarto dos brinquedos e o quintal da casa. Desenhar, brincar de pega-pega e esconde-esconde, brincar com Gohan, o cãozinho da família, brincar de bonecas e assistir TV são as atividades preferidas da Gabi. Além dos desenhos animados, dentre as programações de TV preferidas de Gabi está a telenovela nacional voltada para o público infantil chamada “Carinha de anjo”. Não só Gabi, como diversas outras meninas acessadas ao longo da pesquisa mencionaram assistir frequentemente esta programação de televisão.

Não só este programa de TV se posiciona como uma prática lúdica compartilhada por várias crianças da região. Ainda mencionando gostos compartilhados pelas meninas da região, durante o período da pesquisa, pequenas bonequinhas conhecidas como bonecas *Lol* viraram uma febre. Estas bonequinhas de cerca de R\$ 100,00 cada, vêm em diversas versões, umas choram outras fazem xixi, tem a versão que cospe, a que muda de cor e assim por diante, montando uma imensa coleção de bonequinhas. As meninas que brincam com estas bonecas *Lol* mostram não estar satisfeitas com a variedade que têm e buscam outras e novas versões.

³⁰Segundo Levy, (2010, pg. 73) o termo realidade virtual "especifica um tipo particular de simulação interativa, na qual o explorador tem a sensação física de estar imerso na situação definida por um banco de dados". Este entendimento advém do conceito de virtualização, no qual "é virtual toda entidade 'desterritorializada', capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem contudo estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular" (2010, pg. 50). Logo, muito do pensamento humano é virtual, mas nas páginas 73 a 75 o autor explica como a virtualização se expressa através de práticas humanas divididas em três níveis: 1- "realidade virtual", 2 - "mapa da realidade" e 3 - "dados de informática.

Este mesmo sentimento compartilhado de necessidade de um brinquedo também foi percebido nos meninos. A moda do momento eram medalhas de um desenho animado oriental, chamado *Yokai*. Dentre as fotos tiradas pelo Rafa estão estas medalhas *Yokai*, como visto na figura 22. Grande parte destes brinquedos de moda, criados pelas grandes indústrias dos brinquedos, têm seus dias contados dentre os brinquedos preferidos das crianças. A moda passa, novos brinquedos aparecem e os velhos brinquedos deixam de ser interessantes rapidamente e são guardados juntos aos demais brinquedos que não são mexidos cotidianamente, apenas de vez em quando, nos momentos de busca por uma brincadeira diferente.

As fotografias da figura 22 mostram um pouco da variedade de brinquedos que estas crianças têm. A foto de um dos armários do quarto de brinquedos da família Filgueira ilustra um pouco da quantidade de brinquedos guardados e que não são usados cotidianamente. Neste quarto de brinquedos dividido por Rafa e Gabi, além de armários, prateleiras e baús cheios de brinquedos, existe uma escrivaninha de estudos e um computador pouco utilizado.

Tanto a família Filgueira como a Família Prado têm quartos de brinquedos e salas de TV que se sobressaem dentre os espaços preferidos das crianças quando estão em casa. Mas estes gostos refletem a disponibilidade física da casa e preferências dos pais. A casa da família Costa que diferentemente das demais dispõem de grande área verde e espaços diferentes para o desempenho de práticas lúdicas, tem por consequência preferências distintas dentre os espaços escolhidos pelas crianças para brincar na casa.

Estas diferenças nos espaços podem ser percebidas logo ao entrar na casa da família Costa, pois nos deparamos com um trailer em desuso. Segunda a mãe da família este trailer já foi usado para passeios pelo nordeste e sudeste brasileiro. Mas isso quando ela ainda era casada com o pai das crianças. Hoje em dia a mãe da família está solteira e tem uma rotina de trabalho intensa, na qual trabalha como médica plantonista em mais de um hospital da região metropolitana de Salvador. Sem tempo e apoio para passeios longos como costumava fazer na época de casada, o trailer ganhou um outro uso. Como fica parado na frente da casa, o uso dado a ele foi ressignificado: deixou de ser uma pequena casa ambulante para passeios em família e se tornou uma casa para brincadeira das crianças da família.

Aparentemente os pais da família convivem sem conflitos numa rotina de constante contato. As filhas já estão acostumadas com a rotina e levam essa vida dividida sem reclamações, por mais

que elas afirmem preferir a casa da mãe à casa do pai. No discurso de Duda, os motivos para essa preferências estão relacionados ao espaço de moradia. Ela diz que ama a casa onde mora com a mãe, ela tem amigas no condomínio e pode brincar na rua ou na casa dessas amigas, ou seja, tem liberdade. Além disso, Duda menciona como na casa da mãe ela tem os gatinhos, os cachorros, os papagaios, as galinhas, os coelhos e os cágados, que ela adora alimentar e brincar. O que se percebe na fala dela é que na casa da mãe ela tem uma maior variedade de espaços para brincar e liberdade para usar os espaços do condomínio, o que não acontece no apartamento do pai.

O apartamento de quatro quartos, onde mora o pai e a madrasta das crianças, se localiza num condomínio de prédios, com uma enorme área de lazer comum para os condôminos de todos os prédios. Não tenho precisão quanto ao número de prédios no condomínio do pai, mas acredito serem cerca de seis torres. Páginas a frente, na figura 24 podemos ver uma foto tirada por Duda que mostra parte desta área de lazer.

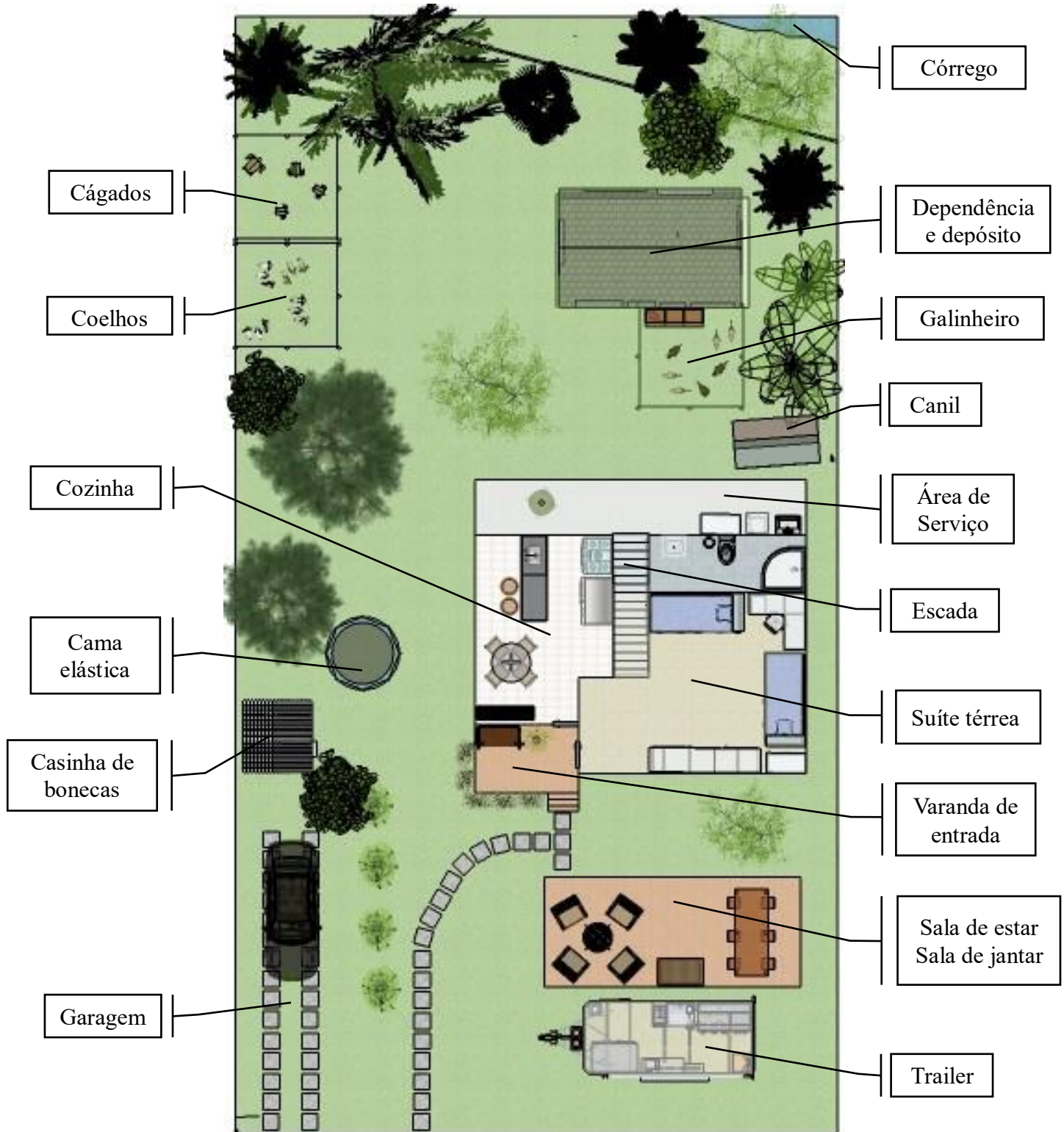
Por mais que no condomínio do pai exista uma variedade de crianças e ampla área de lazer, lá as meninas não têm a liberdade de transitar sozinhas pelo condomínio, assim como não têm amigas para brincar, ficam sempre dentro do apartamento, sozinhas, e raramente existe alguém com disponibilidade de acompanhá-las em brincadeiras pelo condomínio.

Há uma grande diferença entre os tipos de brinquedos e brincadeiras que Iza e Duda têm quando estão na casa da mãe e na casa do pai. Na casa da mãe, não há internet, computadores, *tablets* nem videogame e como diz a mãe, dificilmente elas pedem para brincar com um *smartphone*. O principal recurso de tecnologia digital para práticas lúdicas ou entretenimento das meninas é a televisão, e mesmo assim o seu uso é regado. Durante a semana, as meninas assistem televisão apenas uma vez ao dia, quando retornam da escola assistem um programa voltado para a faixa etária delas na TV aberta chamado “Carinha de anjo”. Porém, quando estão na casa do pai as meninas sempre assistem canais fechados de TV de forma livre, além da TV cada uma das filhas tem um *tablet* para uso apenas na casa do pai, no qual elas acessam a internet, navegam por aplicativos lúdicos diversos e assistem vídeos no YouTube.

Na casa do pai não há grande vigilância das atividades realizadas e por saber que a mãe das meninas impõe regras diversas para o uso de recursos tecnológicos, o pai incentiva o uso destes.

Não só os espaços físicos das moradias do pai e da mãe são muito distintos, como também o tipo de atividade realizadas por elas e o tipo de vigilância e limites impostos.

Figura 23 - Casa da família Costa



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 24 – Fotografias da área de lazer do condomínio do pai



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com M^ª Eduarda em novembro de 2017

Retornando para a estrutura da casa da mãe. Ao entrar na ampla área do terreno e seguindo pelo caminho de pedras que direcionam o caminhar do transeunte, após passar pelo trailer estacionado, nos deparamos com um amplo quiosque que funciona como sala de estar e sala de jantar da família. Esta área semiaberta permite um parcial contato com a natureza presente na área externa, juntamente com a decoração rústica e móveis grandes de madeira esta área tem um ar acolhedor e aconchegante.

A principal área construída da casa é composta por dois pavimentos e concentra a cozinha, banheiros e quartos. A entrada se dá por uma pequena varanda que tem duas portas, uma grande porta de vidro que dá acesso à cozinha, que é repleta de grandes janelas de vidro que dão uma sensação de conexão com a área externa e uma porta à direita que dá acesso ao quarto térreo, dividido pelas duas filhas. O acesso ao andar superior da casa se dá pela escada que está localizada no quarto das filhas. Essa organização não convencional reflete as adaptações recentes que foram feitas na casa.

A casa que segue um estilo modular, construída principalmente com madeira e vidro, segue um estilo rústico. Em conversa com a mãe da família Costa, ela contou como esta casa era perfeita quando ela tinha apenas as duas meninas. Antes da chegada de Gui, os dois quartos que ficam no andar superior da casa eram um do casal e o outro dividido pelas meninas. Onde hoje é o quarto dividido por Duda e Iza ficava a sala de estar e jantar, e não existia o quiosque na frente da casa. Com a chegada de Gui e período de separação do casal³¹, a casa ganhou uma nova

³¹ A separação dos pais da família Costa ocorreu no período de gestação de Guilherme. A mãe da família comenta

organização, o quarto do casal se manteve para a mãe, as meninas desceram para a área que era a sala, pois tinha uma área maior que o quarto anterior, e cederam o quarto do andar de cima para o irmão recém-nascido. Neste mesmo período foi construído o quiosque que comporta a área mais social da casa.

Com relação à área de lazer para as crianças na casa da família Costa, existe uma grande casa de bonecas que é pouco utilizada, pois as meninas preferem brincar no trailer à casinha de bonecas. Há também uma cama-elástica no amplo jardim da casa, e na área dos fundos uma região de grande imersão na natureza. Além de uma casinha de dois pequenos quartos e um banheiro que funcionam como dependência e depósito³², há um canil, um galinheiro e uma área cercada com vários coelhos e cágados. Mesmo que não se configurem como área de lazer, as árvores frutíferas da residência são mencionadas pelas crianças como espaços para brincadeira e diversão.

Além das árvores, os animais são mencionados por Duda e Iza como parte importante da casa. Além das galinhas, coelhos e cágados, a casa tem três papagaios, cinco cachorros de portes diversos e no período de pesquisa haviam onze gatos. Esse número de gatos seria passageiro, pois a casa tinha apenas quatro gatos, uma dentre eles deu a luz a sete gatinhos no período da pesquisa e a família estava doando seis deles.

Com tantos animais na casa, ela é toda arrodada por muros, mas no fundo há uma cerca com um pequeno portão de acesso à área verde do condomínio que fica no fundo do terreno. A escolha da cerca nesta área específica foi estratégica para dar uma sensação de amplitude nesta área, dar fácil acesso à área verde do condomínio e permitir uma boa visualização do córrego que passa nesta região. Duda e Iza falam que gostam de brincar do outro lado da cerca, mais próximo ao “riozinho”, mas tomam muito cuidado pois já foram encontradas duas vezes cobras nesta região.

que este foi um dos momentos mais difíceis da vida dela, porém ela não se arrepende, afirma que ganhar liberdade após alguns anos de um casamento conturbado foi muito positivo para a vida dela.

³²Há três funcionários quotidianamente na casa da família Costa, um caseiro que cuida dos animais e jardim, uma empregada doméstica responsável pela cozinha, limpeza da casa e das roupas e uma babá para cuidar das crianças, principalmente o filho mais novo. Esta pequena casa no jardim dos fundos tem um quarto que serve às duas funcionárias e o banheiro que serve para todos os três funcionários. O outro quarto que funciona como depósito, guarda materiais e instrumentos gerais para cuidado da área interna e externa da casa.

Por mais que não seja explicitado de forma direta no discurso da mãe ou das meninas uma supervalorização da natureza, a forma e elementos do espaço assim como as práticas habitacionais deste núcleo familiar refletem uma busca constante por um afastamento dos males urbanos contemporâneos e uma maior aproximação dos elementos naturais propiciados por uma vida mais simples, como a do campo.

Ao longo de um dos encontros guiados por uma entrevista semiestruturada que buscava compreender a trajetória de vida dos responsáveis pelas crianças, a mãe da família Costa, baiana, nascida em Salvador, conta como ela habitou lugares distintos até a então residência em Lauro de Freitas. Quando passou no vestibular de medicina em São Paulo, ela escolheu um lugar para habitar distante das características urbanas da maior megalópole da América-Latina. Quando precisou habitar a capital paulista, ela residiu na instância turística conhecida como Embu das Artes, na região metropolitana de São Paulo.

Esse pequeno município, conhecido por ser especialmente vocacionado para acolher artistas, tem características de uma pequena cidade do interior. Localizado numa região serrana, Embu concentra artistas, amantes da natureza e uma comunidade alternativa. A escolha por este lugar de moradia, em meio a gigantesca oferta imobiliária do maior centro urbano do país, reflete valores e crenças da mãe da família.

Assim como a escolha desta instância turística de artistas para a moradia durante sua vida universitária, depois de formada o destino escolhido para início da vida profissional carrega características semelhantes. Após residir em Embu, a mãe da família Costa se mudou para o município de Lençóis, principal destino turístico da região da Chapada Diamantina, no interior do estado da Bahia. Conhecido pela vida bucólica, paisagens exuberantes e grande contato com a natureza, a escolha deste município como lugar para residência, também reflete parte da filosofia de vida da mãe da família.

Foi durante a moradia em Lençóis que os pais da família Costa se conheceram e começaram a morar juntos. Ambos naturais de Salvador, residiram na Chapada Diamantina até a primeira gravidez. Neste período o casal resolveu se mudar para a região metropolitana de Salvador. Como conta a mãe da família, a proximidade dos avôs das crianças foi o principal motivo que influenciou a decisão de retornarem para a região da capital baiana, mas também menciona que buscava maiores possibilidades de trabalho e aumento da renda familiar.

A decisão por residir em um condomínio horizontal do Atlântico Norte se pautou em uma narrativa bem conhecida pelas peças publicitárias dos imóveis da região, estar perto de Salvador e ao mesmo tempo ter uma maior tranquilidade e contato com a natureza: “A gente escolheu morar aqui por que estávamos bem pertinho da minha mãe, mas também a possibilidade de morar perto de Salvador e ao mesmo tempo ter uma casa com cara de interior, cheio de mato por perto, foi o que fez a gente escolher esse condomínio”.

Esta pequena análise da trajetória de vida da família Filgueira, aliada às características da casa habitada pela mãe e os filhos, evidenciam a proposta conceitual de que o habitar reflete uma filosofia de vida. O que quero dizer é que a forma de encarar a vida, a filosofia e aceção de vida peculiar de cada sujeito repercute na materialidade do ambiente habitado. Ou como diria o antropólogo polonês Amos Rapoport o que dá forma às habitações é o modo de vida de quem a habita. E o que fundamenta a existência de tantos tipos distintos de habitações é o poder da habitação refletir as "visões de mundo e modos de vida diferentes" (RAPOPORT, 1969, pg. 69).

A partir desta reflexão podemos pensar que não só o espaço físico da casa refletirá uma determinada filosofia, mas as práticas habitacionais desempenhas por essa família também. A análise dos brinquedos e brincadeiras preferidos pelas filhas da família são evidencias desta afirmação.

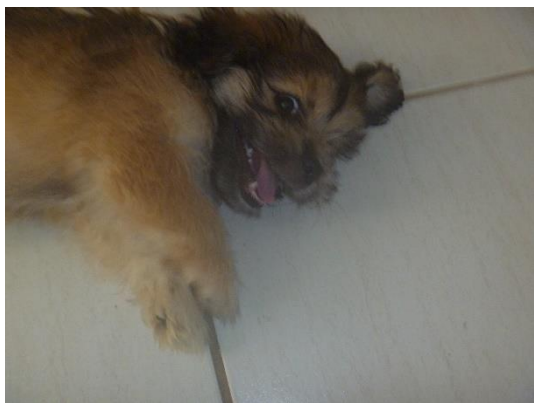
Figura 25 – Pintura em tela de pallet



Dentre as atividades lúdicas que fazem parte do repertório de brincadeiras das meninas da família Filgueira, está a produção de desenhos e pinturas, realização de experiências e alimentar e cuidar dos animais da casa. Entendo que nenhuma das outras famílias tem a variedade de animais que a família Costa, mas isso não quer dizer que práticas como alimentar e cuidar dos animais sejam diretamente relacionadas a práticas lúdicas infantis. Importante mencionar que a percepção de Duda de que cuidar dos animais é uma diversão, não está relacionado a uma obrigação cotidiana, e sim a uma prática descontraída realizada diante da vontade e disponibilidade dela, já que há funcionários da casa responsáveis pelo cuidado dos bichos de estimação da família.

Diante do cenário encontrado na casa dos Costa, onde há uma grande variedade de animais na casa, a quantidade de possíveis atividades relacionadas aos animais é bem grande. Apenas checar se todos os animais da casa estão bem já é um trabalho longo, pois além de gatos e cachorros a família tem algumas galinhas, papagaios, cágados e até mesmo coelhos.

Figura 26 – Animais de estimação das famílias Filgueira e Prado



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com João e Rafa em dezembro de 2017 e janeiro de 2018

Nem todas as crianças estudadas têm esta variedade de animais em suas residências ou condomínios, mas dentre as três famílias estudadas, todas tinham pelo menos um animal de estimação, que sempre apareceram em algum lugar de destaque na visão das crianças. Os filhos da família Filgueira e Prado, deram tamanha importância a estes pets, que eles foram registrados diversas vezes no trabalho de foto elucidação, como nos exemplos fotográficos da figura 26.

Deixando a família Costa e iniciando uma aproximação da família Prado. Assim como percebido na primeira família aqui analisada, dentre os espaços da casa da família existe um

lugar que chama atenção diante das fotos, falas e práticas dos filhos da família: a sala de televisão. Este é um lugar chave na casa dos Prado. Ao longo do trabalho de foto elucidação as crianças tiraram diversas fotos do sofá, da televisão e do quarto como um todo. Sem dúvidas este é um ambiente central para o entretenimento dos filhos desta família. Das diversas fotos tiradas pelas crianças neste espaço, João em ao menos três dias diferentes registrou ângulos deste cômodo e Mari em quatro dias diferentes.

As atividades praticadas pelas crianças na sala de televisão da família variam bastante, vão desde assistir um desenho animado na televisão, brincar de bonecas no sofá, jogar um jogo no *Ipad*, desenhar, jogar jogos de tabuleiro no chão ou qualquer outra atividade acompanhada do ruído e imagens do televisor que está constantemente ligado, seja com programações infantis selecionadas por João e/ou Mari ou com programações selecionadas por um dos pais da família.

Figura 27 – Fotografias da sala de televisão



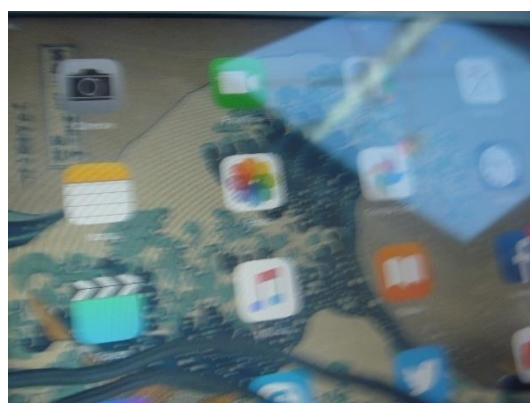
Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com João e Mari em dezembro de 2017

A maioria dos encontros para conversas ou atividades com os interlocutores desta família ocorreram também nesta sala de televisão que se encontra repleta de brinquedos ou objetos de fim lúdicos. Vale a pena citar que em duas oportunidades João teve a infeliz ideia de ligar o televisor ao longo de uma das atividades lúdico interpretativas. Em um dos casos passava *Power Rangers* e no outro *Pokémon*. A televisão assim que ligada já emitia as imagens e sons dos desenhos que pelo visto sempre estão entre os canais de escolha da família. O poder de atração da atenção deste dispositivo é impressionante. Em ambos os casos o televisor captou as crianças de tal forma que passei a ser praticamente ignorado ao longo do restante do encontro.

Dentre as atividades praticadas pelas crianças nesta sala, está o uso do *tablet*, tanto João como Mari citam o *Ipad* como uma das brincadeiras preferidas. Os irmãos compartilham um único dispositivo e pelo que conta a mãe da família Prado a divisão deste *Ipad* rende boas brigas entre os dois irmãos. Os dois irmãos fizeram questão de tirar fotos do disposto ao longo da atividade de foto elucidada. As fotografias da figura 28 representam os registros que Mari e João fizeram do mesmo dispositivo.

O irmão mais velho e sua irmã contam que usam o *Ipad* para assistir vídeos no *YouTube*. A caçula diz gostar de assistir vídeos tutoriais e alguns desenhos, já João prefere buscar vídeos sobre alguns dos games que ele joga. Com relação aos aplicativos de jogos que os filhos da família Prado gostam de acessar, Mari prefere os aplicativos de personalização estética, como o *Nail Art* e *Superhero Beauty Frenzy 2*. João prefere jogos de aventura e ação, como por exemplo *Temple Run* e *Subway Surfers*.

Figura 28 – Fotografias do *Ipad*



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidada com João e Mari em dezembro de 2017

Os jogos do *Ipad* foram os únicos jogos eletrônicos mencionados por Mari como brincadeiras de sua preferência. Porém João além de jogar games no *Ipad*, costuma jogar em seu *Gameboy*, seu *Playstation* e também no computador. Dentre os jogos preferidos de João estão *Zelda*, *Minecraft*, *Pokémon* e *Grand Theft Auto*. Para jogar no computador e no *Playstation*, João utiliza o quarto dos brinquedos da casa, que fica no segundo andar, próximo ao quarto dividido pelos irmãos.

Dentre as atividades lúdicas preferidas pelas crianças da família Prado, realizadas em casa e que não envolvem tecnologias digitais, João cita os jogos de tabuleiro, o *Spinner*, as medalhas

Yokai e receber os amigos. Por outro lado, Mari gosta das bonecas, as preferidas são a *Baby Reborn* (figura 28) e a bonequinha Lol. Mari também comenta sobre a brincadeira de comidinha, na qual ela prepara comidas com alguns ingredientes baratos e outros inventados e brinca que está alimentando algumas bonecas. O lugar para a brincadeira de comidinha é o quintal da casa, capturado na foto da figura 30.

Um espaço da casa da família Prado citado apenas pela filha mais nova como um espaço especial da casa, é o parquinho. Este parquinho de madeira, com escorregador e formato de uma casinha com dois pavimentos, é um dos lugares preferidos de Mari. Por mais que ela goste de brincar no *Ipad* e de assistir desenhos, ela não tem o mesmo relacionamento que João com os entretenimentos digitais, diz gostar muito de brincar do lado de fora da casa.

Não apenas no primeiro dia de encontro com a família Prado que pude observar Mari brincando sozinha no parquinho. Diversas vezes Mari estava brincando lá ou o citava por alguma razão. O que não foi observado com João. Este parquinho de madeira na frente da casa fica localizado ao lado da varanda de principal acesso à casa. Nesta varanda, além da entrada principal, em seu canto direito está o canil e algumas bicicletas guardadas em um suporte para pendura-las.

Figura 29 – Boneca passeando de carro

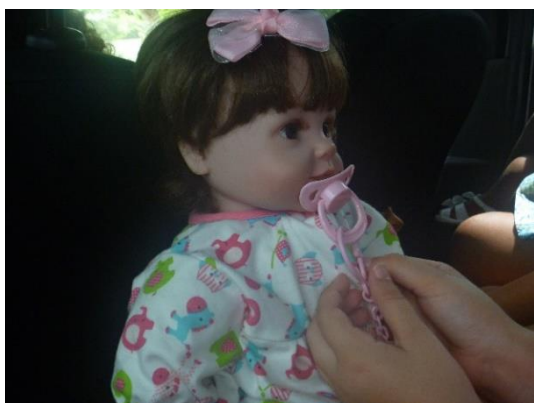
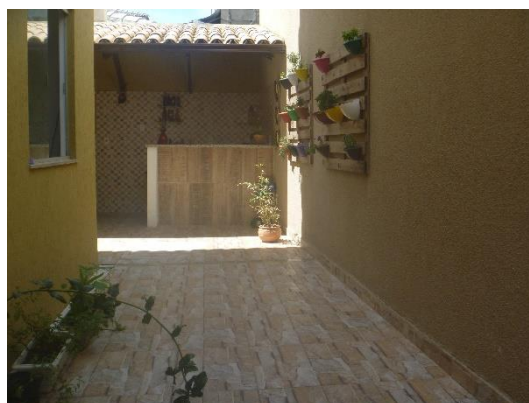


Figura 30 – Quintal de casa



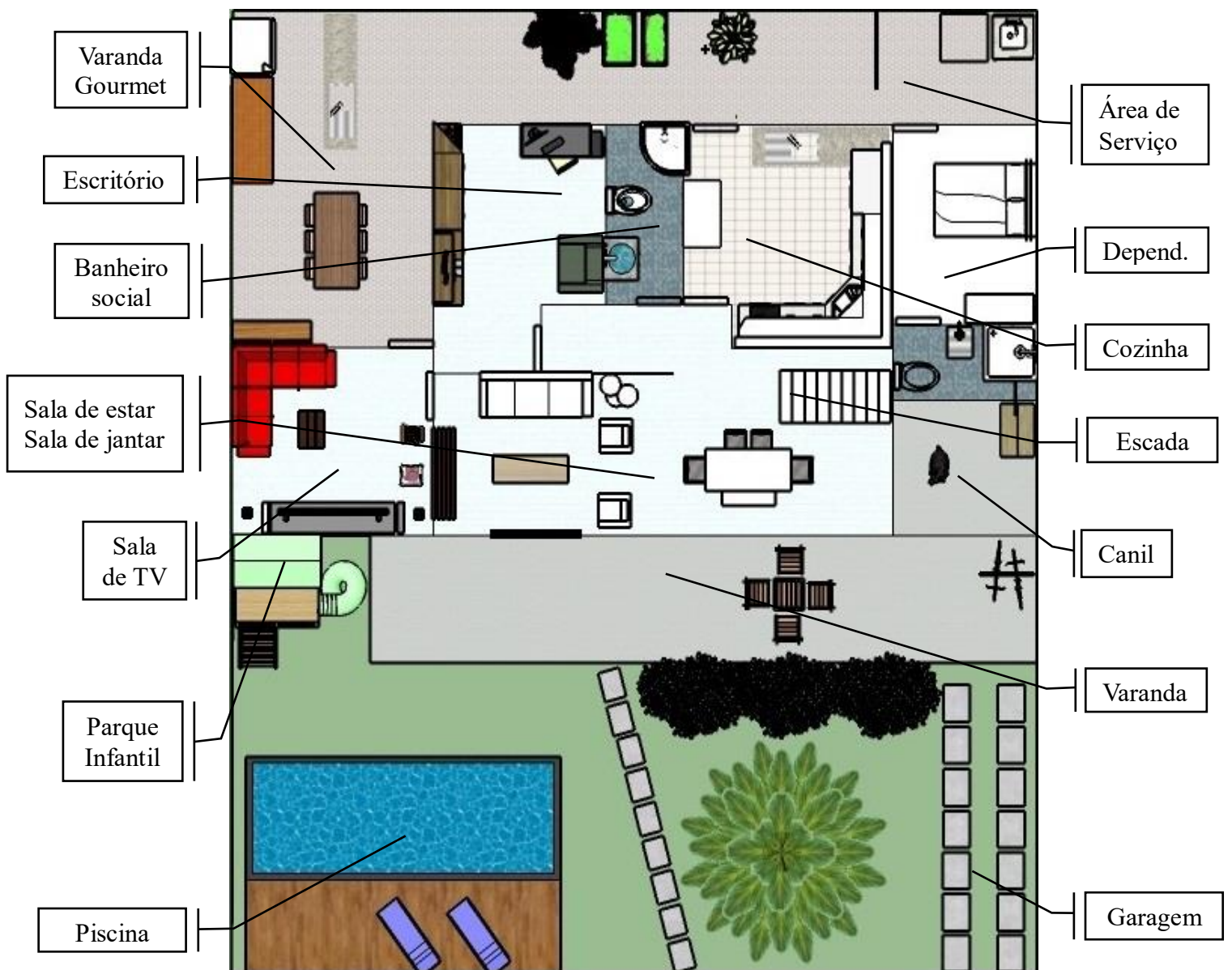
Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com Mari em dezembro de 2017

No primeiro andar da casa, que tem acesso por esta varanda, além das salas de estar e jantar estão dois dos cinco quartos, um que funciona como escritório dos pais e outro que é a sala de televisão. Por mais que a casa conte com outras três suítes no andar superior, João e Mari não têm quartos individuais. No andar de cima está o quarto dos pais, um quarto dividido por João e Mari e um terceiro que é usado como quarto de brinquedos e estudos das crianças. Os pais da

família Prado acreditam que dividir o mesmo quarto que dormem e brincam, mesmo que sejam lugares distintos, é uma boa estratégia para que os filhos aprendam a partilhar os espaços e brinquedos e sejam menos individualistas.

No fundo do andar térreo da casa, além da varanda gourmet, um pequeno quintal e área de serviço, está o acesso à dependência que conta com um bom quarto e banheiro. Diferentemente das outras duas famílias, esta conta com uma empregada doméstica vinte e quatro horas. Isso pois ela vive com a família Prado.

Figura 31 – Casa da família Prado



A atual empregada doméstica da família começou a trabalhar com eles ainda bem nova, neste período ela era apenas babá das crianças, inicialmente de João e depois também de Mari. Neste período a família contava com duas funcionárias, uma para cuidar da casa e outra para cuidar das crianças. Quando a funcionária responsável pela casa precisou voltar a morar no interior do estado por motivos pessoais, a família Filgueira, que gostava do trabalho desempenhado pela babá e já percebia os filhos grandes o suficiente para não precisar de uma babá, a convidou para trabalhar cuidando da casa. Apenas em finais de semana quinzenais ela visita a mãe, o restante do tempo mora com a família Filgueira.

Neste tipo de relação de trabalho, onde os patrões têm afinidade pela funcionária, quase considerando-a como parte da família e residindo todos na mesma casa, cabe à doméstica o quartinho dos fundos. Este foi um hábito comum para a maior parte do setor privilegiado da capital baiana ao longo do século XX, porém, hoje em dia, são poucos os que mantêm este tipo de prática, tanto por ser caro como por ser cada vez mais difícil encontrar mulheres dispostas a viver este tipo de regime de trabalho.

Este tipo de relacionamento com os trabalhadores domésticos é também percebido pelos avôs da família, tanto maternos como paternos. Mas deixando um pouco de lado os tipos de relação entre patrão e funcionários, que parece ser uma continuidade de práticas através de gerações, os avós desta família são muito presentes na vida do núcleo familiar dos Prado.

Os avós desta família são os mais próximos dos netos entre as famílias pesquisadas. Os avós maternos e paternos, que também moram no Atlântico Norte e são bem presentes na vida das crianças. Além de ajudarem nos deslocamentos das crianças entre as suas atividades cotidianas, organizado por um cronograma, no qual a depender do dia da semana uma das avós se responsabiliza pelo transporte, todos os domingos as crianças almoçam na casa da avó materna e jantam na casa da avó paterna.

A rede parental dos filhos desta família é a mais ampla dentre as três famílias estudadas, a proximidade da residência dos avós e outros familiares e os hábitos de intensa sociabilidade dos pais, são características que fortalecem este cenário. Constantemente as crianças estão na casa de algum familiar e diversas são as razões para tais visitas. Há momentos que a mãe quer ter a casa vazia para trabalhar ou receber amigos, há momentos que os pais estão ocupados e a

doméstica não está presente, pode ser uma reunião dos primos para momentos de lazer na casa de algum deles ou uma simples ajuda com relação ao deslocamento das crianças.

Este estreitamento de laços entre os familiares e alargamento da rede parental das crianças, reflete a distribuição da família Prado no espaço urbano do Atlântico Norte. A mãe da família nasceu e cresceu como habitante do Atlântico Norte, ela habitava este espaço antes mesmo dele ser reconhecido por este nome, ela conta como tem saudade da infância na pequena cidade que ainda era conhecida como Santo Amaro de Ipitanga.

Por mais que a família paterna não tenha um histórico de relacionamento tão próximo com os espaços do Atlântico Norte, a onda de migração do grande centro da capital em busca de qualidade de vida também afetou boa parte dos familiares do pai. Após o casamento dos pais da família Prado e a decisão de virem morar em Lauro de Freitas, outros familiares vieram morar na cidade. Além dos avós paternos, os núcleos familiares dos quatro irmãos do pai se mudaram ao longo das primeiras décadas do século XXI de alguma região de Salvador para os arredores do Atlântico Norte.

Além de habitarem próximos uns aos outros, vale comentar que não se tratam de famílias pequenas. A mãe da família Prado tem duas irmãs de sangue e duas “irmãs da vida”³³. Três dos quatro núcleos familiares destas irmãs, estão no Atlântico Norte ou próximo a ele. Contabilizando o número de avôs, avós, tios, tias e “chegados”³⁴ da família que moram próximos às crianças, vemos que além do grande número de agentes parentais, a proximidade espacial deles os aproxima socialmente e configura uma partilha do processo de educação das crianças muito maior do que observado nas outras duas famílias.

No início deste capítulo vimos como as crianças tendem a imbricar o entendimento de casa e família, como se fossem sinônimos, gerando uma categoria que eu chamei de “casa-família”. Ao longo da análise deste espaço físico e social, percebemos que além da família nuclear há certos sujeitos que se fazem ativos no direcionamento e acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Em alguns casos essa rede de agentes parentais é mais reduzida, em outros como

³³ A mãe da família durante uma entrevista semiestruturada explicou que “irmãs de vida” são “as irmãs que a vida te dá”. Ou seja, não são categorizadas como irmãs dado a laços biológicos e de parentesco e sim porque se aproximaram ao longo de suas jornadas de vida, criando laços tão próximo quanto os de irmãs.

³⁴ Representam todos aqueles que não tem laços sanguíneos diretos que justifiquem a parentela, mas mesmo assim estão constantemente juntos atribuindo-lhes mutuamente respeito e consideração de família.

no caso da família Prado, esta rede é mais extensa e complexa, mas dificilmente essa rede se limitará ao núcleo familiar que habita a casa da família.

O entendimento de espaço como movimento dialético entre práticas sociais e materialidade como proposto por Santos (1996, pg. 51), nos ajuda a compreender a “casa-família”, na qual a casa representa a materialidade do sistema de objetos e a família representa as práticas sociais, características do sistema de ações, que devem ser entendidos como dois elementos indissociáveis de um mesmo espaço.

A intenção ao longo da análise destas três “casa-família” foi de oferecer ao leitor um pouco da minha percepção de como se organizam e quais são as principais características da família Filgueira, família Costa e família Prado. Para isso, os sistemas de objetos analisados se limitaram à materialidade das casas, mas ao entender a família de forma mais ampla que o núcleo familiar e perceber que estes agentes transitam entre os espaços, entrando e saindo das casas, deixando e tirando elementos que compõem os espaços, a noção de rede nos ajuda a compreender o cenário posto nos objetos de análise

Ao analisar os elementos e forma das casas, assim como integrantes e características das famílias, o olhar que busca compreender o habitar nos evidencia que muitos dos espaços presentes no habitar destas crianças não pertencem apenas à casa de moradia. Todos os lugares em que uma pessoa se faz presente ao longo das trajetórias cotidianas são responsáveis por alguma influência no habitar. Então todos os espaços que as crianças se fazem presentes além da casa do seu núcleo familiar são importantes para a compreensão da forma que habitam.

Dentre os lugares onde as crianças do Atlântico Norte se fazem presentes em sua vida cotidiana, sem dúvidas a casa é o principal, mas não é o único. As atividades de construção de uma agenda semanal das crianças e construção de mapas de trajetórias, sem dúvidas colaboraram para esta afirmação.

A análise dos principais lugares que as crianças se fazem presentes ao longo das trajetórias cotidianas mostra como as casas funcionam como um *hub*³⁵ de deslocamentos e é nela que as

³⁵ A palavra *Hub*, em inglês, significa concentrador ou ponto central. É utilizado para se referir a centro de conexão. Neste caso utilizo a palavra *Hub* para me referir ao lugar estratégico que a casa ocupa enquanto um concentrador de trajetórias, o ponto central dos caminhos cotidianos.

crianças passam mais horas ao longo dos dias e semanas, mas muitos outros ambientes fazem parte deste habitar.

Um lugar de grande destaque a partir das falas e produções das crianças ao longo das atividades lúdico interpretativas é o condomínio. E a intenção da próxima seção é exatamente, compreender como são estes condomínios, quais os usos dados a eles e porque eles ganham destaque para o habitar destas crianças.

2. A influência dos condomínios

Entre os espaços em que as crianças do Atlântico Norte se fazem presentes ao longo de suas trajetórias habitacionais, os condomínios horizontais se posicionam em um nível intermediário de relacionamento entre crianças e espaços urbanos. O que quero dizer é que os condomínios não ocupam lugar de mesma importância e intensidade relacional como as casas, assim como também não estão tão distantes e “inacessíveis” como os espaços públicos da cidade. Logo eles são espaços de nível intermediário, estão entre a casa e a cidade.

Cada um dos condomínios horizontais em que as famílias estudadas residem guardam em suas materialidades características distintas que os posicionam em diferentes escalas de sofisticação e status. Das três famílias estudadas, a família Filgueira reside no maior e mais bem equipado condomínio. Dividido em quatorze quadras este condomínio dispõem de terrenos entre quinhentos e mil e duzentos m² nos quais os próprios moradores construíram suas casas com arquitetos e profissionais para construção de sua preferência. Por mais que exista um certo padrão com relação a tamanhos e tipos de materiais usados na construção, as casas são distintas entre si. Possuem plantas, telhados, cores e jardins próprios, não são casas iguais e algumas delas seguem estilos bem distintos, havendo uma diversidade de propostas arquitetônicas.

Este grande e arborizado condomínio é repleto de opções para esporte e lazer dos seus condôminos. Além de duas praças arborizadas equipadas com bancos e brinquedos infantis de madeira, existe uma região na parte central do condomínio que ocupa uma área de praticamente uma quadra. Esta área é dedicada para administração do condomínio e lazer dos condôminos.

Além da sede administrativa, esta área chamada pela família Filgueira de “clube do condomínio”, possui amplo salão de festas, salão de jogos, academia e área fitness, campo de futebol, quadra poliesportiva, quadra de tênis, uma piscina de raia de 25 metros, uma piscina infantil, dois quiosques com mesas, cadeiras e churrasqueiras, uma área de areia com o principal parque infantil do condomínio e uma boa área arborizada e gramada.

A portaria de entrada deste condomínio mantém o mesmo padrão do “clube”, o de prezar por espaços amplos. Com uma fachada quase que monumental, quem é convidado a entrar pelos grande muros e portões da portaria não tem dúvida do tipo de espaço que está adentrando. Um espaço privado, homogêneo, planejado e bem excludente. Apenas para entrar são três portões diferentes, um para moradores, um para visitantes e outro para prestadores de serviço. O rito de entrada no condomínio já determina o lugar do sujeito e o trato dado a ele dentro daquele espaço privado. A portaria é vigiada 24 horas por uma equipe de segurança que além de estar presente na portaria, realiza rondas frequentes em um dos veículos da segurança do condomínio³⁶.

Vale a pena comentar que a grande proporção do condomínio por vezes gera alguns contratemplos. Por exemplo, da portaria do condomínio para a casa da família Filgueira, são percorridos 1,6 km, o que leva cerca de vinte minutos de caminhada para ser percorrido. Claro que isso não se apresenta como grande problema para um dos quatro componentes do núcleo familiar, que sempre se locomovem em um dos automóveis da família, mas quando se trata de empregados domésticos que não possuem automóveis próprios, esta distância pode ser um contratempo.

Além de se queixar da dificuldade de encontrar uma pessoa disposta a percorrer este caminho a pé todos os dias³⁷ para ir e voltar do trabalho, sem levar em conta o transporte público a ser tomado para o restante do trajeto, a mãe da família Filgueira em uma das conversas relatou que sente pena da empregada doméstica e sempre que está em casa, se sente na obrigação de levá-la até a portaria da condomínio.

Por outro lado, há quem comemore as grandes proporções do condomínio, como é o caso das crianças da família Filgueira. Ambos comentam como é bom morar num condomínio destas

³⁶ O condomínio dispõe de dois veículos para transporte e ronda dos seguranças e demais funcionários da empresa terceirizada que administra o condomínio, uma motocicleta e carro utilitário.

³⁷ A empregada doméstica da família Filgueira trabalha em uma rotina de segunda-feira a sábado. De 07h30 às 17h30 durante a semana e até as 13h00 nos sábados.

proporções. Para eles que podem brincar na rua, mas nas ruas do condomínio apenas, as duas melhores coisas de morar num condomínio como este são: andar de bicicleta em ruas diferentes e ter vários amigos no condomínio e poder ir na casa deles. Quando lhes perguntei o que mais gostavam no condomínio deles, nada foi dito sobre a infraestrutura, como por exemplo a piscina, parque infantil e quadras. Os comentários se restringiram aos amigos que ali moram e os passeios de bicicleta.

Segundo a mãe da família, um dos motivos para que os equipamentos de lazer do condomínio não apareçam na fala das crianças como diferenciais desta morada é porque eles estão acostumados com este tipo de equipamento: “Na escola deles tem todo tipo de parquinho para crianças, eles brincam demais lá [...] piscina, eles vão quase todos os finais de semana pra fazenda do avô e lá tem uma piscina ótima, até eu quando vou aproveitar. [...] Isso sem falar que os brinquedos eles gostam mesmo estão aqui em casa ou na casa dos amigos, por isso que o Rafa quando quer ir pra algum lugar no condomínio, com certeza é pra casa de algum amiguinho pra jogar”.

Nesta mesma conversa, a mãe da família Filgueira me contou que o filho mais velho, Rafa, sempre pede para ir a casa de algum amiguinho para poder jogar jogos online. Isso porque na casa deles é proibido acessar internet durante a semana, apenas nos finais de semana as crianças são autorizadas a navegar na *web*, com exceção de atividades e pesquisas escolares. Gabi não se incomoda muito com este tipo de restrição ao acesso à internet, mas Rafa sempre acha uma forma de burlar as regras impostas pela mãe, nem que seja “só para jogar *minecraft*”.

O condomínio em que mora a família Costa é um condomínio tão grande em proporções quanto o da família Filgueira, porém dispõe de menos equipamentos. A maior diferença entre os espaços físicos destes dois condomínios está na infraestrutura de lazer e no tamanho dos lotes, a família Filgueira habita um condomínio mais sofisticado e mais bem localizado no Atlântico Norte, já a família Costa está em um com menor variedade de equipamentos, mas com um dos lotes mais amplos da região. As casas deste condomínio seguem estilos arquitetônicos e tamanhos bem distintos, pois este é um condomínio de lotes que variam em tamanho, no qual os proprietários construíram as casas de forma independente.

Também muito bem arborizado, este condomínio dispõe de grandes e variados lotes. Próximo à portaria do condomínio há uma área com um campo de futebol, um salão de festas, uma sede administrativa e uma área verde com alguns bancos de concreto. Estes são todos os

equipamentos da área comum do condomínio. Diante do tamanho dos terrenos a impressão que temos é que as casas dispõem de suas próprias áreas privadas de lazer. Através das cercas das casas do condomínio é possível perceber que a maioria delas dispõem de quiosques e piscinas particulares, mas este não é o caso da casa da família Costa.

Segundo a mãe da família, ter uma piscina em casa é muito perigoso, principalmente por que ela passa longos turnos fora de casa, sem supervisionar diretamente os três filhos e, desta forma, um acidente poderia ocorrer sem que ela soubesse. Logo, é uma escolha da família não ter uma piscina em casa. Mas isso não quer dizer que a casa da família Costa não tenha espaços para brincadeiras e lazer em geral. Por mais que seja uma casa menor em área construída, esta casa se comparada a casa da família Filgueira, está em um amplo terreno de cerca de mil m², repleto de vegetação e animais.

Assim como percebido nos relatos de Rafa, Duda menciona o lugar de relevância que o condomínio ocupa para suas brincadeiras preferidas. As fotografias da figura 32 mostram alguns destes espaços. Ao longo da elucidação das fotografias tiradas, Duda conta como o terreno baldio do condomínio é usado por ela e um grupo de amigas para brincar de guerra de lama. Neste terreno há uma grande quantidade de terra. Duda e as amigas levam baldes de água para fazer lama com a terra do terreno e brincarem de guerra de lama.

Figura 32 – Terreno baldio e casa abandonada do condomínio



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com M^a Eduarda em novembro de 2017

Em outra oportunidade, a mãe da família Costa já havia comentado como Duda costuma manchar as roupas que usa para brincar na lama com algumas amigas do condomínio. Outro espaço também mencionado por Duda como uma área de brincadeiras no condomínio é a casa abandonada que ela e as amigas invadem para contar histórias de terror. Duda conta que para

este tipo de brincadeira ela não pode levar a irmã mais nova, pois ela ainda não tem idade para este tipo de brincadeira.

Além do terreno desocupado e da casa vazia do condomínio Duda frequentemente está presente na casa da “melhor amiga” e vizinha de frente da casa onde mora com a mãe. Esta amiga tem uma piscina em casa. Como Duda adora brincar na piscina e por decisão de sua mãe a casa da família Costa não deve ter este tipo de equipamento de lazer, a casa da amiga e vizinha é frequentemente visitada para brincadeiras e banhos de piscina. Além da melhor amiga de Duda, as meninas da família Costa contam outras seis amigas que frequentemente vêm no condomínio para brincar, o lugar não importa muito, pode ser pelas ruas fechadas, na área de lazer do condomínio, nas casas das amigas ou na própria casa dos Costa, o importante é que as amigas estejam juntas.

Os espaços fotografados por Duda como espaços especiais do condomínio, assim como outros espaços simples e com vegetação que aparecem recorrentemente nas produções fotográficas de todas as crianças evidenciam que muitas vezes um simples espaço com vegetação pode ser mais útil e significativo para as práticas das culturas da infância que um complexo parque pensado por adultos para o uso das crianças. Exatamente como proposto na diferenciação proposta por Rasmussen (2004) entre os espaços *para* as crianças e os espaços *das* crianças.

Figura 33 – Espaços especiais no condomínio



Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidativa realizada com João e Mari em dezembro de 2017

Para o sociólogo dinamarquês Kim Rasmussen os espaços *para* as crianças são espaços pensados e construídos por adultos para o uso das crianças. Estes espaços não necessariamente representam um espaço especial ou significativo, como no caso dos espaços *das* crianças. Para o autor os espaços *das* crianças não precisam dispor de tecnologias ou brinquedos especialmente desenvolvidos para as elas. Estes espaços são simples e geralmente naturais, nos quais ao brincar e desenvolver sua cultura lúdica de forma individual ou junto aos pares, as crianças significam os espaços de forma especial, atribuindo significados profundos e estabelecendo relações estreitas com o espaço.

Dentre as três famílias do Atlântico Norte analisadas neste estudo, a família Prado mora no menor condomínio. Quando falo menor condomínio me refiro a área em m² total do condomínio e também dos lotes, infraestrutura e número de moradores. Mas mesmo diante deste cenário, as fotografias a cima mostram como é possível encontrar diversos espaços especialmente significativos para as crianças.

A diferença no tamanho entre os condomínios analisados já pode ser notada ao entrar no condomínio da família Prado, cuja portaria conta com apenas uma entrada e uma saída e o porteiro não está presente 24 horas, apenas durante o dia. Além deste porteiro, há somente mais um funcionário no condomínio, que cuida da limpeza das áreas comuns.

São poucos funcionários, mas são suficientes para mantê-lo. O trânsito de pessoas é escasso e a área de lazer do condomínio também costuma ser pouco movimentada. Em geral é uma área tranquila. A parte reservada para o lazer dos condôminos conta com apenas um parquinho, uma piscina e uma área de apoio com cozinha americana, churrasqueira, banheiro e uma área coberta. Diferente dos outros dois condomínios este espaço não está cercado por uma ampla área gramada e bem arborizada. Como o espaço é menor dos dois lados da área social do condomínio existem casas.

O condomínio é composto por apenas oito casas praticamente iguais organizadas em uma única rua. Ao percorrer a calma e arborizada rua do condomínio a partir da portaria, a casa da família Prado é a última das oito casas, vizinha da área de lazer do condomínio. Por estarem do lado da área de lazer do condomínio e ela ser pouco frequentada, a área funciona quase como uma extensão da casa da família, principalmente para as crianças.

Mesmo que as oito casas emparelhadas não sejam todas completamente idênticas, pois houveram reparos e reformas realizadas pelos moradores enquanto habitantes daquele espaço, todas seguem a mesma planta arquitetônica base. São casas de quatro quartos, reversíveis para cinco, com dependência e três suítes. São casas com uma área construída significativa, porém os lotes são pequenos, variam entre 300 e 350 m². As áreas externas são muito apertadas se comparadas às áreas das casas das famílias Filgueira e principalmente Costa.

Assim como as demais crianças analisadas tanto João como Mari citam o condomínio em que moram como um importante espaço de lazer e realização das práticas lúdicas. Apenas Mari registrou quarenta e um ângulos diferentes do condomínio onde moram, mesmo sendo ele o menor de todos os condomínios analisados.

O filho mais velho da família Prado, além de fotografar o próprio condomínio, registrou ângulos diversos dos condomínios dos avós maternos e paternos. No condomínio da família e dos avós maternos, além de espaços comuns dos condôminos, João registrou em algumas fotografias as casas de seus amigos. Este tipo de registro, aliado ao discurso das crianças, apontam para uma grande valorização das amizades dos condomínios e a facilidade de acesso a estes amigos.

Ao contrário dos amigos da escola ou primos, estes amigos do condomínio moram em ruas que podem ser transitadas de forma livre pelos sujeitos analisadas. Isso representa um grande valor para crianças que vivem limitadas a espaços privados e não têm a liberdade de usar a rua ou os demais espaços públicos da cidade.

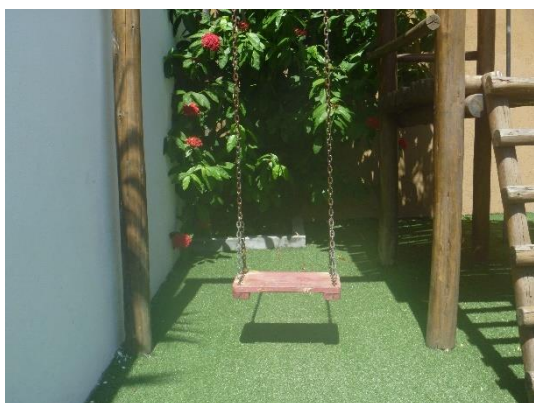
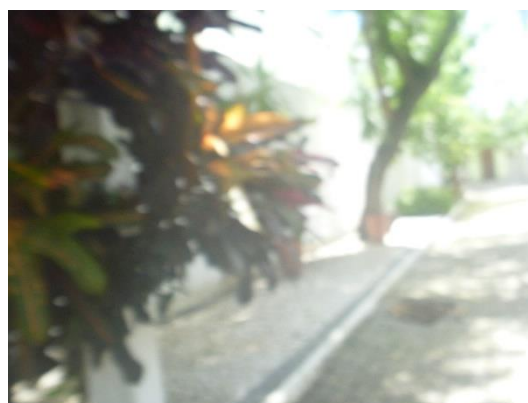
Como visto no capítulo dois, são nas ruas secundárias fechadas que há um maior uso e relacionamento entre moradores imediatos e espaços da rua. Isso se dá principalmente pelo fato de que nestas condições de homogeneidade social e segurança, o significado exercido pelo espaço da rua é outro. Quando se trata de condomínios ou loteamentos fechados, com controle de fluxo, as ruas se tornam mais seguras e ganham novo uso por parte dos moradores. A noção de espaço público se confunde com a de espaço privado, adquirindo um terceiro sentido.

Neste contexto, este terceiro termo que nasce para representar a rua fechada, se refere a um espaço menos privado que a casa da família, e menos público que a rua externa ao condomínio. Logo estas ruas dos condomínios usadas para as práticas lúdicas das crianças não possuem o mesmo sentido da “rua” citada Da Matta (2012), ela está em uma zona intermediária entre a

“casa” e a “rua”, ela não é nem privada como a casa e nem pública como as ruas da cidade, é uma zona ou nível intermediário.

Este novo significado que as ruas secundárias adquirem atribuem às crianças da região uma liberdade em circular e brincar pela rua, havendo uma maior confiança dos pais em levar as crianças para a rua ou simplesmente para autorizar que o filho saia sozinho para brincar. O caráter interacional presente entre crianças de um mesmo condomínio ou rua fechada também deve ser levado em conta, pois como visto nos relatos das crianças a rua fechada atribui maior autonomia de locomoção a elas, estimulando que crianças de mesma faixa etária criem vínculos reais.

Figura 34 – Fotografias do condomínio



Fonte: Atividades lúdico interpretativas de foto elucidação realizadas com Mari em dezembro de 2017.

Na primeira parte deste capítulo vimos as casas das famílias e como elas se posicionam como o nível mais íntimo do relacionamento entre as crianças do Atlântico e espaço urbano. Nesta segunda seção falamos dos condomínios e como eles se posicionam em lugar intermediário nestes níveis de interação, ocupando um lugar que não representa nem um espaço totalmente

privado nem um espaço totalmente público e sim como um meio termo entre o que Da Matta (2012) chama de “casa” e “rua”.

Já a terceira e última seção deste capítulo, se debruça sobre a percepção e interação que as crianças estudadas têm com o bairro e a cidade. Como já podemos concluir a partir dos dados expostos até aqui, este espaço urbano mais amplo, público e heterogêneo é o espaço menos íntimo para essas crianças. Mas isso não quer dizer que elas deixem de imaginar e usar estes espaços. E esta é a intenção das próximas páginas. Aproximar o leitor do tipo de relacionamento que estas crianças têm com o bairro e a cidade que habitam.

3. Os percursos na cidade

Durante o trabalho de campo, uma série de atividades foram desenvolvidas com as crianças do Atlântico Norte com intenção de compreender melhor como as crianças imaginavam os elementos marcantes do bairro de Vilas do Atlântico e da cidade de Lauro de Freitas. Entre as atividades realizadas, houve uma em que consistiu na realização de dois desenhos. Um em cada verso de uma folha. Um desenho sobre a cidade de Lauro de Freitas e outro sobre o bairro de Vilas do Atlântico. A atividade dos desenhos seguiu os mesmos procedimentos do desenho da casa: explicação, produção e elucidação.

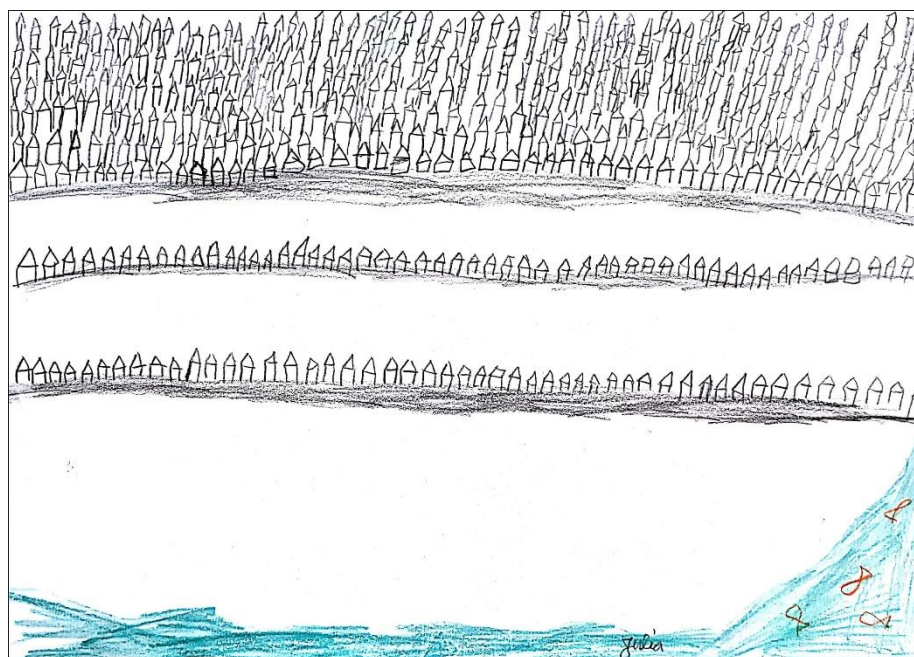
A realização desta atividade evidenciou a pequena distinção existente na mente das crianças entre a cidade e o bairro. Na grande maioria dos casos, tanto a cidade quanto o bairro eram representados com proporções, estilos e elementos semelhantes. Havendo pouquíssima diferença entre a representação do bairro e a da cidade.

Sabemos que a cidade de Lauro de Freitas representa um espaço urbano altamente segregado (comentado no segundo capítulo), como se houvessem duas cidades dentro de uma só. Uma voltada para os seguimentos mais abastados e outra para os segmentos populares. Logo, a percepção geral das crianças de que todos os espaços de Lauro de Freitas, assim como os espaços do Atlântico Norte, são construídos e significados de forma semelhante, evidencia uma diferenciação perceptiva do espaço da cidade.

Este fato é compreendido a partir da análise dos trajetos do dia-a-dia destas crianças. A maioria delas está acostumada a transitar nos mesmo espaços, uma região restrita, fechada em um mundinho homogêneo. Elas não estão acostumadas a transitar na periferia, logo não vêem a realidade, que este espaço está logo ali, próximo fisicamente, mas distante socialmente. Como estas crianças não transitam e não veem as áreas menos privilegiadas do município onde moram, elas não imaginam aquela realidade como constituinte da cidade.

Ao longo desta primeira etapa do trabalho apenas um desenho evidenciou o conhecimento de dois mundos dentro da mesma cidade. Não foi nenhum dos três principais interlocutores de pesquisa. Esta foi produção de um dos grupos focais, uma garota de dez anos moradora de um condomínio fechado de porte pequeno que se localiza dentro de outro condomínio fechado, mas de grande porte.

Figura 35 – Desenho sobre a densidade e segregação da cidade



Fonte: Produções de encontros com grupos focais no mês de junho de 2017

No momento de elucidação do seu desenho sobre a cidade de Lauro de Freitas (figura 35), a garota conta que próximo a Vilas do Atlântico, onde ela mora, é um lugar em que as casas têm bastante espaço, os terrenos e as ruas são amplas. Porém, alguns dias da semana ela costuma acompanhar a mãe nas caronas dadas à empregada doméstica até a sua casa no bairro Portão³⁸.

³⁸ O bairro de Portão é um bairro majoritariamente ocupado pelos setores populares, com exceção das margens da

Para esta menina, lá em Portão as ruas e as casas são bem diferentes de Vilas. As casas não têm o mesmo espaço dividindo-as e as ruas não são tão amplas. É um espaço urbano apertado, no qual as casas passam a impressão de estarem amontoadas umas sobre a outras.

No desenho desta menina, estão os bairros de Vilas do Atlântico e Portão. Vilas está próximo ao mar e representado com casas desenhadas de forma espaçada. Já o bairro de Portão está no canto superior, longe da praia e representado por um aglomerado de casas. Por mais que a cidade de Lauro de Freitas não se limite apenas a estes dois bairros, a reflexão desta criança sobre questões como densidade demográfica e distribuição espacial das residências dos dois bairros comparados foi um nível de percepção da cidade que dentre as crianças dos grupos focais apenas ela conseguiu demonstrar.

Assim como as trajetórias limitadas das outras crianças influenciaram a percepção e conseqüentemente a imagem que tinham do meio urbano de Lauro de Freitas, foram os tipos de trajetórias cotidianas desta menina que permitiram que ela chegasse a este nível de compreensão da cidade.

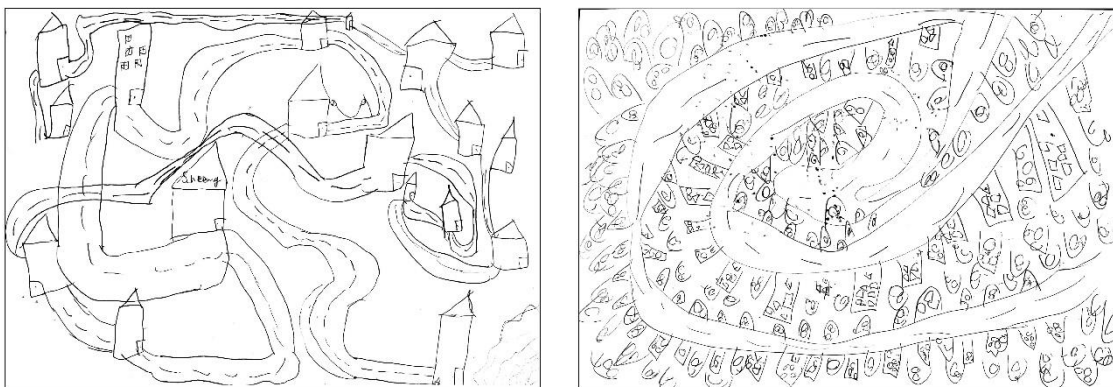
Uma outra característica do espaço urbano que aparece repetidas vezes nos desenhos e também esteve nas discussões de construção da maquete do bairro é a complexidade do meio urbano. Essa complexidade é expressa pelas crianças através da grande quantidade de informações nos desenhos das cidades em contraponto ao desenho menos poluído das casas. As crianças reconhecem o grande número e a diversidade de construções pela existência de casas soltas de diversas cores e tamanhos, condomínios verticais e horizontais, edificações de fins específicos (comerciais e residenciais) e até mesmo diferenças existentes entre as grandes avenidas e as ruas menores.

Grande parte das representações do espaço da cidade e do bairro se deram a partir de imagens com ruas organizadas de forma complexa. Na figura 36 temos dois casos que ilustram esta imagem. Estes casos evidenciam a proposta de que muitas pessoas constroem a imagem do espaço urbano a partir de “ações espacializantes” (CERTEAU, 1998: 204). Este tipo de construção pode ser constatada na recorrente representação do urbano a partir de diversas vias sinuosas. Esta é uma característica encontrada nas ruas de Vilas do Atlântico, que não tem ruas

Estrada do Coco e do Rio Joanes, áreas mais valorizadas do bairro e cobertas por condomínio horizontais. O restante do bairro tem as características de uma área periférica, casas autoconstruídas e muitas inacabadas, alta densidade populacional e equipamentos e espaços públicos precários. Este bairro é o segundo mais populoso do município de Lauro de Freitas, atrás apenas do bairro de Itinga.

retas e possui uma formação quase que labiríntica, o que foi muito bem representado em alguns desenhos. Este tipo de produção é mais uma evidencia da proposta de que a imagem do espaço se dá a partir dos trajetos percorridos.

Figura 36 – Desenhos sobre a complexidade da cidade



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

Uma outra característica presente nestes dois desenhos acima é a interiorização da imagem da cidade como uma “máquina para circular”, como proposto no clássico projeto urbanístico de Le Corbusier ao pensar a construção das cidades contemporâneas³⁹. Porém, com a implementação das grandes avenidas e sistemas viários, “a rua deixou de ser para e das pessoas e passou a ser dos carros. A velha rua estreita, tortuosa, formada de esquinas e escondendo cantos e recantos cedeu lugar à via expressa, para máquinas cada vez mais velozes” (URIARTE, 2017, pg. 293).

As ruas e avenidas não só estão na imagem da cidade como também é através dessas vias que algumas crianças constroem a imagem do urbano. Em alguns dos desenhos das crianças a imagem representada é o olhar de quem está na avenida dentro de um automóvel, olhando a rua como espectador. Nos três desenhos expostos na figura 37 podemos ver este tipo de olhar.

³⁹Charles Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido como Le Corbusier foi um arquiteto e pintor franco-suíço que se tornou uma das figuras mais importantes da arquitetura no século XX. Le Corbusier desenvolveu vasta atividade acadêmica e teórica e publicou muitos artigos sobre seus estudos arquitetônicos. Teve grande influência para a formação da geração modernista de arquitetos brasileiros. No projeto funcionalista intitulado “ville contemporaine pour trois million d’habitants” de 1922, o autor propõe uma cidade contemporânea como uma máquina de circular, onde se prioriza o descongestionamento dos centros, aumento da densidade populacional e meios de circulação no espaço urbano.

O primeiro dos três desenhos tem com figura central o retorno de uma grande avenida. Ele representa o principal trajeto desta criança. Sempre que ela sai de casa para acessar o bairro de Vilas do Atlântico ela precisa acessar este retorno. Como os principais lugares frequentados por ela em sua rotina estão no Atlântico Norte e ela os frequenta sempre a partir de um automóvel privado, este é um caminho recorrente dentre os trajetos cotidianos desta criança. Logo, um ponto marcante para a experiência de transito.

Figura 37 – Desenhos sobre as marcas do caminho quotidiano



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

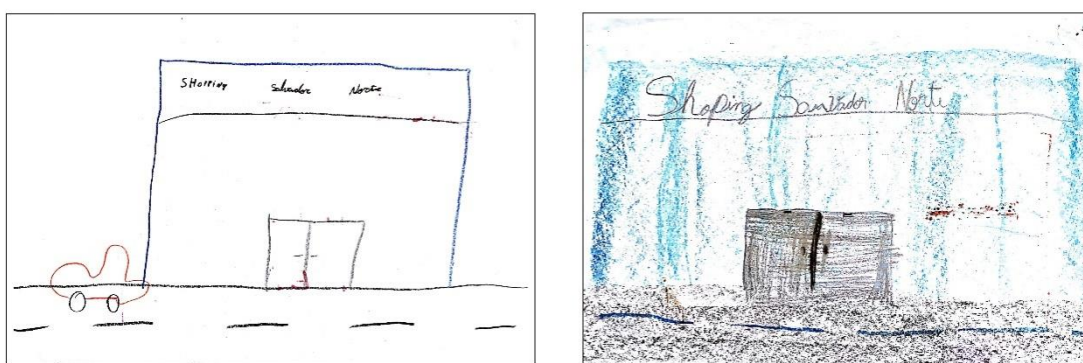
Como visto no capítulo dois, Kevin Lynch (2017, pg. 51) afirma que além das vias, os pontos marcantes são essenciais para construção de uma imagem pública. A produção dos desenhos das crianças corrobora com esta afirmação, principalmente num meio urbano onde os pontos marcantes estão espalhados nas margens das principais vias, como é o caso de Lauro de Freitas. Ao analisar os desenhos da figura 37, os pontos marcantes representados pelo olhar de um transeunte colaboram com a ideia de que eles são fundamentais para a construção da imagem da cidade.

Cada um dos cinco prédios presentes no segundo desenho representa um prédio real. O menino que produziu este desenho representou a cidade de Lauro de Freitas através de um trecho da principal avenida da cidade, a Estrada do Coco ou Av. Santos do Dummont e todos os detalhes do desenho representam detalhes reais de cinco edificações marcantes da paisagem da Estrada do Coco.

Ao falar sobre edificações marcantes, o Shopping Center não poderia deixar de ser representado. Em oito desenhos analisados a imagem do Shopping Center figurava algum lugar de centralidade na cidade ou bairro, seja esta centralidade espacial ou lógica (como pode ser visto nos desenhos da figura 38 e no desenho 1 da figura 36). Isso não quer dizer que o shopping não figurasse nos demais desenhos, pois houveram outros casos onde o shopping estava presente, mas não como figura central.

Não apenas nos desenhos, mas também no discurso das crianças foi evidenciado essa centralidade que o Shopping Center tem no “domínio da recreação”⁴⁰ (HANNERZ, 2015, pg. 262). Segundo algumas crianças o Shopping é o lugar onde elas vão todos os finais de semana para práticas recreativas. Grande parte das crianças dos grupos focais disseram ser semanal a frequência de passeios no Shopping. Sendo que a maioria delas disse que este é um tradicional passeio dos finais de semana.

Figura 38 – Espaços de lazer 1 (Shopping Center)



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

⁴⁰Ulf Hannerz no livro *Explorando a Cidade* (2015) divide os papéis assumidos pelos cidadãos em cinco grupos, seriam eles: 1) domicílio e parentesco; 2) aprovisionamento; 3) recreação; 4) vizinhança; 5) tráfego. Segundo o autor, assumimos papéis específicos a depender do setor ou domínio em que nos encontramos. Na última seção do primeiro capítulo deste trabalho explico melhor a teoria dos setores proposta por Hannerz.

Na fala das crianças é possível observar que o Shopping é o lugar que concentra maior diversificação de ações prazerosas: passear, ir ao cinema, ir ao parque, comprar brinquedos novos, fazer lanches gostosos, comprar roupas e acessórios e etc. Não podemos esquecer que na construção destes significados, os responsáveis – dando acento especial aos pais e avós – têm extrema influência. Os convites, conversas e atitudes a favor deste tipo de prática de lazer por parte dos responsáveis, estimula e decanta estes hábitos enquanto práticas e referências de lazer e prazer para estas crianças.

Além dos desenhos e falas elucidativas ao longo do trabalho com grupos focais, o Shopping esteve presente na produção fotográfica da filha da família Prado. Mari foi a única das crianças dos estudos de caso a fotografar um Shopping Center enquanto um espaço especialmente significativo.

As fotos registradas dos shoppings foram tiradas em dias distintos, o que indica que nesta semana do trabalho Mari foi passear/brincar no shopping ao menos duas vezes. Segundo ela, uma visita teve intuito de conhecer a decoração de natal do shopping e fazer uma refeição e a visita a um outro shopping o intuito foi fazer compras. Em conversa com a interlocutora, ela afirma ser comum ir ao shopping mais de uma vez em uma única semana, uma vez durante a semana e outra no final de semana. As fotos da figura 39 evidenciam isso, elas foram tiradas por Mari numa mesma semana e são em Shoppings diferentes.

Figura 39 – Fotografias dos Shoppings



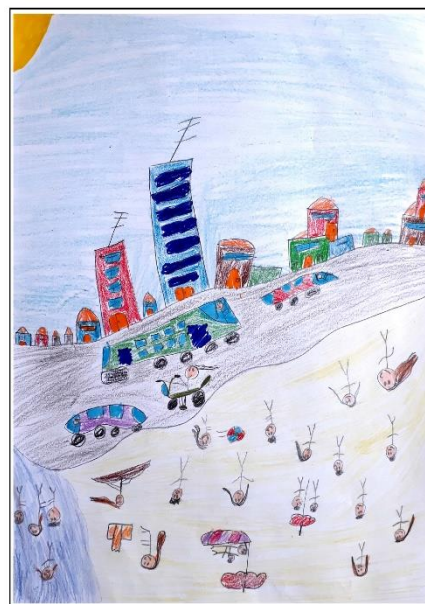
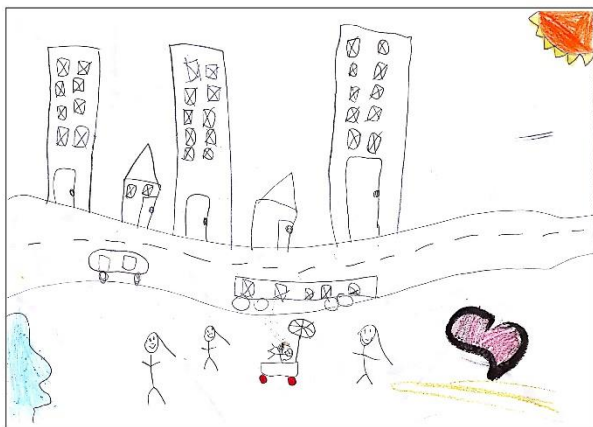
Fonte: Atividade lúdico interpretativa de foto elucidação com Mari em dezembro de 2017

Por mais que as crianças do Atlântico Norte conheçam uma variedade de Shoppings na RMS, o Shopping Salvador Norte ocupa lugar de destaque. Os desenhos não deixam mentir. O Shopping Salvador Norte tem certo destaque entre as crianças desta região por ser dentre os três shoppings mais próximos do Atlântico Norte, o maior. Porém a tendência é haver uma certa redistribuição deste destaque.

Visando explorar o recente adensamento populacional da região, no km 3,5 da Estrada do Coco, um shopping tão grande quanto ou maior que o Shopping Salvador Norte está sendo construído. Este novo Shopping (Parque Shopping) bem próximo da entrada de Vilas do Atlântico está com término de construção previsto para 2019. Possivelmente ele represente um novo marco na imagem da Estrada do Coco e no destino de lazer das crianças da região.

Através dos desenhos das crianças observa-se que os lugares de maior incidência de práticas prazerosas, além da casa, costumam ser aqueles onde eles estão acompanhados pelos pais ou alguém de sua rede paterental. Nos desenhos em questão, além do Shopping, observa-se a praia como lugar de certa importância e certa recorrência.

Figura 40 – Espaços de lazer 2 (Praia)



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

Na fala das crianças por mais que a praia não esteja em mesmo nível de centralidade e recorrência que a o Shopping, ela também se posiciona como importante ambiente de lazer. Apesar de ter casos como o de uma menina de nove anos que afirmou não gostar da praia por

causa da areia e do sol, neste mesmo grupo focal houve relatos de crianças que afirmaram ir toda semana ao menos uma vez para a praia. Segundo Francisca, participante de um dos grupos focais, mesmo se a mãe dela não consegue leva-la a praia ela costuma arranjar alguma companhia/supervisor para leva-la, mas ela não fica sem ir⁴¹.

Um ponto interessante quanto aos espaços pensados para o lazer destas crianças, é que as áreas públicas, com exceção da praia, não têm nenhuma importância no discurso ou nas obras das crianças. O bairro de Vilas do Atlântico, por mais que composto por mais de trinta praças, presentes em todo o bairro, não teve as praças citadas ou representadas uma vez sequer nos desenhos e conversas elucidativas. O mesmo vale para a construção da maquete, na qual as praças sequer foram citadas ou representadas. A invisibilidade das praças para as crianças nos aponta algo de extrema urgência: o espaço público urbano está subutilizado, o medo da violência urbana assassina a convivência em praças e calçadas por parte das classes mais altas.

Crianças que moram a poucos metros de seus colégios ou algum de seus cursinhos extracurriculares não sabem o significado de usar seu aparato físico para deslocamento em meio urbano. Todo o deslocamento é sempre protegido e supervisionado. As praças que por vezes são vizinhas imediatas das crianças, não são pensadas por elas enquanto espaços de lazer ou brincadeira, são simplesmente despercebidas, é como se não existissem.

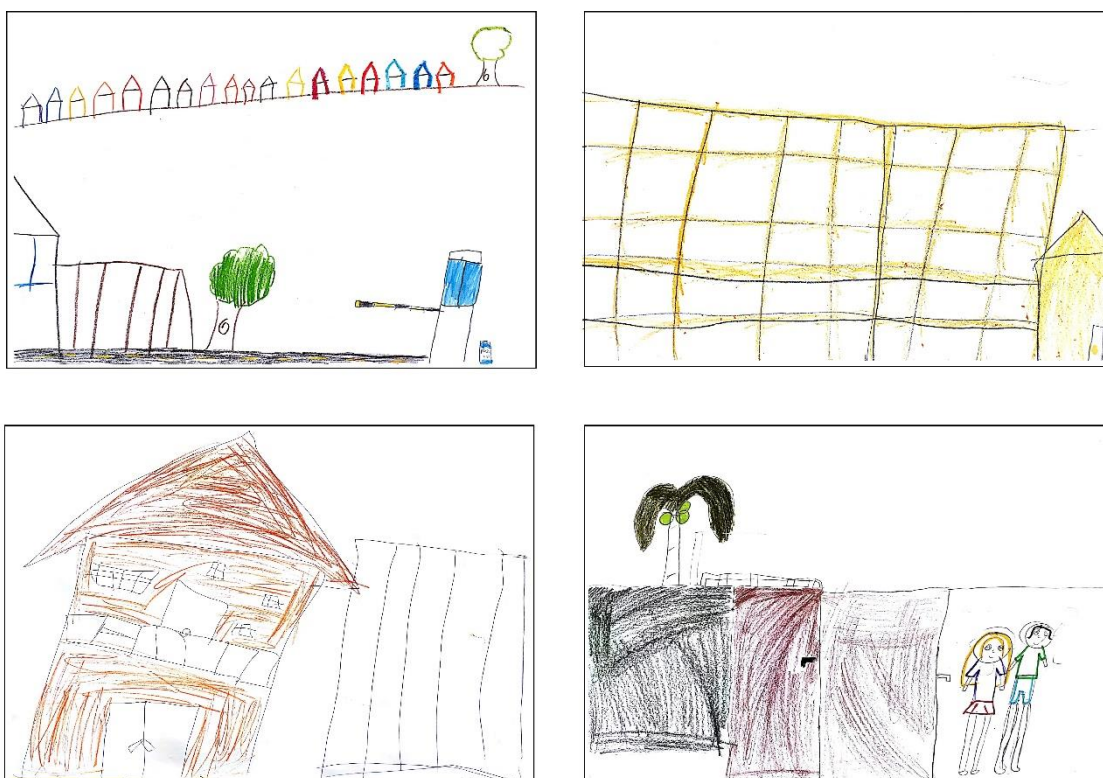
O medo urbano e a constante busca por segurança é explícita ao analisar o desenho das crianças. Na análise dos desenhos das casas e dos condomínios, as crianças descrevem alguns elementos que diferenciam suas moradias das demais edificações da cidade e é triste perceber que estas características estão fortemente relacionadas a aparatos de segurança.

A forma de diferenciar suas casas do restante das edificações do bairro, por mais que em alguns casos esteja marcado por elementos variados, como exemplo uma rede, uma árvore ou o cão da casa, há uma forte e recorrente presença enquanto artefato diferenciador, objetos como: “a grade do condomínio”, “a portaria do condomínio”, “o portão de entrada”, “o muro com espinhos” e etc... Os desenhos da figura 41, que representam guaritas, cercas, muros e portões nas entradas

⁴¹ Neste mesmo dia em encontro com o grupo focal do colégio regular, Francisca de dez anos compartilhou que já morou no Rio de Janeiro e em Brasília, além de já ter visitado os Estados Unidos e Portugal. Mas mesmo diante de tantos lugares visitados, Francisca disse que a praia de Vilas do Atlântico é o lugar preferido dela. Depois de um tempo Francisca complementou a fala dizendo que a praia de Vilas era o segundo lugar preferido dela, pois o primeiro eram os parques da Disney em Orlando no estado da Flórida (EUA). Estas informações foram gravadas na atividade lúdico interpretativa do desenho do bairro e da cidade em 05/04/2017.

dos condomínios e das casas trazem em comum a força dos artefatos de segurança na construção da imagem do espaço urbano e como a casa ou o condomínio são espaços seguros, em contraponto à rua, ao espaço público. O medo da violência urbana sistematicamente reproduzido pela materialidade do espaço não poderia estar de fora da imagem que estas crianças têm do espaço que habitam.

Figura 41 – Desenhos sobre elementos de segurança urbana



Fonte: Produções de encontros com grupos focais nos meses de maio e junho de 2017

De acordo com Montoya Uriarte (2017, pg. 292-293) este tipo de medo e pânico dominam a imagem da cidade quando a alteridade passa a ser sinônimo de perigo, quando um contingente cada vez maior de indivíduos é percebido como perigoso ou inapto para serem reintegrados socialmente, quando a autossegregação e a segregação dos Outros são assumidas como as melhores formas de habitar uma cidade. Diante destas condições, muros cada vez mais altos, câmeras mais precisas, cercas elétricas e iluminação se fazem cada vez mais necessários para um mínimo sentimento de segurança.

Figura 42 – Exemplos de fotografias dos trajetos das crianças

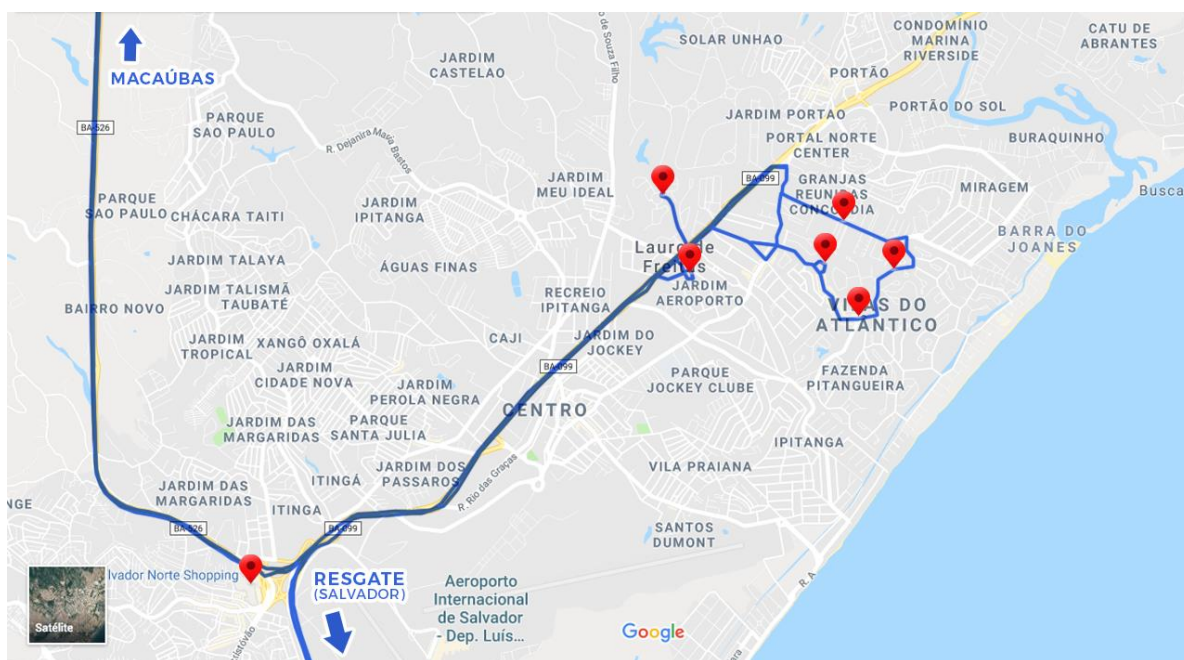


Fonte: Atividades lúdico interpretativas de foto elucidação realizadas entre novembro de 2017 e janeiro de 2018

Quando falamos dos trajetos percorridos pelas crianças, ao sair dos espaços seguros e privados de suas moradias, os carros são o único meio de transporte. As fotos a cima nos mostram o ângulo sob o qual a cidade é vista por estas crianças. De dentro de um carro fechado, com ar condicionado e em posição de espectador.

Todos os principais trajetos das crianças estudadas são percorridos em algum veículo particular. Se não for um dos automóveis dos pais é de algum adulto da rede parental destas crianças. Em nenhum dos casos as crianças utilizavam transporte público ou andavam pelas calçadas como principal meio de locomoção. Esta realidade reflete a super proteção e cuidado que é despendida por estes pais. Sempre transportando os filhos em um veículo particular, comumente com vidros fechados e supervisionados por um adulto de confiança, para mantê-los seguros dos males da rua.

Figura 43 – Mapa das trajetórias semanais de Rafa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa

Este é um comportamento previsível para um setor social que teme os espaços públicos urbanos por serem perigosos e malcuidados, como dito pela mãe da família Filgueira. Além de perceberem as ruas como espaços nocivos eles têm condições financeiras de arcar com meios de transporte particulares, então não faria sentido expor as pequenas e “indefesas” crianças a “tamanho perigo” se se tem os meios necessários para locomoção segura. Porém em alguns casos não são apenas transportes seguros, mas também de luxo e alto nível de conforto. O que reflete o alto poder de consumo das famílias.

O mapa com as principais trajetórias do filho mais velho da família Filgueira, exposto acima, mostra que entre as três crianças analisadas as trajetórias dele são as mais longas e ocupam uma maior porção territorial. Para ele foram definidos nove lugares frequentados semanalmente. Seis dentre os mais frequentados estão no Atlântico Norte e outros três que extrapolam os limites desta região. Dentre os três destinos mais distantes de sua casa, estão o Shopping Salvador Norte, que se localiza no limite dos municípios de Salvador e Lauro de Freitas e um dos dois endereços dos avós paternos.

A família Filgueira todos os finais de semana estão com os avós paternos. Em uma semana os visita na casa do Resgate⁴² (bairro de Salvador), na outra semana os visita na fazenda que fica no município de Macaúbas-BA⁴³. As visitas aos avós, seja em Salvador ou em Macaúbas representam o maior deslocamento semanal destas crianças. Porém mesmo com estas grandes distancias percorridas ao longo da semana, os principais espaços frequentados por estas crianças estão no Atlântico Norte. Chamo de principais espaços aqueles mais recorrentes nas trajetórias cotidianas.

Além da casa que funciona como *hub* de trajetórias, a escola de Rafa e a de sua irmã Gabi frequentados cinco vezes na semana, assim como o curso de inglês frequentado duas vezes na semana são marcados como pontos recorrentes. Outro espaço desta lista é o curso de lógica de programação que Rafa frequenta uma vez na semana.

Diferentemente de Rafa, a filha mais velha da família Costa, Duda, teve o menor quantitativo de lugares frequentados ao longo de uma semana. Isso não quer dizer que os trajetos de Duda representem a menor porção territorial percorrida, pois mesmo com menos espaços visitados ao longo de uma semana, Duda percorre distancias maiores que as de João.

Duda também frequenta Salvador semanalmente. Não como Rafa para visitar os avós, mas duas vezes na semana ela dorme com o pai, no apartamento localizado em Patamares⁴⁴. Com exceção da casa do pai, todos os outros pontos frequentados por ela ao longo de uma semana estão no Atlântico Norte. Além da casa da família Costa, os outros pontos são a escola de Duda e da irmã mais nova, Iza, frequentadas cinco vezes na semana, a casa dos avós maternos

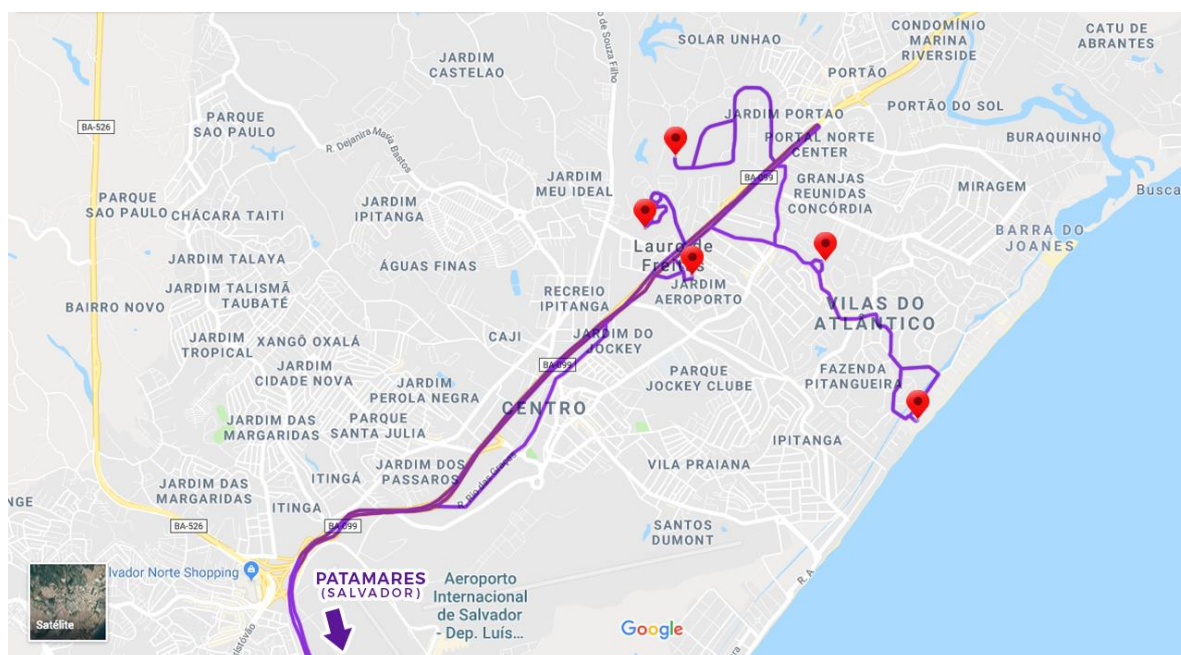
⁴²O bairro do Resgate está a 28 km da casa da família Filgueira, no Atlântico Norte, e é um bairro de perfil muito distante do de Vilas do Atlântico. Carvalho e Corso (2014, pg. 16 e 17) dividem a RMS em 4 regiões num mapa de geografia social da cidade, as quatro regiões são: Centro tradicional, Orla, Miolo e Subúrbio. O bairro do Resgate se encontra na região do Miolo de Salvador, para Carvalho e Corso, o Miolo e o Subúrbio representam a “cidade precária”, ocupada pelos setores populares, já a Orla, principal vetor de crescimento da cidade e vetor que se estende por toda a orla atlântica de Salvador até Lauro de Freitas é ocupada pelos tipos superiores e médio-superiores. Logo estes dois espaços são espaços extremamente distintos.

⁴³ O município de Macaúbas se localiza na mesorregião do Centro-Sul do estado da Bahia, está a uma distância de 720 km da região metropolitana de Salvador e conta com uma pequena população de cerca de cinquenta mil habitantes.

⁴⁴O bairro de Patamares fica a 18 km da casa da família Costa, no Atlântico Norte e é um bairro de mesmo perfil social que Vilas do Atlântico, mas vive um processo de maior especulação pelo mercado imobiliário. Carvalho e Corso (2014, pg. 16 e 17) dividem a RMS em 4 regiões num mapa de geografia social da cidade, as quatro regiões são: Centro tradicional, Orla, Miolo e Subúrbio. Tanto Patamares quanto Vilas do Atlântico são bairros da região da Orla, ocupada pelos setores superiores e médio-superiores.

frequentada ao menos uma vez na semana, as aulas de “GR” (ginástica rítmica) frequentadas uma vez na semana e a praia do Buraco da Velha⁴⁵, a qual costuma ser frequentada mais ou menos quinzenalmente pela mãe e filhos da família Costa.

Figura 44 – Mapa das trajetórias semanais de Duda

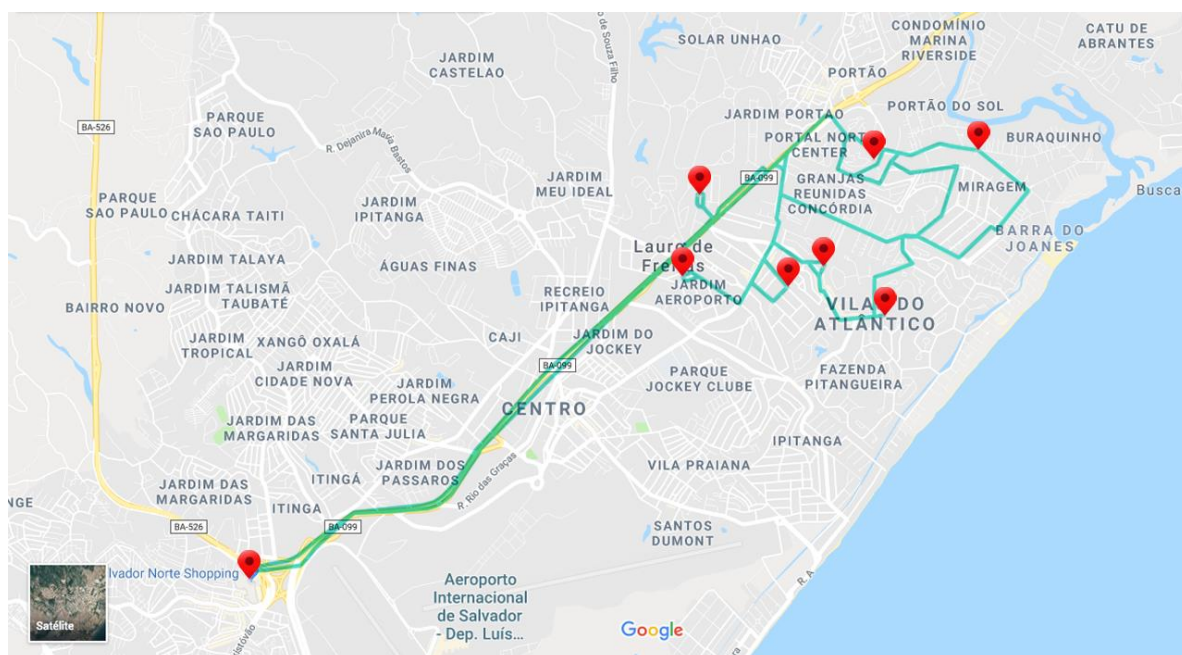


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa

Sobre os deslocamentos do filho da família Prado, além dos sete pontos frequentados por João no Atlântico Norte, o lugar mais distante frequentado por ele ao longo de uma semana comum é o Shopping Salvador Norte. Dentre os sete pontos mais próximos de sua casa, estão a escola dele e a da irmã mais nova, Mari, frequentadas cinco vezes na semana, a casa dos avós maternos e paternos, cada uma frequentada ao menos uma vez na semana. Nesta lista também está a casa de um dos tios paternos, a qual tanto João quanto Mari estiveram presentes na semana de realização destas atividades e o parque ecológico de Vilas do Atlântico.

⁴⁵ A praia do Buraco da Velha fica em Vilas do Atlântico e leva este nome dada a barraca de praia de mesmo nome que fica na localidade. Esta é a praia em Lauro de Freitas mais frequentada por famílias com crianças pequenas. Isto se dá pela formação natural da praia. A distribuição dos corais desta praia permite que durante a maré baixa a região fique repleta de piscinas naturais ideais para brincar ou relaxar com as crianças.

Figura 45 – Mapa das trajetórias semanais de João



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de pesquisa

Todos os três mapas de trajetórias aqui presentes, demonstram a importância exercida pelas quatro principais vias do Atlântico Norte. Das quatro vias da região analisadas no capítulo anterior, a Estrada do Coco, a Av. Luís Tarquínio e a Av. Praia de Itapuã estão presentes como vias recorrentemente percorridas ao longo de trajetórias cotidianas de todas as crianças. Já a Av. Priscila Dutra, só não está presente nos trajetos cotidianos de Duda, já Rafa e João percorrem esta avenida cotidianamente.

Estas quatro avenidas mencionadas compreendem os principais trajetos das crianças dentro do espaço do Atlântico do Norte. As ruas secundárias ocupam de fato um lugar menos importante. As rotas das crianças só passam por uma dessas ruas como forma de ligação entre uma das avenidas principais ou no acesso a algum dos condomínios fechados recorrentemente frequentados por elas.

Chegamos em um momento que vale pena comentar por que foi dada tamanha importância aos trajetos percorridos cotidianamente pelas crianças. Como visto no primeiro capítulo, entendo o habitar enquanto um processo dialético entre a imagem que se tem do espaço habitado e as práticas habitacionais desempenhadas pelo sujeito em questão. As práticas habitacionais desempenhadas pelas crianças são protagonistas no processo de percepção espacial, momento

essencial para o processo de desenvolvimento da imagem mental do espaço urbano. Então, as imagens do espaço (sejam elas advindas da produção individual ou do imaginário social) influenciam a forma que agimos, pois as imagens e práticas espaciais estão dialogicamente relacionadas no inevitável processo de relacionamento entre homem e espaço que é o nosso habitar.

A forma como percebemos e imaginamos os espaços que frequentamos está diretamente relacionada à forma como transitamos neles, em outras palavras, a nossa percepção do espaço depende das trajetórias que se estabelecem quotidianamente. Dependem não só dos espaços e distâncias percorridas, ângulos de visão e variação da incidência de luz, que de fato permitem perceber um mesmo lugar de formas diferentes, mas também do lugar social que ocupamos ao longo de nossos percursos, o que inclui desde elementos estéticos da corporeidade do sujeito, o meio de transporte utilizado, o grupo em que se está inserido ou a falta deste, como também a atitude que é incorporada pelo sujeito transeunte.

As imagens que as crianças têm dos espaços ocupados por elas no Atlântico Norte, em muito se apoiam nas suas trajetórias cotidianas e o lugar físico e social ocupado por elas ao longo destes trajetos. O que quero dizer é que os lugares que estas crianças se fazem presentes em seu habitar, assim como as suas trajetórias no espaço urbano, são elementos essenciais para a compreensão das imagens que elas têm do espaço habitado assim como de suas práticas habitacionais. Pois estes, são processos intrinsecamente relacionados.

Até aqui pudemos passar pelos principais elementos do habitar das crianças do Atlântico Norte. Este capítulo que intenta compreender as práticas habitacionais evidenciando o conteúdo cultural do espaço, passou por diversas seções que evidenciaram características específicas da forma de habitar das crianças. A primeira das seções permitiu a leitura do perfil de três famílias habitantes da região e também nos aproximou da estrutura física de suas casas. Na segunda seção percebemos como o condomínio destas famílias não é apenas um lugar importante para

o desenvolvimento de práticas habitacionais das crianças, mas também de destaque para suas práticas lúdicas em pares. Na última seção além de compreender um pouco da imagem que o urbano ocupa na mente destas crianças, vimos os principais lugares ocupados cotidianamente por elas e os trajetos e percursos entre eles, dando especial ênfase aos trajetos como condicionadores da imagem que se tem da cidade.

Os dados etnográficos expostos ao longo das seções deste capítulo dão subsídio para as conclusões desta pesquisa, mas de forma geral, as interações com as crianças das três famílias mostraram que elas são capazes de falar por si, e que suas sensações e impressões a respeito da cidade refletem a forma de habitar que é escolhida/imposta a elas. Então, lançando mão de um trabalho etnográfico sistematicamente elaborado, conseguimos conquistar a confiança, estabelecer um laço e interagir com crianças menores de dez anos de idade, em busca de compreender sua forma de significar o mundo.

Com relação especificamente a forma que estas crianças habitam, a casa ocupa um lugar central, mas o condomínio fechado também exerce importância. O restante da cidade, confundisse com o bairro e não interessa muito, pois não é seguro como os espaços privados, logo além de espaços privados, só importam mesmo as vias de passagem a serem percorridas de dentro de um carro com os vidros fechados para manter a segurança.

CONCLUSÃO

A reflexão teórico-conceitual sobre infância, rede parental, habitar e imagem e uso do espaço proposto no primeiro capítulo, assim como a aproximação da “imagem pública” ou “imaginário urbano” do Atlântico Norte e vida cotidiana das crianças deste recorte urbano, vistos no segundo e terceiro capítulo, refletem o percurso da teoria antropológica e etnografia usadas para responder as principais perguntas apresentadas nesta introdução. Aqui tentarei expor de forma mais direta a resposta das perguntas principais da pesquisa:

Como habitam as crianças de Vilas do Atlântico?

Quais são as imagens que essas crianças têm do bairro que habitam?

Quais fatores explicam essa imagem?

As reflexões teóricas propostas no primeiro capítulo, me permitem concluir que a forma que alguém habita é o resultado de todas as relações estabelecidas entre o sujeito e o espaço, seja este espaço entendido como espaço físico ou como espaço social. Logo, a forma como uma criança habita, nada mais é que o resultado do longo relacionamento estabelecido entre ela e o espaço. Então, o habitar é forjado no espaço como uma rede ou conjunto de relacionamentos que se constroem processualmente e se estabelecem ao longo das trajetórias e permanências cotidianas.

Mesmo levando em conta as singularidades individuais de cada família, casa e criança, existem alguns elementos comuns às relações estipuladas entre as crianças do Atlântico Norte e os espaços físicos e sociais ao longo de suas trajetórias e permanências cotidianas. Uma destas similitudes estão relacionadas aos percursos e trajetórias urbanas: estas crianças tendem a circular em automóveis particulares, confortáveis, geralmente com vidros fechados e sempre acompanhadas por alguém de sua rede parental. Estes veículos “seguros” e de uso privado transportam as crianças quase que exclusivamente nas áreas mais privilegiadas em infraestrutura urbana e zonas mais nobres da cidade, além de costumarem optar pelas principais avenidas como as vias para circulação na malha urbana. Esta prática de locomoção permite o

desenvolvimento de imagens do urbano relacionadas exclusivamente a esta porção privilegiada, havendo desconhecimento das partes mais pobres da cidade e excluindo-as de seus imaginários.

Os trajetos realizados pela cidade e a forma que eles são percorridos, aliado a um imaginário coletivo de nocividade das ruas e demais espaços públicos, afasta as crianças da convivência *da e na* rua, a relação de espectador passivo que estas crianças estipulam com o meio urbano, reforça o sentimento de não pertencimento e não uso do espaço público, que em muitos casos é também compartilhado pelos pais, reservando a intimidade da família e a sociabilidade do tráfego, lazer e vizinhança a espaços privados, ou semiprivados.

Ao falar destes espaços privados não posso esquecer o lugar ocupado pelos condomínios. Mesmo que a casa da família seja o espaço de maior importância para o habitar destas crianças, o condomínio horizontal fechado exerce uma função importante nas práticas cotidianas, porém ocupa um lugar que não se localiza na mesma lógica do espaço público representado pela rua, nem na do espaço privado representado pela casa, sendo este um espaço intermediário. Logo, para as crianças, as ruas e espaços compartilhados dos loteamentos fechados não refletem os mesmos aspectos negativos que estão relacionadas aos espaços públicos.

A visão dos espaços públicos da cidade como um espaço poluído e inseguro, como visto nos desenhos e falas das crianças, tem como contraponto a casa. As casas e condomínios aparecem nos desenhos como um ambiente repleto de signos de segurança como câmeras de vigilância, grandes muros, portões e portarias de controle de acesso. A grande segurança que a casa representa a estas crianças também está presente no conceito imbricado de casa e família apresentado pelas crianças, sendo as casas o lugar da família, do conforto, do cuidado, do amor e da segurança.

Outro ponto comum às crianças analisadas é a existência de uma rotina semanal repleta de atividades. Estas atividades variam desde os tradicionais esportes, aulas de reforço escolar e línguas adicionais a até mesmo aulas de lógica de programação e preenchem quase todos os espaços vazios da agenda semanal destas crianças, fazendo com que o brincar livre se restrinja aos poucos momentos sem ocupações ao longo da semana e aos sábados e domingos, dias legitimamente reservados para brincadeiras e momentos para a família.

É comum os pais se orgulharem da quantidade de habilidades que eles podem “comprar” para seus filhos, mas no fundo me parece que a rotina exaustiva dos pais os leva a acreditar que este

é o jeito certo de viver e assim que seus filhos também devem passar seus dias. Os pais, que vivem num sistema social agressivo, que demanda a cada dia maior grau de especialização ou diversidade de competências por parte das ocupações mais bem posicionadas socialmente, gera uma busca intensa por uma preparação completa de seus filhos para o mercado de trabalho, afinal, as famílias querem que no futuro estas crianças mantenham ou elevem os padrões socioeconômicos das famílias.

A transmissão das responsabilidades parentais para pessoas não familiares, sejam elas pedagogas, babás, educadores físicos ou outros, evidencia a falta de tempo que estes pais têm para cuidar de seus filhos, sendo necessário terceirizar a parentalidade, não apenas acionando familiares, vizinhos e amigos para o reforço parental, o que comumente acontece com redes parentais de todo o mundo, mas sendo necessário pagar a aqueles que se mostrem competentes e disponíveis para tal.

Sobre as práticas lúdicas cotidianas das crianças, assim como em quase todos os aspectos da vida cotidiana, é possível perceber a influência da rede parental. A filosofia de vida dos pais, reflete não apenas no lugar e estrutura das casas destas crianças, assim como também nos tipos de brincadeiras e lazer das crianças. Mesmo falando de crianças que habitam um mesmo bairro, estudam na mesma escola, têm a mesma idade e vêm de famílias com poder de compra semelhante é possível ver crianças apaixonadas por fazer compras e ir ao shopping center, outras que preferem ir à praia e brincar com terra no condomínio, outras que preferem assistir desenhos e jogar videogame em casa. São distintas as preferências para as práticas lúdicas, e estas costumam se assemelhar às preferências de lazer de seus pais.

A relação entre os “espaços para as crianças” e os “espaços das crianças”, é outro aspecto comum. Todos os interlocutores habitam espaços repletos de lugares pensados para as crianças, como parquinhos, salas de brinquedo, casinhas e outros. Estes, são espaços pensados e construídos por adultos para o uso das crianças, são os espaços *para* crianças. Estes espaços não necessariamente representam um espaço especial ou significativo, como é caso dos espaços *das* crianças. Os espaços *das* crianças não precisam dispor de tecnologias ou brinquedos especialmente desenvolvidos para as elas.

Estes espaços *das* crianças são simples e geralmente naturais, nos quais ao brincar e desenvolver sua cultura lúdica de forma individual ou junto aos pares, as crianças significam os espaços de

forma especial, atribuindo significados profundos e estabelecendo relações estreitas com o espaço. Como apareceram recorrentemente nas produções fotográficas de todas as crianças ao buscar registrar espaços especialmente significativos. Posso dizer que muitas vezes um simples espaço aberto com vegetação pode ser mais útil e significativo para as práticas das culturas da infância que um complexo parque pensado por adultos para o uso das crianças.

Até aqui respondi as três principais perguntas de pesquisa, que estavam postas antes mesmo do início do trabalho de campo. Porém tanto o percurso teórico-metodológico como as interações no desenvolvimento da etnografia, me permitem trazer outras questões a serem respondidas nesta conclusão: As crianças são de fato ativas criativas, criadoras e reprodutoras de cultura? E sobre a autonomia destes pequenos sujeitos?

O trabalho de campo ao longo de quase um ano com crianças do Atlântico Norte, permite afirmar que elas são sim ativas, criativas e produtoras de cultura. Mas a produção cultural a qual me refiro está relacionado à reprodução interpretativa proposta por Willian Corsaro no livro “A sociologia da infância”: as crianças não recebem de forma passiva uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, elas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma que interpretam e interagem, seja nos efeitos que nela produzem a partir de suas próprias práticas.

Com relação a autonomia, o próprio conceito de infância exposto no primeiro capítulo, nos evidencia que se elas são crianças, não são sujeitos totalmente autônomos, pois o que marcaria a cisão entre as categorias sociais geracionais infância e adultez é exatamente esta capacidade de sobrevivência autônoma no mundo. E não uma idade cronologicamente definida com características biológicas (física, perceptiva e cognitiva) que os separam, como proposto nos primeiros trabalhos de Piaget.

A última pergunta a ser respondida nesta conclusão é: os objetivos propostos foram alcançados? E a resposta é sim. Além de chegar a conclusões conceituais sobre infância, rede parental, habitar e imagens e práticas do espaço, consegui compreender o como as crianças do recorte de análise habitam e como se configuram suas redes parentais. Mesmo que parcialmente, acessei o tipo de imagem que o espaço urbano ocupa no campo representacional destes pequenos sujeitos e também os desencadeadores destas imagens e práticas espaciais que configuram a forma que as crianças habitam o Atlântico Norte.

REFERÊNCIAS

- ÁBALOS, Iñaki 2003. **A boa vida**. Visita guiada às casas da modernidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALVES, Lynn Rosalina. **Game over: jogos eletrônicos e violência**. Salvador, 2004, Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARRUDA, Fabiana M.; MÜLLER, Verônica R. **Culturas infantis e espaços urbanos: diferenças entre as classes sociais**. In: Encontro Anual de Iniciação Científica, n. XVIII, 2009. Londrina. Apresentação oral...Londrina, 2009.
- BACHELARD, Gaston. [1957] **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Cap. I. A Casa; Cap II. Casa e universo (pg. 23-86).
- _____. [1962] **A poética do devaneio**. Os devaneios voltados para a Infância (pg. 93 – 138). São Paulo: Martins Fontes, 1998
- BANDEIRA, Gilka. O nascimento discreto de Vilas do Atlântico. **Vilas Magazine**, Lauro de Freitas, n. 68, pg. 07-11, set. 2004.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Unesp, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. 1969. “A casa Kabyle ou o mundo às avessas”. **Cadernos de campo**, Universidade de São Paulo, ano 9, N.8, 1999. [1972] (pg. 147-158). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52774>
- BRAGA, Douglas. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**. USP – Ano VI, n. 10, pg. 15-40, 2015.
- CALDEIRA, Tereza. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2003.
- CARIGÉ, Anderson Andrade. **Cidades metropolitanas: a cidade de Lauro de Freitas na RMS/BA**. Salvador, 2007. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARSTEN, Janet. [2003] **After Kinship**. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

_____. **A matéria do parentesco**. São Carlos: R@u - Revista de Antropologia da UFSCar, 6 (2), jul./dez. 2014.

CARVALHO, Anna. Salvador e a organização de seu espaço imediato. **Boletim Baiano de Geografia**, Salvador, v. 2, n. 5, pg. 37-45, jan./jun. 1961.

CARVALHO, Inaiá e CORSO, Gilberto. A cidade como negócio. In: **Metrópoles na atualidade brasileira**. Salvador: Edufba, 2014.

COHN, Clarice 1971. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. In: SILVA, Aracy Lopes; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (orgs.) **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. Vol.1. São Paulo: Global, 2002, pg. 213-235.

_____. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 43, n. 2, pg. 195-222, 2000.

COLLINS, John. Culture, Content and the Enclosure of Human Being: Unesco “Intangible” Heritage in the New Millenium. In: **Radical History Review**. USA, Issue 109, pg. 120-136, Winter 2011.

CORDEIRO, Graça Índias. As Cidades Fazem-se por Dentro Desafios de etnografia urbana. In: **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, Dez. 2010, n.0 20/21, pg. 111-121.

CORREIA, Emanuel Paranhos; FREITAS, Gildásio. **Cartilha histórica de Lauro de Freitas**. Lauro de Freitas: Ed. 3-F, 1998.

CORSARO, W.A. 1997 **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Pg. 359.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERTEAU, Michel. 1980. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, 3ª ed. Editora Vozes, 1998 (pg. 316).

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DIAS, Patricia. **Elitização e alteração no cotidiano de um município metropolitano**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu – MG, 2008.

_____. **A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA):** Estudo das características e implicações do processo. Salvador, 2005. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades complexas.** Métodos. São Paulo: Unesp, 2010. 2ª Ed. Revista e ampliada. (p.365-436).

FERREIRA, Maria Manuela. “-Ela é nossa prisioneira!” – Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n2, p.151-182, jul./dez. 2010.

FREITAS, Gildásio. Vilas do Atlântico é plantado num paraíso. **Vilas Magazine**, Lauro de Freitas, n. 68, p. 02-06, set. 2004.

GANTOIS, Carlos Henrique Jorge. **Lauro de Freitas: a política fiscal como fator de crescimento econômico (1990/2000).** 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) Universidade Salvador, Salvador, 2002.

GEERTZ, Clifford (1973). **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo, Perspectiva, 2013.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception.** Boston: Houghton Miffl in, 1979.

GOFFMAN, Erving. (1975), **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, Vozes. 20ª edição. 2014.

GOMES, Ana Maria Rabelo. **Outras crianças, outras infâncias?** In: Sarmiento, M. J. e Gouvêa, M. C. (org.) 2008. Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis. Vozes (82-96).

GORDILHO, Angela. **Limites do habitar.** Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: Edufba, 2ª ed., 2008. Cap.2 (p.79-142)

GRAUE, E.; WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças:** teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkia, 2003.

HALL, Edward T. - **A Dimensão Oculta.** Lisboa: Relógio D'Água, 1986. (180p.).

HANNERZ, Ulf. 1980. **Explorando a cidade:** Em busca de uma Antropologia Urbana; tradução de Vera Jocelyne – Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar.** 1954. Disponível em: www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Bauen, Wohnen, Denken. 1951 conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de

Darmstadt", publicada em *Vortage und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. Cia das Letras, 2013

INGOLD, Tim. **Become persons**: consciousness and sociality in human evolution. *Cultural Dynamics*, v. 4, n. 3, p. 355-378, 1991.

_____. 2000. **The perception of the Environment**. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2002.

_____. **Trazendo as coisas de volta à vida**: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 37, p. 25- 44. 2012.

_____. 2007. The social child. In. Alan Fogel, Barbara King, and Stuart Shanker (eds), **Human Development in the Twenty-First Century**. A dynamic System Approach to the Life Sciences. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. [2011] **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.

_____. **That's Enough about Ethnography**. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (11): 383-395, 2004.

_____. (2008). **Against space**: Place, movement, knowledge. *Boundless Worlds: An Anthropological Approach to Movement*. 29-43.

_____; FIORI, Ana; DIAS, José; TESTA, Adriana; TAMBUCCI, Yuri. Diálogos Vagueiros: Vida, Movimento e Antropologia, **Ponto Urbe**, 11, 2012, posto online no dia 01 Julho 2012.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. Porto Alegre: **Educação**, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

JOLY, Martine. 1994. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KOHAN, Walter Omar. **Infância e Filosofia**, In. Sarmiento, M. J. e Gouvêa, M. C. (org.) 2008. *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes (40-61)

LEFEBVRE, Henri. Préface. In: RAYMOND, Henri et.al. **L'habitat pavillonnaire**. Paris: L'Harmattan, 4e.ed, 2001 [1966] (p. 7-23)

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ª edição. Tradução de Carlos Irineu da Costa São Paulo: Editora 34, 2010.

LYNCH, Kevin. [1997]. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme, TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópoli**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, Fapesb, 1996. (p. 12-53).

_____. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

_____. A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole. In: **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003. Disponível em: <<http://www.nau.org/AntropologiaUrbanadesafiosmetropole.html>> Acesso em: 12 mar. 2008.

MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, Oct. 1999. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200002&lng=en&nrm=iso

MCCALLUM, Cecília; BUSTAMANTE, Vania. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia, **Etnográfica**, vol. 16 (2) | 2012, 221-246.

MEAD, Margaret. [1928]. **Coming of age in Samoa**: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilisation.

_____. **Sex and temperament in three primitive societies**. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

_____ and BATESON, Gregory. [1930]. **Growing up in New Guinea**. A Comparative Study of Primitive Education. New York Blue Ribbon Books.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro, São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1971

MONTOITO, Rafael e LEIVAS, José C. P. **A representação do espaço na criança, segundo Piaget**: Os processos mentais que a conduzem à formação da noção do espaço euclidiano. Revista VIDYA, v. 32, n. 2, p.21-35, jul./dez., 2012 - Santa Maria, 2012.

MONTOYA URIARTE, Urpi. “Olhar a cidade. Contribuições para a etnografia dos espaços urbanos”. **Ponto Urbe**, N.13, dez, 2013. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/>

_____; CARVALHO, Milton. “Transeuntes e usos da Avenida Sete” (parte II). In: _____ (orgs.) **Panoramas urbanos**. Usar, viver e construir Salvador. Salvador: Edufba, 2014.

_____; “Experiência e Gente nas Imagens da Cidade”. In. **Revista Iuminuras**, Porto Alegre, v. 18, n.44, p. 284-311, jan/jul, 2017

MOURA, Cristina Patriota. **Condomínios no Brasil central**. Expansão urbana e antropologia. Brasília: Editora Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MÜLLER, Fernanda. Infância e Cidade: Porto Alegre através das lentes das crianças. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 295-318, jan./abr. 2012.

_____. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. 2007, Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NOGUEIRA, M.O.G.; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. Série Construção Histórica da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2ª Ed., 2015.

PACHECO, E. D.; DE VASCONCELOS, P. A. C. **Crise: espaço e representação**. Bocc, ISSN: 1646- 3137. Disponível em: <www.bocc.uff.br/pag/vasconcelos-paulo-crise-espaco.pdf> Acesso em: 05 ago. 2016.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. Petrópolis: Vozes, 1971.

PIAGET, J., & INHELDER, B. (1993). **A representação do espaço na criança**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas. p. 507.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010.

POÇAS, I, S. O estudo de alguns conceitos da teoria histórico-cultural como proposta de inoção na prática pedagógica da educação especial. In.: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Volume I. 2014.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR. Em defesa de um patrimônio. In COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). **A Grande Salvador : posse e uso da terra, projetos urbanísticos integrados**. Salvador: CEDURB, 1978. p. VII.

RAPOPORT, Amos 1969. cap. 2 e cap.3 (p. 31-110). **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1969.

RASMUSSEN, Kim. Places for Children - Children's places. In. **Childhood**, London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 11, n. 2, p. 155-173, 2004.

_____; SMIDT, Soren. Children in the neighbourhood: the neighbourhood in the city. CHRISTESEN, Pia; O'BRIEN, Margaret (Eds). **Children in the city: home, neighbourhood and community**. London: FalmerPress, 2003. pg. 83-100.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 203).

SAHLINS, Marshall. 2013. **What kinship is... and is not...**, Chicago: The University of Chicago Press, 120 pp.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, HUCITEC, São Paulo, 1988, 5ª edição: 1997.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá (Colômbia), Convênio Andes Bello, 2001.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais Necessidade de Mães. Pires. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 303, jan. 1995. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16443/15024>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. et al. The concept of society is theoretically obsolete. In: INGOLD, T. (Org.). **Key debates in anthropology**. London: Routledge, 1996. p. 57-96.

SANTIAGO, Sara. Parque Ecológico no coração de Vilas. **Revista Litoral Bahia**. n.2 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto 2008. **Sociologia da Infância: Correntes e Confluências**, In. Sarmento, M. J. e Gouvêa, M. C. (org.) 2008. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis. Vozes (17-39).

_____. **Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância**. Educação e Sociologia. Campinas, 2005.

_____. Imaginário e Culturas da Infância. In: **Cadernos de Educação**. n. 21 (julho-dezembro). Pelotas: FAE. 2003.

_____. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B. (Org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

SEGATO, Jean. **Pessoas, coisas, animais e outros agentes: sobre os modos de identificação e relação entre humanos e não-humanos**. Caminhos (Rio do Sul), v. 1, p. 89-130, 2011

SOUZA, Solange; SALGADO, Raquel. A criança na idade média – Reflexões sobre a cultura lúdica, capitalismo e educação. In. Sarmento, M. J. e Gouvêa, M. C. (org.) 2008. **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis. Vozes (207-221).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano** (org. e introd.). RJ: Zahar, 1967 (p. 13-28)

TEÓFILO, M. P. **Contexto local de um estudo com crianças**: Primeiras aproximações, Porto Alegre, II Simpósio Luso-brasileiro em estudos da criança, 2014.

TOREN, Christina. **Mind, materiality and history**: explorations in Fijian ethnography. London: Routledge, 1999.

_____. **Antropologia e Psicologia**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.27 no.80 São Paulo out. 2012

VASCONCELOS, Pedro. Contribuições para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: _____ et al. **A cidade contemporânea**. Segregação espacial. São Paulo: Contratexto, 2013.

VASCONCELLOS, T. de. Criança do lugar e lugar de criança. In: **Cadernos ANPEd**, v. 29, p. 1-16, 2006. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2482-Int.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

VASCONCELOS, Vera M. R. Infância e psicologia – Marcos teóricos da compreensão do desenvolvimento da criança pequena. In: Sarmento, M. J. e Gouvêa, M. C. (org.) 2008. **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis. Vozes (62-81).

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

_____. **1973A utopia urbana**. Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 5ª Ed., 1989.

VIEIRA, F.; LINO, D. **As contribuições da teoria de Piaget para a pedagogia da infância**. In OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T.M.; PINAZZA, M.A. (org.) **Pedagogia(s) da infância**: Dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Psicologia e pedagogia. O desenvolvimnto dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins fontes 4ª Ed., 1991.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

Detalhamento do encaminhamento das atividades lúdico-interpretativas

Aqui será apresentado com detalhe o percurso de coleta de dados etnográficos, que ocorreu durante um ano, entre os meses de fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018. O processo de coleta de dados se desenvolveu relacionado a um grande esforço em captar o ponto de vista das crianças, levando-as a sério e posicionando-as como sujeitos ativos, criativos e produtores de cultura, sem distinguir em valor a palavra da criança da palavra do adulto.

Ao longo da pesquisa de campo foram realizadas uma série de encontros formais e informais, que lançaram mão de uma diversidade de propostas metodológicas. Além do uso da observação participante em espaços públicos e privados onde estas crianças habitam, outras estratégias foram acionadas para permitir o bom percurso do trabalho etnográfico com as crianças dos segmentos privilegiados do Atlântico Norte. Dentre eles estão as formalidades de entrevistas semiestruturadas com crianças e responsáveis, que se caracterizaram basicamente como conversas guiadas por um roteiro, registradas por um gravador e a execução de atividades de interação entre pesquisador e crianças pesquisadas, que aqui chamo de atividades lúdico interpretativas.

As atividades lúdico-interpretativas tinham como intenção transformar a visão das crianças em dados concretos de pesquisa. As atividades não só permitiram uma interação guiada entre pesquisador e interlocutores, como também auxiliaram na manutenção do foco de produção de dados de pesquisa ao longo dos encontros. Outra característica positiva do uso de atividades lúdico interpretativas como recurso metodológico se relaciona à penetração no campo e acesso aos interlocutores de pesquisa, que por não serem autônomos, dependeram do consentimento das instituições de ensino, no caso dos trabalhos com grupos focais, e das famílias, no caso das pesquisas de caso etnográfico realizado nas casas das famílias.

A sistematização da pesquisa com grupos focais em duas escolas privadas de Vilas do Atlântico nasceu de uma demanda dos coordenadores e diretores por uma organização das atividades a serem executadas, com tempo de duração e uso de termo de consentimento. Bastante protetoras e preocupadas com a segurança das crianças, as escolas demandaram este tipo de interação diante da incompreensão da forma de trabalhar de uma investigação antropológica clássica, principalmente quando lhes dizia que os encontros teriam a intenção de conversar com as crianças, sem um roteiro lógico de pesquisa, sem atividades específicas e cronograma bem definido.

As atividades lúdico-interpretativas foram desenvolvidas em duas etapas, primeiramente em três encontros em dois grupos focais nas escolas (totalizando seis encontros) e em um segundo momento em diversos encontros em três casas de famílias que habitam a região. Estas casas foram selecionadas dentre os grupos focais das duas escolas. Com o auxílio da coordenação pedagógica das escolas entramos em contato com famílias com perfil favorável a participação na pesquisa, para se voluntariarem a participar da segunda parte realizada na casa da família para continuação do trabalho iniciado com os grupos focais, mas agora de forma mais aprofundada.

Antes mesmo de comentar sobre a permissão para realização da pesquisa nas casas, vale a pena comentar o como ser aceito para trabalhar com grupos focais nas escolas de Vilas do Atlântico, não foi fácil. Mesmo dispondo de cronograma de atividades, com a intencionalidade de cada uma delas, cronograma enxuto para apenas três encontros de uma hora e meia ao longo de dois meses, oferecendo todo o material a ser utilizado pelas crianças e dispondo de um termo de consentimento digital para facilitar o acesso dos pais, dentre as mais de seis escolas de ensino regular do bairro⁴⁶, apenas uma permitiu meu acesso aos alunos e consequente contato com as famílias.

Diante da frustração em não conseguir acesso a duas escolas regulares, como a proposta de percurso de pesquisa indicava, procurei outras estratégias que me dessem caminhos que não se distanciassem da proposta inicial. Foi aí que me veio a ideia de procurar alguma das mais 12 escolas de idiomas em Vilas do Atlântico. Lá encontraria as crianças da região agrupadas por

⁴⁶ Escolas de ensino regular se referem às instituições educacionais que atuam com ao menos um dos quatro seguimentos da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio. Como esta pesquisa trabalha com crianças de 6 a 11 anos, as escolas consideradas são aquelas que atuam ao menos com o Ensino Fundamental I.

faixa etária, o que possibilitaria um trabalho semelhante ao dos grupos focais das escolas regulares.

Ao longo da nova busca por uma instituição que estivesse disposta a um aperto em seu cronograma semestral, conversar com os pais para liberação da pesquisa e também colocar uma pessoa “estranha” para conviver com os alunos durante um determinado tempo, me frustrei novamente por duas tentativas, mesmo alegando fazer toda a intervenção com o máximo de aproveitamento de relação com a língua estudada pelos alunos naqueles cursos.

Temendo que minhas opções se esgotassem, aproveitei uma oportunidade que não estava prevista inicialmente, a qual por outro lado foi muito rica metodologicamente, permitindo um contato mais aprofundado e recorrente que o esperado com as crianças nesta primeira fase do trabalho. Em uma das minhas visitas em busca de parceria para a pesquisa em escolas de idiomas de Vilas do Atlântico, uma gestora, angustiada diante da falta de profissionais para trabalhar em sala de aula e conhecendo minha experiência como professor de inglês e *coach* educacional, me fez uma proposta quase irrecusável: trabalhar como professor de uma turma de inglês com alunos da faixa etária da pesquisa, sendo que ao longo das aulas eu poderia realizar as atividades lúdico interpretativas mescladas ao conteúdo programado. Fiquei tentado a aceitar, mas recusei inicialmente por dois fatores. Um deles era me ver preso a um cronograma de duas aulas semanais durante um semestre, para realizar apenas a primeira parte da pesquisa, outro era a minha dificuldade em garantir o cumprimento deste cronograma diante da rotina de trabalho que desempenho em paralelo a esta pesquisa.

Diante da minha recusa a diretora propôs que eu ao menos ficasse com uma turma enquanto ela buscasse outro professor. Nestas condições, aceitei a proposta e trabalhei com uma turma de alunos entre 7 e 9 anos numa escola de idiomas, dando aulas de inglês, mas claro, aproveitando todas as oportunidades para inserir atividades lúdico interpretativas para a produção de dados de pesquisa. E assim desenvolvi um trabalho com este segundo grupo focal por um tempo maior que o primeiro grupo.

Em julho de 2017 a primeira parte da pesquisa foi concluída. Este primeiro ciclo de atividades tinha como intenção captar a imagem que estas crianças tinham sobre suas casas, o bairro de Vilas do Atlântico e a cidade de Lauro de Freitas. Constituiu-se basicamente em produções de desenhos com rodadas elucidativas sobre as obras somadas a uma produção coletiva de uma maquete do bairro. Em cada um dos dois grupos focais tivemos ao menos três encontros uma

para a produção de desenhos sobre a casa, outro sobre o bairro e a cidade e o último encontro tinha como intenção desenvolver uma maquete do bairro, mas esta atividade não foi muito bem-sucedida.

Após os trabalhos com os grupos focais, foram selecionadas 3 famílias dispostas a participar da pesquisa de caso etnográfico, duas da escola regular e uma da escola de inglês. Para cada uma das famílias foi montado um cronograma com ao menos sete encontros. Cada um dos encontros tinham uma atividade específica.

No primeiro encontro nas casas das três famílias, foram realizadas visitas guiadas, que consistiram em um passeio de conhecimento dos espaços da casa, guiado pelas crianças. Ou seja, elas indicavam os caminhos a serem tomados e descreviam os espaços com suas percepções. Este primeiro encontro de reconhecimento dos espaços residenciais, o segundo encontro com entrevistas semiestruturadas com os pais e com as crianças, assim como o desenvolvimento de listas espontâneas de parentesco, formam importantes para um melhor conhecimento destas instituições “casa-família” que são permeadas por redes parentais bem distintas.

A partir de algumas atividades foram construídos mapas que refletem as trajetórias cotidianas das crianças estudadas. Rafa, Duda e João, os principais interlocutores de pesquisa e filhos das famílias Filgueira, Costa e Prado, respectivamente, desenvolveram através de atividades lúdico interpretativas agendas semanais e mapas de trajetórias que foram os materiais principais para desenvolvimentos destes mapas que exponho nesta seção.

Além de ilustrar os caminhos percorridos pelas crianças, estes mapas nos ajudam a compreender onde elas se fazem presentes em seu habitar e quais caminhos são tomados ao longo dos percursos de deslocamento cotidiano. As principais atividades cotidianas, os caminhos e opções de trajeto, assim como os meios de transporte e com quem essas crianças se deslocam cotidianamente são os elementos importantes desta seção.

O desenvolvimento dos mapas de trajetórias, se iniciou com a construção de agendas semanais. Esta atividade se configurou basicamente como um encontro que teve como intenção a produção de uma agenda semanal com as principais atividades das crianças dentro de um período de uma semana. Ofereci às crianças uma cartolina e material para desenho. Enquanto as crianças representavam na cartolina de forma livre sua semana, eu pedia informações sobre

as ações desempenhadas em cada um dos dias da semana de segunda a domingo, começando pela manhã, quando eles acordavam e terminando com a noite, quando eles dormiam.

Cada uma das três crianças produziu seus dados de uma forma diferente. Rafa fez um desenho da casa da família em um lado da cartolina, representando onde ele fica durante a semana e do outro lado desenhou a fazenda do avô, que ele frequenta nos finais de semana. Em ambos os desenhos a família estava representada. Duda produziu uma planilha com sete espaços, através de uma lista de ações ela escreveu suas principais atividades em cada um dos sete dias da semana. Organizado e bem explicativo, mas tudo bem colorido e enfeitado. Já João, fez uma sequência de desenhos que representavam as ações desempenhadas ao longo de um dia. Era a proposta mais complexa e detalhada. Iniciava com um desenho dele acordando, seguido de um desenho dele tomando café, outro indo para a escola, outro durante a aula e assim narrou sua segunda-feira completa. Porém não conseguiu finalizar a terça-feira e nem iniciou os outros dias da semana. A proposta era a mais detalhada, mas também a mais difícil de ser finalizada. João se cansou antes de terminar os desenhos, mas mesmo que ele tivesse disposição para terminar, acredito que não haveria tempo suficiente para a finalização do esquema.

A produção nas cartolinas eram apenas um amparo lúdico para o direcionamento do foco das crianças e também ilustrações que pudessem evidenciar elementos que apenas a oralidade não seria suficiente de alcançar. Enquanto as crianças produziam as representações nas cartolinas, eu seguia um roteiro predefinido de entrevista e registrava em meu caderno de campo. As anotações do caderno assim como as produções em cartolina foram os materiais base. A partir deles pude definir os principais lugares frequentados pelas crianças ao longo de uma semana, para então seguir para a próxima atividade lúdico interpretativa.

O desenvolvimento de mapas de trajetórias com as crianças foi uma atividade também desenvolvida em um encontro com cartolina e materiais de desenho. Essa atividade consistiu-se na construção lúdica dos caminhos tomados para deslocamento entre os principais lugares frequentados pelas crianças em sua semana. Com uma lista de lugares que eu havia montado a partir das agendas, o primeiro passo deste trabalho foi confirmar se os lugares da minha lista eram os lugares frequentados por eles durante uma semana comum. Em seguida marcávamos na cartolina um ponto para cada um destes lugares frequentados. Apenas Duda ilustrou estes pontos com desenhos, o que não é um problema já que este não era o foco da atividade.

Com os principais pontos frequentados pelas crianças em uma semana marcados na cartolina

começamos a desenhar os caminhos percorridos entre eles. Ao longo desta construção conversávamos sobre o percurso destes trajetos. Conversamos sobre o como eles se deslocavam, quem eram os adultos que os acompanhavam, se o trajeto era divertido ou não e o que mais as crianças quisessem comentar. As imagens das cartolinas ao final desta construção evidenciaram o lugar de centro de conexões (*Hub*) que a casa ocupa. Ou seja, entre os trajetos dos espaços frequentados na semana, a casa é o principal ponto nodal. Logo as principais vias das redondezas das casas, são os principais caminhos percorridos por essas crianças ao longo da semana.

O último trabalho do cronograma de atividades lúdico-interpretativa, foi a foto elucidativa. Esta atividade estava dividida em dois encontros com intervalos de uma semana entre eles. No primeiro encontro eu explicava a intenção da atividade e entregava uma câmera fotográfica digital para que a criança carregasse para o maior número de lugares possíveis durante a semana da atividade. A intenção era que a criança registrasse de forma autônoma lugares que fossem especiais para ela por alguma razão. Neste mesmo dia além de conversarmos sobre a intenção da atividade, falamos sobre a manipulação da máquina fotográfica, tiramos algumas fotos juntos para garantir o mínimo conhecimento para registros eficazes, testamos o carregador da câmera e por último deixei com a criança um papel com as principais informações da atividade.

Este pequeno manual da atividade de foto elucidativa (presente nos anexos) servia para que as crianças tirassem dúvidas, mas também tinha como intenção deixar claro para os responsáveis algumas regras importantes para a atividade. Além da intencionalidade das fotografias, algumas das regras presentes neste guia eram: “Não deixe que os outros te influenciem na hora de tirar a foto. O lugar e o ângulo são de sua escolha”; “As fotos podem ser tiradas em casa, na rua, passeando, na casa de familiares e amigos, não existe lugar certo ou errado”; “Você escolhe o número de fotos”.

No segundo encontro relacionado a esta atividade ocorriam as falas elucidativas das fotografias tiradas. Com a câmera fotográfica de volta em minhas mãos, conectava o cartão de memória com as fotos a meu computador para facilitar a visualização dos registros e junto com a criança passávamos de foto por foto comentado sobre os espaços, brinquedos e demais elementos tidos como importantes e especiais para essas crianças. Este segundo momento foi todo gravado para que pudesse ser recobrada alguma passagem ou comentário importante.

Através das quatro semanas de foto elucidativa realizadas com Rafa, Duda, João e Mari, 498

fotografias foram tiradas. As fotos escolhidas para serem apresentadas aqui neste trabalho foram escolhidas a partir da relevância que elas tinham na fala do interlocutor ao longo da elucidação, relação direta a alguma das brincadeiras favoritas das crianças ou relevância percebida pelo pesquisador.

ANEXO 2

Orientações entregues aos interlocutores para a atividade de foto elucidação



FOTO ELUCIDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Você ficará com a câmera fotográfica por uma semana.
- Carregue a câmera fotográfica para o maior número de lugares possíveis. Tente leva-la sempre com você quando sair de casa.
- Você deve tirar fotos de lugares que são especiais. Não importa se esses lugares têm significados bons ou ruins, o necessário é que o lugar de alguma forma seja especial para você.
- Não deixe que os outros te influenciem na hora de tirar a foto. O lugar e o ângulo são de sua escolha.
- As fotos podem ser tiradas em casa, na rua, passeando, na casa de familiares e amigos, não existe lugar certo ou errado.
- Você escolhe o número de fotos.